



FACULDADE DE DIREITO

Universidade de Lisboa

Autoria e Participação no Crime de Casamento Forçado

Orientadora da dissertação:

Prof.^a Doutora Teresa Quintela de Brito

Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Especialidade em Ciências Jurídico-Forenses

Vailton Barbosa Pereira Barreto

Março de 2019

Nota: o autor escreveu o presente trabalho sem adopção do Acordo Ortográfico de 1990

AGRADECIMENTOS

À Senhora Prof.^a Doutora Teresa Maria Quintela de Brito.

Ao Senhor Professor Doutor Augusto Silva Dias.

Às meninas que generosamente acederam a partilhar comigo as suas histórias de vida.

A todas as individualidades e instituições guineenses pela preciosa ajuda.

A todos os que percorreram comigo o caminho das pedras.

A todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para que eu seja profundamente curioso.

DEDICATÓRIA

À minha mãe; muito presente em todas e cada página que eu vire.

A todas as vítimas do casamento forçado.

A vida e o legado de um homem são marcadamente definidos pelo modo como a sua história... termina.

LISTA DE ABREVIATURAS

CC – Código Civil

CEDAW – Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

CP – Código Penal

CPE – Código Penal Espanhol

CPPG – Código de Processo Penal Guineense

CNAPN – Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas

CRGB – Constituição da República da Guiné-Bissau

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-Lei

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Estatísticas

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

LOTS – Lei Orgânica dos Tribunais do Sector

MGF – Mutilação genital feminino

StGB – Código Penal Alemão/Código Penal Austríaco

STJ – Supremo Tribunal de justiça

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para as Crianças

RESUMO

O Estado português ratificou a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, adoptada em Istambul a 11 de maio de 2011, aprovada pela resolução da Assembleia da República n.º 4/2013 e ratificada pelo Decreto presidencial n.º 13/2013.

Em ordem a dar corpo aos compromissos assumidos naquela Convenção, que se designou de Convenção de Istambul, foram introduzidas significativas reformas no ordenamento jurídico-penal português. Assim, foram aditados ao Código Penal (doravante CP) novos tipos de crimes, de entre os quais o de “Casamento Forçado”, previsto e punido pelo artigo 154.º-B e ss. Com o presente trabalho propomo-nos analisar a questão de saber qual é o enquadramento jurídico adequado a atribuir, em sede de comparticipação criminosa (artigos 26.º e 27.º do CP), ao marido da vítima de casamento forçado.

Importa salientar que este ilícito típico é eminentemente cultural, ocorrendo, predominantemente, no seio de comunidades de minorias étnicas, mas revelando-se susceptível de transpor as fronteiras dessas mesmas comunidades. Com efeito, a diversidade cultural convida a uma reflexão profunda sobre como punir as condutas cuja motivação se insere em contextos culturais muito diferentes. Essa necessidade leva a que as interpretações sobre as referidas condutas variem em função de valores e costumes socioculturais igualmente diversos.

Qual o tratamento a dar a um homem adulto que solicita e chega a acordo com familiares de uma menina menor para que, assim que esta atingir a puberdade, lhe seja entregue em casamento? Tivemos necessidade de dar respostas fundamentadas na realidade, o que nos conduziu à realização de um trabalho de campo junto de vítimas e familiares. O resultado obtido permitiu-nos confirmar o entendimento que leva a afastar a possibilidade de o marido da vítima merecer o estatuto de instigador e, muito menos, de cúmplice – o que lhe ofereceria uma atenuação da pena por via do artigo 27.º do CP.

Palavras chave: casamento forçado; crimes culturalmente motivados; direito penal; multiplicidade cultural; violência de género.

ABSTRACT

Portugal has ratified the Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence, adopted in Istanbul on 11 May 2011 (approved by the National Parliament Resolution n.4 / 2013 and ratified by the Presidential Decree no. 13/2013).

In order to implement the commitments made in the mentioned Convention, significant reforms were introduced in the Portuguese legal system. New types of crime were introduced in the Criminal Code, most notably the crime of "forced marriage", provided for and punished by article 154.º-B and following. In light of this framework, the present thesis elaborates on the appropriate legal regime concerning the role of the husband of a victim of forced marriage, namely within the scope of article 26 of the Criminal Code.

It should be noted that this illicit act is eminently cultural, occurring predominantly within ethnic minority communities. In fact, cultural diversity requires a holistic analysis of the phenomenon (bearing also in mind its critical policy implications) and a consequent thoughtful legal response regarding the punishment of this social behaviour.

What is the legal treatment to be given to an adult man who asks and agrees with a minor girl's family to marry their daughter? This complex challenge could only be addressed in this study through a comprehensive journey to a specific sociological background, which included a fieldwork with victims and their relatives. The latter allowed us to conclude that the victim's husband should not be granted the treatment of "instigator" (and certainly not of "accomplice"), which otherwise could lead to a remission or reduction of sentence, within the scope of article 27 of the Criminal Code.

Keywords: forced marriage; culturally motivated crimes; criminal law; cultural multiplicity; gender-based violence.

INTRODUÇÃO

A Lei 83/2015, de 5 de agosto, veio operar uma significativa reforma do Código Penal português, transpondo para a ordem jurídica novos tipos de crime e, de entre eles, o de casamento forçado. Tratando-se de um crime cuja natureza é essencialmente sociocultural, com ocorrência em determinadas comunidades, importa realizar um estudo visando a sua desconstrução com o objectivo de o caracterizar e dar a conhecer os contornos e contextos que enformam toda a prática desta cultura *contra legem*.

Assim, o presente trabalho propõe-se a dar resposta à questão de saber qual a forma de participação e qual o regime jurídico aplicável ao cônjuge da vítima de casamento forçado, nos casos em que se esteja perante um casamento forçado entre um homem maior e uma menor. Contudo, importa colocar em relevo que a norma incriminadora consagrada nos artigos 154.º-B e ss. do CP não faz nenhuma alusão à necessidade de se aplicar um regime diferente consoante a idade ou sexo da vítima.

Por mera opção académica, delimitamos o objecto do nosso estudo ao casamento com estas características, porquanto é uma realidade que expressa quase 90% dos casos de casamentos forçados.

Considerámos premente proceder a essa delimitação, tendo em conta que, do contacto que tivemos com este fenómeno (e tivemos bastante), resulta claro que a comunidade faz incidir quase integralmente o seu juízo de censura sobre a conduta dos progenitores ou responsáveis legais, pelo menos é assim do ponto vista sociocultural. Por outro lado, esta realidade suscita preocupação pelo seu crescente índice de ocorrência no mundo em geral⁽¹⁾ e no espaço europeu em particular.

Neste sentido, começaremos por nos debruçar sobre este fenómeno na perspectiva da sua definição dogmático-conceptual, passando para uma abordagem sociológica- cultural e dos contextos em que esta prática se insere.

Iremos, outrossim, colocar em evidência as diferenças entre os requisitos do casamento civil válido face ao pressuposto de punibilidade do casamento forçado, na medida em que o requisito fundamental exigido para aquele serve de base à configuração do elemento objectivo deste. Ou seja, é a ausência de consentimento livre, pleno e válido que determina que um casamento seja juridicamente forçado.

¹ Os números avançados estimam que haverá até 2030 cerca de 130.000.000 de meninas em risco de casamento forçado. Disponível em: <https://www.jn.pt/mundo/interior/mais-de-150-milhoes-de-meninas-em-risco-de-casamento-forcado-ate-2030-9164356.html>; consultado em 04.VII.2018.

E como pretendemos alcançar esses elementos de forma a aferir se a conduta do pretendente a marido se integra ou não no conceito de “constrangimento”?

Contamos fazê-lo esmiuçando os comportamentos activos e omissivos tidos pelo cônjuge da vítima durante todo processo. Tratar de saber se estaremos perante um participante cúmplice, ou antes instigador. Instigador de quem? Da própria vítima? Questionar se um homem que aceita casar com uma menor por proposta dos pais desta actua em erro. Ele conhece o constrangimento? Exerce-o igualmente? É expectável ou exigível que o não ignore?

Todas as questões acima levantadas nasceram do facto de termos sempre recusado sufragar o tratamento desculpabilizante e a subsequente aceitação social da conduta do cônjuge da vítima. Desde logo porque temos eventualmente elementos para admitir a possibilidade de estarmos perante um crime de comparticipação necessária. De qualquer sorte, temos muita dificuldade em aceitar o entendimento segundo o qual se poderá considerar o outro cônjuge como mero cúmplice que beneficia, desse modo, de punibilidade atenuada por via artigo 27.º do CP.

Para que tal seja possível, empreenderemos a tarefa de escrutinar as concretas condutas dos potenciais agentes dentro do núcleo familiar e/ou da comunidade. Do mesmo modo, centraremos a nossa atenção na intervenção do outro cônjuge nos três momentos que, em nossa opinião, esse ilícito compreende: a fase de concertação (com o pedido/a oferta de casamento); o período do constrangimento da vítima; e a consumação ou tentativa de casamento forçado.

No termo do aludido percurso, cuidaremos de saber se a conduta do pretenso marido é suscetível de ser subsumida à terceira proposição do artigo 26.º CP (co-autoria), ou a qualquer outra forma de comparticipação. De igual modo, tentaremos examinar a conduta e o respectivo enquadramento jurídico de todos aqueles sobre quem recaia o dever jurídico de garante, por forma a apurar de há lugar à comissão por missão.

CAPÍTULO I

Casamento Forçado: definição, contextos e motivações

1. Notas introdutórias

Quando nos propusemos a realizar este trabalho considerámos imprescindível compreender todo o contexto sociocultural em que esta prática se desenvolve. E, para aceder a esse conhecimento, não podíamos recorrer a informações coligidas com “filtros”, ou seja, alicerçados em fontes mediatas.

Com efeito, em ordem a dar corpo e profundidade ao presente trabalho, realizámos um trabalho de investigação na República da Guiné-Bissau, com o objectivo de recolher elementos e informações junto de grupos étnicos que praticam casamentos forçados para que, mais do que compreender este fenómeno, possamos também trazer para o presente estudo uma perspectiva de direito comparado, tendo em linha de conta que estamos perante uma prática criminal e culturalmente circunscrita.

Na base da nossa decisão estiveram, fundamentalmente, razões da seguinte ordem:

- (1) O ainda elevado índice de verificação de casamentos forçados no seio de várias comunidades onde sempre ocorreu, tendo nos dias que correm chegado à sociedade ocidental por via do fluxo migratório próprio de um mundo cada mais globalizado.
- (2) A manutenção de um número elevado de casos envolvendo crianças e adolescentes, com maior incidência nas zonas rurais, mas também na área urbana⁽²⁾ da Guiné-Bissau, malgrado a sua incriminação pela Lei 6/2014.

² Para se ter presente a dimensão do problema de casamentos não consentidos ou forçados, trouxemos os números dados pelo “Relatório 2010-2012” da Liga Guineense dos Direitos Humanos, que mostra o seguinte cenário, num país com aproximadamente 1,5 milhões de pessoas: “no que concerne ao fenómeno de casamentos forçados existem poucos dados disponíveis, mas, segundo o Estudo sobre a Violência Contra as Mulheres, encomendado pelo governo da Guiné-Bissau, com apoio do sistema das Nações Unidas, 41% das mulheres inquiridas afirmaram não ter escolhido o seu próprio marido”. De acordo com este Estudo, durante o período de 2006 a 2010, 764 casos de denúncias de casamento forçado foram apresentados em todo território nacional. Naquele período foram ainda registadas 23.193 denúncias de diferentes tipos de violência em que as vítimas são mulheres. Cf. Relatório 2010-2012 no site da Liga Guineense dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.lgdh.org/p/relatorios.html>; consultado em 27.III.2018.

- (3) O ordenamento deste país é quase um decalque da ordem jurídica portuguesa, ainda que com algumas *nuanças*, o que possibilita a cooperação no domínio da política legislativa e a partilha de informação tendentes à melhoria de políticas públicas.
- (4) A ligação histórica que une as duas nações e a estreita amizade que se manteve entre os dois povos no período pós-colonial, o que propicia a verificação de situações em que são atraídas jovens àquele país com intuito de ali serem forçadas a casamento tradicional; ou vice-versa, i.e., casos em que homens luso-guineenses ou guineenses residentes em Portugal vão para a Guiné-Bissau para casar com jovens residentes na Guiné-Bissau a fim de, posteriormente, viajarem para território português, trazendo-as já como suas “legítimas” esposas.
- (5) A significativa comunidade guineense residente em Portugal, bem como a considerável percentagem de cidadãos portugueses descendentes de guineenses da segunda geração, portanto, já nascidos em solo português. O que convoca a possibilidade de existência de vítimas, não apenas guineenses, mas também já portuguesas.

Assim, de forma a tomar contacto imediato com todas as fontes, solicitámos, previamente, acesso às entidades costumeiras, religiosas, judiciárias, públicas e privadas, que contactam ou contactaram directamente com esta realidade.

Com efeito, fomos recebidos pelas seguintes instituições: Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança, Associação dos Amigos das Crianças, Missões Evangélicas, Procuradoria-Geral da República, Assembleia Nacional Popular, Aldeias de Crianças SOS. Foi-nos dada a possibilidade recolher, junto delas, informações e documentos que nos permitiram aceder a dados oficiais e credíveis acerca deste problema.

Do mesmo modo, levámos a cabo a tarefa de contactar de forma directa e pessoal as adolescentes e jovens que foram sujeitas ao casamento forçado, os seus familiares e os Ministros das congregações religiosas que as acolheram quando estas lograram fugir desses casamentos.

No entanto, não pudemos concluir esta pesquisa sem ouvir a “parte contrária”: os alegados “constrangedores”, alguns são pais, outros são tios/tias, madrastas e avós. Contactámos com a comunidade, encetando um diálogo directo (ou com recuso o

tradutor do respectivo idioma) com os membros de Conselhos de Anciãos que promovem a mediação de conflitos.

Esse contacto directo levou-nos para dentro da realidade dos casamentos forçados e possibilitou-nos sentir o pulsar da tradição, as motivações dessa cultura, as suas consequências, bem como a força do Direito Costumeiro no confronto com as leis do Estado. Permitiu-nos tomar nota da forma como coabitam o direito consuetudinário e o direito estadual. Abriu-nos a porta tanto a testemunhos dramáticos de pessoas que lutaram pelo direito de escolher com quem casar, bem como daquelas que se resignaram, aceitaram a sua sorte e o destino que outrem escolheu impor-lhes. Este trabalho de campo colocou-nos defronte de problemas que vão para lá do direito penal positivo. Conduziu-nos a ouvir a força do argumento e da convicção de pessoas, para quem a cultura se devia sobrepor (e que fazem com que se sobreponha) à vontade de um “legislador desconhecido”.

Ouvimos, despidos de quaisquer preconceitos. Escutámos desprendidos de qualquer juízo de censura. Quisemos entender tudo quanto envolve o casamento forçado. Quisemos descortinar os métodos de reconhecimento e de selecção de jovens aptas a serem dadas em casamento.

Propusemo-nos indagar sobre a necessidade de um considerável e variado arsenal de condutas, todo ele dirigido a coagir em casos de ausência de consentimento da criança ou da jovem nubente.

Investimos na tarefa de caracterizar todo o processo de constrangimento, definindo e delimitando todas as acções concretas exercidas desde o início ao fim do processo de casamento forçado. Isto é, desde o pedido ou o oferecimento da noiva, até à consumação ou tentativa de realização do casamento forçado, bem como papel desempenhado por todos e cada um dos intervenientes que lhe deram causa.

Por último, cumpre dizer que não pretendemos afirmar que tenhamos conseguido o pleno de certezas acerca deste fenómeno. O resultado do presente trabalho e os objectivos que o mesmo se propôs alcançar pretendem apenas dar resposta a algumas questões suscitadas quanto ao enquadramento jurídico-penal da conduta do cônjuge da nubente. Porém, ainda que não logrando cobrir e compreender todo o contexto que envolve esta cultura *contra legem*, acreditamos ter dado mais um passo, embora pequeno, prestando assim um pequeno contributo para a compreensão deste fenómeno.

1.1. Definição

Diz-nos o artigo 1577.º do Código Civil (de ora em diante CC), em termos muito simplificados, que o casamento é um contrato entre duas pessoas que têm o fito de formar família mediante a plena comunhão de vida.

Se a ordem civilista entende o casamento com estes requisitos, como podemos, enquanto sociedade, conceptualizar o crime de casamento forçado? Ou seja, sob o ponto de vista da intervenção penal, mostra-se imperioso definir e delimitar o que se entende por “casamento forçado”.

Antes de visitarmos o CP, trazemos à colação a definição aventada na Conferência das Nações Unidas em Maio de 2009: *“É o casamento realizado e em que pelo menos um ou ambos os contraentes não deram o seu consentimento livre e válido, por ter sido obtido com recurso à coacção física ou moral”*⁽³⁾.

Contudo, ainda que concordemos que a definição possa merecer aceitação, da nossa parte tendemos a chamar a atenção para a circunstância de o aludido conceito não ser rigoroso. Ou seja, não nos parece que o conceito de casamento forçado se caracterize com exactidão ou sequer se esgote na caracterização formulada *supra*.

Efectivamente, como veremos adiante, importa separar situações em que há um silêncio, sem que tal signifique consentimento, das situações em que há um dissenso expresso e o consentimento é arrancado por meio de violência ou qualquer outra forma de coacção. Dito de outra forma, existem situações em que a nubente não dá o seu consentimento expresso, porque se cala e se conforma com o destino que lhe foi imposto pela família e/ou pela comunidade, mas desse seu silêncio não se pode extrair um consentimento tácito; e outras em que a jovem ou a criança manifesta expressamente a falta de consentimento, porque recusa casar-se, sendo a sua adesão obtida com recurso a constrangimento.

O que importa reter para o presente estudo é que esta prática assenta numa ausência daquilo que constitui a pedra de toque de uma união conjugal: o consentimento livre, pleno e válido.

³ Cf. Relatório da Conferência das Nações Unidas. Disponível em: http://www.un.org/womenwatch/daw/egm/vaw_legislation_2009/Expert%20Paper%20EGMGPLHP%20Cheryl%20Thomas%20revised_.pdf; consultado em 04.II.2018.

Neste sentido, mostra-se curial salientar que esta prática difere de outras que, embora conexas, dela são diversas:

- a) *Casamento arranjado* – união em que a palavra final pertence aos nubentes, apesar da pressão familiar e social – muito frequente nas comunidades ciganas. Apesar disso, também se tem conhecimento de casos de casamento forçado dentro destas comunidades.
- b) *Casamento precoce* – situação em que ambos os nubentes são menores, normalmente adolescentes, e vivem consensualmente com conhecimento dos respectivos progenitores.⁽⁴⁾
- c) *Casamento por conveniência* – casamento cujo fim visado é a obtenção de vantagens económicas ou a aquisição de nacionalidade, pelo que falta o requisito de “constituir família”. Contrariamente ao que se verifica nas circunstâncias acima referidas, este casamento não se insere nos que são culturalmente motivados, sendo considerado uma espécie de “transacção comercial”, podendo ocorrer em qualquer sociedade ou cultura.

1.2. Contexto socioeconómico do casamento forçado

A prática de casamento forçado existe em várias partes do mundo, conhecendo-se maior incidência nos países da África subsariana, Ásia meridional⁽⁵⁾, Médio Oriente, Norte de África e nas comunidades ciganas um pouco por todo o mundo, embora esteja a cair em desuso.⁽⁶⁾

Com efeito, sendo uma prática que se insere fundamentalmente em comunidades concretas, importa notar que pode extravasar, e extravasa, os limites dos países de onde estas comunidades são originárias, podendo ocorrer no território de outros países.

Esta foi a conclusão a que chegámos após o trabalho de investigação no terreno, através dos relatos que coligimos e do contacto que encetámos junto da comunidade paquistanesa e da comunidade do Bangladesh em Portugal.

⁴ Diferente do casamento forçado precoce que, juntamente com as situações da chamada de “venda de noiva”, constituem, ambas, casos de casamento forçado.

⁵ Artigo do “Expresso” baseado no Relatório da UNICEF. Disponível em: http://expresso.sapo.pt/internacional/2018-03-06-Mais-de-150-milhoes-de-meninas-em-risco-de-casamento-forcado-ate-2030#gs.mord_ss; consultado em 30.V.2018.

⁶ Cf. GODINO, Anna Ordíñez – “*Un análisis sobre los matrimonios forzados: de la tradición a la ilegalidad*”. P. 10. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/tfg/2014/119126/TFG_aordonezgodino.pdf; consultado em 30. V.2018.

Por um lado, do cruzamento desses dados resultou claro que o casamento forçado, além de possuir uma motivação eminentemente cultural, verifica-se tendencialmente num contexto socioeconómico de exclusão social, originado por uma acentuada dependência económica da mulher. Ou seja, além de ocorrer só em culturas concretas, está também sempre associado à pobreza e à baixa instrução, o que propicia e materializa a coisificação da mulher independentemente do tempo e do lugar.

Por outro lado, o casamento forçado caracteriza-se pela bifurcação dos contextos em que ocorre: casamento forçado em contexto **religioso**; e casamento forçado alicerçado numa forte presença de valores e **étnico-costumeiros**.

Neste sentido, para a representação de um e outro contexto, circunscrevemos a nossa pesquisa de campo, feita na Guiné-Bissau, às etnias Fula e Balanta. Primeiro, porque, além de representarem ambos os contextos, são dois grupos étnicos com maior representatividade no mosaico etnográfico guineense. Ademais, e coincidentemente, porque são os grupos em se verificam as maiores incidências da prática de casamento forçado.⁽⁷⁾

Deste modo, os Fulas praticam o casamento forçado com motivação cultural e num contexto religioso, mas também com um forte cunho comercial, já que o “casamento na tribo Fula (...) é um negócio em que o vendedor é o pai ou a família da noiva, o objecto da compra a mulher, e o comprador o pretendente ou família deste”⁽⁸⁾. Ou seja, a convenção entre o pretendente a marido e a família da menina tem por base uma troca, e o casamento forçado ocorre, normalmente, no seio de comunidades de confissão religiosa muçulmana, que aceitam e até promovem a poligamia.

Na família Fula, e desde sempre, “a autoridade do marido é, em princípio, absoluta: ela exerce-se sobre as mulheres e os filhos de uma forma tão marcada que, ainda hoje, alguns povos maometanos aceitam o direito de vida e de morte do chefe sobre todos os membros da família. (...) Nos Fulas, convém distinguir entre o chefe de família (*diom galé*) e o patriarca (*musidal*) porquanto o primeiro é o dono das pessoas e coisas que vivem sob sua direcção, enquanto o segundo é o mais velho dos indivíduos da linha masculina.”⁽⁹⁾

⁷ “A Guiné-Bissau apresenta uma grande variedade de etnias. Balanta (27%) e Fula (23%) (...)” – Cf. Grande Dicionário Enciclopédico, Ediclube, p. 3097.

⁸ Cf. MOREIRA, José Mendes – *Fulas do Gabú*. Bissau. Centro de estudos da Guiné Portuguesa, n.º 6, 1948, p. 282 ss.

⁹ Cf. SILVA, Artur Augusto da – *Usos e Costumes jurídicos dos Fulas da Guiné-Bissau*. 3ª Edição. D.E.D.I.L.D., p. 43.

Os Balantas são um grupo étnico cuja motivação é eminentemente étnico-costumeira, uma vez que são Animistas e acreditam na interacção entre a comunidade, a natureza e os espíritos dos seus antepassados⁽¹⁰⁾.

Iremos deixar aqui estes dois termos comparativos porque, do contacto que tivemos com a realidade do casamento forçado praticado noutras paragens, não resultou nenhuma caracterização estranha ao modo como tudo se processa nestes dois grupos étnicos. Isto é, tanto num contexto como noutro, o processo selectivo das jovens aptas a casar não apresenta diferença significativa: assenta no aparecimento dos seios e do segundo ciclo de menstruação. Quanto às contrapartidas, as oferendas são quase sempre do mesmo género, os rituais são parecidos, a evolução no processo de constrangimento é quase decalcada – ou seja, os meios empregues começam sempre com pressões verbais para depois irem endurecendo gradativamente até à cedência, à fuga ou, no limite, até desembocar na morte por suicídio, durante a fuga, ou à pancada.

Dissemos *supra* que o casamento forçado tem por base o não reconhecimento de direitos à Mulher. Contudo, importa dizer que, paralelamente a este pressuposto de base (a recusa de igualdade da mulher), concorrem outros pressupostos de natureza fundamentalmente económica. Ou seja, tal como referimos acima, a par da questão cultural estão igualmente a pobreza e a baixa instrução.

Em boa verdade, e importa dizê-lo, dos onze relatos que ouvimos de jovens que foram forçadas a casar, nenhuma delas provinha de uma família abastada ou sequer de classe média, sendo predominantemente do meio rural.

Como veremos adiante, ainda que se esteja perante uma sociedade que mantém e promove a inferioridade da mulher, as filhas de homens abastados ou com condições mínimas de vida raras vezes são forçadas a casar. Normalmente, a estas é permitido escolher o seu próprio marido, não obstante serem tidas como inferiores na cultura machista dessas mesmas sociedades. Quando há excepções, as jovens são forçadas a casar, mas com noivo da mesma idade e com condição socioeconómica equivalente, visando deste modo a junção do património das duas famílias. Dito de outra forma, as excepções resultam de situações em que os pais celebram convenções para casarem os filhos como forma de aliança.

¹⁰ “Os animistas cultuam os espíritos dos seus ancestrais, os membros da família das gerações anteriores e os mortos”; acreditam em “homens e mulheres com conhecimentos especiais do mundo espiritual que são chamados de Curandeiros, Bruxas, Xamã e Feiticeiros”. Cf.: “*Sentido étnico e etimológico do povo Balanta*”. Disponível em: <http://tchogue.blogspot.pt/2017/01/sentido-etnico-e-etimologico-do-povo.html>; consultado em 29.V.2018.

Assim, se verificarmos os números, vemos que outro factor indissociável do casamento forçado, e que resulta notório, é o facto de ser uma prática que ocorre com mais frequência no meio rural. Na verdade, os resultados apresentados por um estudo encomendado e publicado pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) mostram que **11%** das jovens entre os 15-19 anos estão casadas, sendo que **7%** casou antes dos 15 anos, e nessa franja, **47%** são do meio rural contra **27%** do meio urbano.⁽¹¹⁾

Em bom rigor, é mais frequente esta prática em meios onde existem poucas possibilidades de inserção da mulher no mercado de trabalho, o que leva a que as jovens, chegada a puberdade (com o aparecimento dos seios e da menstruação), sejam vistas como encargos para as suas famílias. A jovem passa a ser vista como uma mulher e não como criança e, portanto, susceptível de gerar uma criança e assim acarretar ainda mais gastos para família. Nestas sociedades a força de trabalho produtivo ainda é quase integralmente destinada aos homens, ficando as mulheres com os trabalhos domésticos e a educação dos filhos. Observámos isso na Guiné-Bissau, tanto no interior como na cidade de Bissau, a capital. Este foi também o entendimento que resultou do contacto com comunidade do Paquistão e do Bangladesh em Lisboa.

Igualmente, outro factor estreitamente relacionado com esta prática é o baixo nível de instrução no seio da comunidade onde ocorre o casamento forçado. Os números do estudo acima mencionado mostram uma realidade em que **52%** das jovens forçadas a casar não apresentam **nenhum** nível de instrução⁽¹²⁾, o que nos inculca a ideia de que quanto mais elevado é o grau de instrução ou de acesso à informação, menor a probabilidade de ocorrência de casamentos forçados.

Fomos levados a este entendimento, pois, no contacto directo com relatos das vítimas, foi-nos revelado que, a par do medo das agressões físicas, há outros factores de que as vítimas têm tanto ou mais medo: por exemplo, a evocação da maldição dos feiticeiros e bruxas, como forma de persuasão enraizada na comunidade que coloca as crianças e adolescentes em estado de grande temor.

Na verdade, dos relatos que recolhemos das vítimas, resulta que não é muito difícil fazer as jovens acreditar que os seus constrangedores têm o poder de invocar a

¹¹ Cf. “Guiné-Bissau – Inquéritos aos indicadores múltiplos (MICS5) – 2014”. Edição Unicef., p. 228. Disponível em: file:///C:/Users/Vailton/Downloads/unicef_MICS_Guinea-Bissau_2014.pdf; consultado em 21.VI.2018.

¹² *Idem*, p. 228.

força maligna dos respectivos grupos étnicos. Forças essas, provenientes dos Irãs, das bruxas, dos espíritos dos antepassados, que recairão sobre elas como maldição, e que as irão punir caso se recusem a casar.

Cumpramos acentuar este aspecto que, parecendo inócuo, não é de somenos importância tendo em conta que quase todas as jovens com quem falámos tocaram neste ponto. Há uma crença fortemente enraizada nas comunidades de pertença das vítimas nos poderes do oculto, segundo a tradição de cada grupo étnico.

Em manifesto contraponto, verificou-se que as jovens, que frequentavam a igreja ou a educação formal, mormente a partir do 1º ciclo, não se mostraram sensíveis nem se deixaram intimidar pelo uso deste tipo de pressões. E, grosso modo, foram as que arriscaram a fuga.

Feita esta pequena resenha dos factores sociais e económicos que enformam a prática de casamento forçado, importa saber, pois, como na realidade as coisas se desenvolvem. Que é o mesmo que perguntar: como é que se caracterizam os contextos em que esta prática se insere?

1.3. Motivação cultural

“Quando se formou a nacionalidade portuguesa a *família* regulava-se pelo costume. [...] o casamento era precedido dos esponsais ou promessa de casamento, onde se estipulava o dote ou *arras* para a garantia da mulher em caso de viuvez («mulher recabdana»). O casamento era um contrato e ao mesmo tempo um sacramento, mas, na forma externa de certos ritos que variavam conforme os usos locais, havia ressaibos simbólicos de rapto primitivo ou transacção celebrada entre o pretendente e o chefe da família, ritos que se revestiam, por vezes, de extraordinário aparato e se celebravam em frente de todo o povo.

(...) No Minho e na Beira, em tempos antigos, a esposa era levada da casa paterna, como que à força, pelo pai ou pela mãe ou pelo parente mais próximo que fosse superior aos outros. A noiva, lacrimosa, avançava por entre o povo com grande acompanhamento de amigos e vizinhos, à frente dos quais ia um outro parente que levava nas mãos a roca e o fuso. A noiva era conduzida para a casa do esposo.”⁽¹³⁾

¹³ Cf. LANGHANS, F. P. de Almeida – “O Direito da Família em Portugal. Apontamento para a sua História”. In: *Separata de «Boletim do Ministério da Justiça»*. N.º 132. Lisboa, 1964, p. 6.

Como se viu, era costume os chefes da família negociarem a promessa de casamento, mostrando que o direito da família em geral e o casamento em particular tiveram uma base consuetudinária. Como veremos adiante, o que sucede é que, em algumas culturas, tudo se manteve igual até os dias de hoje, nos exactos termos acabados de demonstrar.

Isso nos conduz à conclusão de que a montante do casamento forçado, seja em contexto religioso ou étnico-costumeiro, está a coisificação da Mulher na própria cultura dos países ou comunidades onde esta prática ocorre.

Nos tempos idos, as coisas faziam-se dessa forma porque a mulher tinha poucos direitos reconhecidos. A sociedade era, além de vincadamente estratificada, fortemente patriarcal. Era o homem quem ditava as regras e, ainda que as mães tivessem algum poder de decisão, a “última palavra” cabia sempre ao homem: o *patter* família.

Se atentarmos à realidade civilizacional ainda hoje existente em alguns países da África subsariana, da Ásia e da América do Latina, deparamo-nos com este estado das coisas. Uma realidade em que a sociedade em geral e o casamento em particular sofrem uma forte influência do direito costumeiro e de onde continuam a ocorrer flagrantes violações dos mais elementares direitos da Mulher.

O fenómeno do casamento forçado tem como ponto de partida, portanto, a montante, a negação de condição igual às mulheres face aos homens. É de resto a essa recusa que se vai buscar a legitimação para se forçar a jovem a casar. Dito de outra forma, é a diminuição da Mulher que abre as portas a todo o género de violações de direitos. Só a jusante está a argumentação de cariz étnico ou religioso para afirmação de razões que são, sobretudo, de ordem cultural.

Essa cultura da superioridade do homem em relação à mulher deu, e ainda dá, lugar à aceitação e até à promoção da poligamia. O resultado dos estudos realizados, no caso da Guiné-Bissau, mostra que, “entre **todas** as mulheres de 15-49 anos que estão casadas ou em união, **44%** está numa união poligâmica [...]”⁽¹⁴⁾. (Negritos nossos)

E se há uma elevada tolerância por parte da comunidade em aceitar, por exemplo, que um homem de sessenta anos se case com uma menina de treze, catorze ou quinze anos sem consentimento (ou mesmo contra a vontade desta), tal resulta do facto de a condição masculina ser vista como superior. Se olharmos para números desta

¹⁴ Cf. Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS5), cit., p. 228.

realidade, eles mostram-nos que “mais de metade das mulheres de 15-19 anos está actualmente casada ou em união com homem que é pelo menos 10 anos mais velho (60%) (...)”⁽¹⁵⁾. (Negrito nosso)

Ainda no caso da Guiné-Bissau, o desrespeito pela condição da Mulher revela-se igualmente noutras formas de violação de direitos, como a Mutilação Genital Feminina, em que “o universo de mulheres de 15-49 anos apresenta uma percentagem de 45% de excisadas, subindo este número para 96% em algumas regiões”⁽¹⁶⁾. (Negritos nossos)

Porém, se atentarmos nos números da violência doméstica encontramos a expressão máxima dessa cultura marcadamente machista, de tal forma enraizada no sentir social que os estudos mostram que são as mulheres quem encontra mais razões para a sua própria punição corporal.

“Em geral, 42% das mulheres [...] pensa que se justifica que o marido/parceiro bata ou espanque a mulher pelo menos numa de cinco situações: [...] casos em que uma mulher não preste atenção aos filhos (25%), ou se demonstrar a sua autonomia, por exemplo saindo sem dizer nada ao marido (21%), discutindo com ele (28%), se se recusar a ter relações sexuais com o marido (19%), ou se queimar a comida (8%)”⁽¹⁷⁾. (Negritos nossos)

Nestas sociedades, centradas na figura do homem, em que se visa eternizar a submissão da mulher, cabe levantar a seguinte questão: quando é que ocorre a transição de criança para a condição de mulher? Qual o critério de selecção que antecede o destino de ser ou não dada para um casamento indesejado, i.e., quando é que uma menina deixa concretamente de ser uma criança e passa a ser considerada apta a casar?

O critério de aferição é igual em quase todos os grupos étnicos, ou seja, “em princípio não há idade a partir da qual é válido o casamento. Depende dos agrupamentos e, quanto à mulher, do seu desenvolvimento físico. Em regra, a mulher só pode casar após a primeira menstruação e quando os seios estão desenvolvidos. (...) Antes dos oito anos é absolutamente vedado o casamento de uma mulher.”⁽¹⁸⁾ Assim, numa interpretação *a contrario sensu*, poder-se-ia concluir que os oitos anos são a idade-base a partir da qual se pondera a possibilidade de entregar uma menina em casamento.

¹⁵ *Idem*, p. 232.

¹⁶ *Ibidem*, p. 233.

¹⁷ *Ibidem*, p. 239.

¹⁸ Cf. SILVA, Artur Augusto da – *Usos e costumes jurídicos dos Fulas da Guiné-Bissau*, cit., p. 57.

Contudo, e independentemente do seu desenvolvimento, apurámos que são raros os casos em que se faz casar uma criança com essa idade.

Será, pois, o momento em que é dado a saber aos homens da comunidade (pelas mulheres que, entretanto, seguiram o crescimento das meninas) que determinada jovem deixou de ser criança e passou a ser mulher, pelo que se deve cuidar rapidamente de a entregar ao prometido marido, de forma a evitar o risco de engravidar de outro homem.

É em face a tudo o que acima se disse que consideramos que a questão de fundo se encontra a montante. Isto é, a fonte que legitima e fundamenta a recusa em reconhecer direitos à mulher está no pressuposto cultural da inferioridade da própria mulher.

De tudo quanto foi dito consideramos que, nessas sociedades marcadamente patriarcais, *a motivação cultural subjacente à prática de casamentos forçados* – e de todas as outras práticas que diminuem a mulher – alicerça-se, apenas e só, na vontade do homem de subjugar a mulher. Somos partidários da ideia de que o objectivo é, tão só, o de assegurar a perpetuação da cultura de dominação, ornada de argumentos de preservação dos valores étnicos ou tradicionais. Há a ideia sedimentada de que a “mulher é tão inferior ao homem, ao ponto de não lhe poder recusar casamento”, visando desta forma assegurar a cultura da dominação. Logo, se se alterar a cultura da coisificação da mulher, cairá por terra toda a argumentação subjacente às práticas violadoras dos direitos da Mulher e motivadas pela cultura de subjugação desta, pela simples condição de ser mulher.

Importa igualmente considerar o que sucede desde o pedido/oferta da noiva, passando pela a comunicação à mesma de que já tem marido à espera, até ao momento da consumação do matrimónio ou da sua tentativa. Quantas fases conhece este processo? Quem são os intervenientes a quem incumbe a tarefa de quebrar a resistência da jovem em caso de recusa?

Para dar resposta a estas questões, teremos de voltar a analisar, ainda que sinteticamente porque retomaremos este ponto adiante com mais detalhe, os contextos concretos em que essa prática se insere. Tal como acima deixámos sublinhado, esta prática verifica-se em dois contextos diferentes: um primeiro, com motivação fundamentalmente étnico-cultural, do qual só logramos encontrar paralelismos noutras comunidades animistas também da África subsariana; e um outro, já com cunho

essencialmente religioso, que é o contexto que reúne as maiores similitudes com outros casos de casamento forçado praticado um pouco por todo mundo.

O primeiro contexto corresponde ao grupo étnico dos Balantas.

1.4. Contexto étnico-cultural

Neste contexto, o que sucede é que, normalmente, na constância do casamento, a esposa traz para casa uma criança de sexo feminino, normalmente sobrinha, a qual educa e cuida para que futuramente esta a venha suceder-lhe nas obrigações conjugais. Por um lado, a aproximação da fase de menopausa e a consequente diminuição das relações sexuais com o marido e, por outro lado, a perda de beleza física decorrente da idade, fazem com que a adolescente criada em casa seja chamada a assumir a tarefa de satisfazer os desejos sexuais do marido.

Note-se que esta etnia tem uma particularidade quanto ao modo como são encarados os seus valores étnico-culturais: vivem de forma excessivamente vincada os seus usos e costumes, de modo que as normas consuetudinárias têm mais força do que a lei do Estado. Além disso, neste grupo étnico, “as mulheres não exercem poder de decisão relevante nas tabancas, sendo casadas ou viúvas, salvo em situações em que não exista homem que esteja em condições de exercer o cargo.”⁽¹⁹⁾

Este desenho social, centrado na figura do homem Balanta, mostra a impossibilidade de a voz feminina ser ouvida e muito menos atendida, bem como as “vozes de fora”. É uma comunidade muito hermética no que toca a usos e costumes da “pura tradição balanta”.

Do contacto directo que tivemos com esta comunidade nas tabancas, ficámos com a ideia de que existe uma permanente tensão em caso de confronto entre a normas do direito positivo e as normas ou usos costumeiros. Tensão, por um lado, derivada da forte exigência com que, entre os Balantas, se fazem cumprir os ditames tradicionais e, por outro lado, derivada da forte agressividade que manifestam perante a não observância desses ditames ou uma ingerência externa.

Quando confrontado com situações que possam perturbar o *status* da sua etnia ou desrespeitar as normas e/ou funcionamento dos usos e crenças da comunidade, o

¹⁹ Cf. *Direito costumeiro vigente na República da Guiné-Bissau*. Elaborado pela Faculdade de Direito de Bissau, com a colaboração do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Estatísticas, p. 212.

homem balanta reage com invulgar ferocidade. Seja com um dos seus ou com os de fora da comunidade.

Este espírito de pertença está bastante enraizado em tudo o que diz respeito ao cumprimento dos seus usos, rituais, cerimónias de circuncisão masculina ou de casamentos.

Para uma síntese compreensiva do que se está a falar, importa trazer um relato que ficou documentado e foi tornado público pelo relatório do Estudo sobre as Práticas Nefastas e a Violência Doméstica na Guiné-Bissau: “[s]egundo as entrevistadas, em caso de recusa ao casamento, com base no consenso da família, a menina é amarrada nua em um quarto e ao suposto marido é dado o direito de violá-la como forma de consumação do casamento.”⁽²⁰⁾

Situações de violência como as acima descritas, e outras diferentes, mas igualmente violentas, foram corroboradas pelas jovens com quem falámos. Relatos de situações em que se fez uso de violência extrema como forma de repressão ou prevenção, como adiante constataremos.

À luz dos costumes daquela etnia, uma reacção naqueles termos pretende ter duas valências: a repressiva, porque visa punir uma gravíssima infracção como é a recusa ou tentativa de fuga; e outra, de cariz de preventivo, porquanto visa passar uma mensagem à comunidade e às jovens que possam ter veleidade de desafiar o poder tradicional.

Em visita e conversa tida com dirigentes de uma instituição religiosa no Sul⁽²¹⁾, foi-nos relatada a tensão constante entre aquela comunidade étnica e o resto da região, no que respeita às tentativas de interferência nas questões tribais, especificamente por causa de um incidente de casamento forçado, em que a jovem conseguiu fugir e pedir ajuda junto daquela congregação religiosa. O Ministro religioso contou-nos o que os membros daquela etnia lhe tinham feito: “*resolveram fazer-me uma emboscada, todos*

²⁰ Cf. “Estudos sobre a situação das práticas nefastas e violência doméstica nas Regiões de Bafatá, Oio, Cacheu e Bissau.” In: *Revista da Liga Guineense dos Direitos Humanos*. Setembro 2017, p. 14.

²¹ O Sul é a região da Guiné-Bissau onde ocorrem mais casamentos forçados, na medida em que é uma zona predominantemente povoada por Balantas e Fulas. É a instituições religiosas como a referida que se dirigem as meninas que conseguem fugir, pedindo abrigo. Até onde se julga saber, também são essas instituições que acolhem o maior número de casos de casamentos forçados, reencaminhando-os depois para a cidade de Bissau, garantindo que as vítimas fiquem fora do alcance dos membros da sua comunidade, num lugar onde a presença dos poderes do Estado é mais efectiva.

As pessoas que dirigem estas instituições foram, por inúmeras vezes, alvo de tentativas de agressão e até de homicídio por aceitarem acolher as crianças e adolescentes em fuga que conseguem lá chegar. São estes Ministros religiosos que, quando tomam conhecimento deles, comunicam às autoridades os casos de espancamento, suicídio ou homicídio de jovens, causados no contexto dos casamentos forçados.

munidos de catanas e paus para me matar, quando fui levar essa menina a uma consulta; penso que só não arriscaram matar-me devido a minha condição e também devido ao aviso deixado por um juiz de Direito daquela região” ⁽²²⁾.

Este permanente clima de crispação obsta ao conhecimento desta prática por parte das autoridades, que são, já de si, muito ausentes naquelas zonas recônditas do país. Os membros da comunidade têm receio de denunciar os autores dos espancamentos ou, mesmo que se conheçam casos de casamentos forçados, os seus autores não são denunciados, o que faz presumir e recair as suspeitas sobre os progenitores. Estas situações nem sempre têm correspondência com os factos, como tentaremos demonstrar adiante.

1.5. Contexto cultural religioso

O casamento forçado praticado nestoutro contexto assume contornos acentuadamente diferentes dos que deixámos retratados acima. Fomos buscar a realidade praticada dentro da etnia Fula, cuja religião é muçulmana, para retratar o casamento forçado como trato comercial e igualmente associado à religião, na medida em que, nesta etnia, o Corão é interpretado no sentido de permitir ou até preconizar a prática de poligamia – o que evidentemente abre portas ao casamento forçado.

E o facto de, neste modelo, a prática de casamento forçado estar associada a uma confissão religiosa, confere-lhe uma matriz com pouca presença de violência, comparativamente à que é normalmente empregue pela etnia Balanta.

Para isso contribui desde logo a própria idiosincrasia deste grupo étnico. Ao que acresce a forma diferente como encara a relação com o poder estatal. Este grupo étnico constitui o grosso dos elementos que compõem as forças armadas e as forças de segurança, o que permite compreender a apatia destes perante a necessidade de intervenção do Estado nos casos de denúncia de casamento forçado, bem como a ausência de receio dos seus agentes num eventual confronto entre a comunidade e os poderes do Estado.

Por outro lado, recorde-se o modo muito vincado como são sentidos e encarados a tradição e os costumes pelos Balantas, bem como a propensão desta etnia para o uso

²² Cf. Depoimento do Pastor Manuel Cá.

de violência física quando acreditam estar perante uma tentativa de desvirtuamento dos seus valores ancestrais.

Não obstante essas diferenças, o que recolhemos do contacto com o contexto religioso-comercial do casamento forçado na etnia Fula leva-nos a concluir que este possui menor carga de violência física.

Contudo, não se pode dizer que não ocorram agressões físicas naquele contexto. Atente-se no tratamento dado a uma vítima de casamento forçado de etnia Fula, requerente de asilo em Portugal, plasmadas no acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul: “a ora Recorrente foi forçada pelo pai a conformar-se a um casamento com um primo que não desejava. Por ter mantido relação amorosa que não merecia o acordo da família, foi brutalmente espancada pelo noivo, perante a passividade, ou mesmo a anuência dos seus familiares. Foi ameaçada de morte pelo noivo na eventualidade de perder a sua virgindade antes do casamento, tendo sido vítima, igualmente, de graves sevícias físicas (...)”⁽²³⁾.

Ainda assim, importa salientar que o resultado do nosso trabalho aponta inequivocamente para a existência de constrangimentos baseados mais na violência psicológica do que na física. Neste contexto, os meios de constrangimento mais usados são: a intimidação, as ameaças com bruxedos e outros obscurantismos, a chantagem e o isolamento. Todas estas coacções apontam para o corte de laços familiares e/ou afectivos, e são normalmente levadas a cabo pelas mães (tias, madrastras e avós), em conluio ou com participação dos pais (avôs, tios).

Tal como procuramos expor *infra*, há dois argumentos frequentemente usados, nos quais se baseia a necessidade de impor o casamento às filhas: o de que, segundo essa etnia, a vontade de Deus vertida no Corão comete aos pais a tarefa de escolher o melhor para os filhos; e o de que aquele Livro Sagrado aconselha e permite relações poligâmicas. Acrescendo ao peso desses argumentos, está a particularidade da existência de uma forte ligação entre todos os membros da família.

Tanto quanto percebemos, esta última é a razão concreta por que a etnia Fula substitui o uso de violência física extrema pelo recurso a uma intolerável pressão de cariz psicológico. Tomámos nota de uma lista infinda de meios usados para constranger as vítimas a casar, todos diferentes de espancamentos ou violações. Neste contexto de violência física, está sempre presente o receio de que os processos de constrangimento

²³ Cf. Acórdão de 24.02.2011, Processo n.º: 07157/11, Relatora: Teresa de Sousa.

ou de fuga resultem em morte ou danos físicos visíveis, o que pode acarretar confronto com as autoridades estaduais.

Contudo, e importa sublinhar, não queremos inculcar a ideia de que os meios utilizados neste contexto são suscetíveis de produzir menos danos nas vítimas face ao outro. Tivemos acesso a depoimentos de meninas, submetidas a violência psicológica, que nos pareceram apresentar maiores sequelas do que aquelas que foram espancadas. Desde logo porque em ambos grupos étnicos há uma desconsideração da condição da Mulher, que aliás não tem sequer capacidade jurídica: “a mulher só pode celebrar negócio com autorização do marido”⁽²⁴⁾, e “as mulheres não são totalmente livres para decidir com quem vão casar”⁽²⁵⁾.

Tal como vimos acima, o casamento forçado em contexto religioso e comercial cobre uma esmagadora maioria dos casos desta prática e funda-se num argumento comum a quase todas as sociedades que têm essa cultura. Ou seja, o que de os homens muçulmanos se permitem viver, consensualmente, com várias mulheres, desde cedo prestando contrapartidas como forma de garantir futuros matrimónios com esposas muito mais novas.

E como se desenvolve todo o processo neste contexto?

Similarmente ao modo usado pela etnia Balanta, determina-se que uma menina já se encontra apta a ser dada em casamento com o aparecimento dos seios e do segundo ciclo de menstruação. É, pois, o momento de entregar a menina ao prometido marido. Em ambos os modelos de casamento forçado promete-se ao futuro marido que a noiva lhe será entregue logo que verificado o preenchimento desses requisitos.

Assim, o elemento diferenciador prende-se com a forma de estabelecer o compromisso e o *modus operandi* do constrangimento. No contexto religioso/comercial, com a aceitação do trato comercial, assume-se um compromisso e cristaliza-se um vínculo recíproco entre o futuro marido e a família da menina (ou o pai desta). Note-se que, neste contexto, “qualquer pai pode dar a filha em casamento, sem o seu consentimento, desde que esta seja menor e virgem”⁽²⁶⁾.

²⁴ Cf. “Direito Costumeyro vigente na República da Guiné-Bissau”, cit., p. 226.

²⁵ Cf. *idem*, p. 227.

²⁶ Cf. SILVA, Artur Augusto da – *Usos e costumes jurídicos dos Fulas da Guiné-Bissau*, cit., p. 52.

O futuro marido fica de ir entregando as “oferendas”⁽²⁷⁾ e de arcar com outros custos inerentes à vida da prometida noiva, ou, então, dá-se início ao cumprimento de uma qualquer outra “obrigação” previamente convencionada. Do outro lado, fica a família adstrita a entregar a menina chegado o momento de entrada na fase da puberdade.

Ainda quanto a essa questão, importa trazer à luz a constatação do estudo mencionado acima, igualmente apoiado numa pesquisa de campo, segundo o qual os casamentos forçados “estão associados à tradição de oferecer as filhas ou sobrinhas em casamento, em troca de um dote antecipado ou de serviços prestados, bem ao reconhecimento social e à capacidade financeira demonstrada pelo possível marido na comunidade”⁽²⁸⁾.

É o contexto em que se verifica a maior parte dos casos de casamento forçado que chegam ao espaço europeu. Salienta-se que, dos casos conhecidos na União Europeia, seja por via do mundo judiciário ou através da comunicação social, pouco ou nenhum teve como contexto o casamento forçado de traços étnico-costumeiros, que se verifica na etnia Balanta.⁽²⁹⁾ Todos os casos que caíram no domínio público inseriam-se numa determinada comunidade com a cultura de prática de casamentos forçados; mas, do que tivemos acesso, todos eles apresentavam este traço comum: o casamento imposto face a uma contraprestação e num contexto religioso e apologista da poligamia.

Neste particular contexto de casamento forçado, o meio geralmente usado no constrangimento é uma intensa pressão psicológica, que se vai gradualmente acentuando até chegar ao estágio do que se pode chamar de violência psicológica. Dito de outra forma, começa-se com tentativas de convencer as meninas da bondade da decisão, de que foi tomada em observância à vontade de Deus; ao deparar-se com alguma resistência, então, aí sim, vão-se agravando os meios de coacção empregues.

As primeiras abordagens são normalmente feitas por uma só pessoa, normalmente, a mãe ou as tias. Só em casos de séria resistência se faz intervir outras pessoas notáveis da comunidade e, por fim, os homens da família.

²⁷ “No contrato ante-nupcial entram em primeiro lugar cabeças de gado *vacum* (...) constituído por uma vaca, um boi, um carneiro ou uma cabra, três esteiras, uma camisa para o pai, uma camisa ou um pano para a mãe, uma ou duas bandas de algodão e cem nozes de cola, além de dinheiro (...)” – Cf. MOREIRA, José Mendes – *Fulas do Gabú*, cit., p. 283.

²⁸ Cf. Estudos sobre a situação das práticas nefastas e violência doméstica [...], cit., p. 14.

²⁹ Cf. Histórias dadas a conhecer ao Mundo de prática de casamento forçado nos países de maioria muçulmana, portanto, inserida num contexto religioso. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2016/10/14/casamentos-forcados-contem-a-alguem-o-que-esta-a-acontecer>; consultado em 13.VI.2018.

Todavia, como acima dissemos, o casamento imposto neste contexto não comporta menor grau de danos. Do que recolhemos podemos avançar que, por exemplo, é neste contexto que se verifica maior número de casos de suicídio. Se é claro que raras vezes se conheceram histórias de morte ou ofensa grave à integridade física, resultantes de espancamentos, não podemos dizer o mesmo de casos de suicídio ou depressão.

Aliás, parece-nos que o número de vítimas que apresentam sequelas graves, ou que sucumbiram à violência psicológica neste contexto, suplanta em muito o número de casos de morte por espancamento ou de ofensa à integridade física grave no contexto de casamento forçado de cunho étnico-cultural.

Consideramos que as coisas se passam assim devido à caracterização muito própria da comunidade Fula e do modo como estabelecem as relações entre si. Isto é, por lado, pelo modo como está desenhada a organização societária; por outro, a carga religiosa presente deixa exposta a elevada dificuldade de as meninas daquela faixa etária enfrentarem por muito tempo a pressão da comunidade, em geral, e da família, em particular. Factores que contribuem para que uma considerável percentagem de crianças ou adolescentes desista de resistir e se entregue à sorte que lhes foi destinada.

Das jovens com quem falámos, muitas expressaram a enorme infelicidade em que vivem e mostraram, de forma lúcida e com argumentos logicamente atendíveis, por que trocaram a liberdade e a busca da felicidade pelo destino que lhes fora imposto. De facto, em determinadas situações, ponderados os valores, as crenças e os vínculos que se têm de deixar para trás, facilmente se alcança a razão por que estas desistem de fugir.

Neste particular contexto de casamento forçado, é muito difícil encontrar a resistência necessária para suportar as pressões de pessoas com as quais a jovem tem os mais profundos vínculos afectivos, sejam da família ou da comunidade, ao que acrescem, não raras vezes, factores religiosos ou ameaças de maldição vinda de forças ocultas (tais como feitiços, bruxarias, etc.), crenças fortemente enraizadas no espírito da comunidade, não sendo por isso expectável que uma jovem tenha capacidade para as desafiar.

Para se ter noção do grau de influência da pressão familiar a que uma criança ou jovem está exposta, trazemos o relato de uma vítima, hoje já mulher, que, depois de lhe ser imposto um casamento em Gabú⁽³⁰⁾ e trazida para Portugal, só conseguiu separar-se

³⁰ Gabú é uma região que fica a Leste da Guiné-Bissau onde a maioria da comunidade pertence à etnia Fula.

do marido ao fim de catorze anos e três filhos. Ou seja, não obstante viver numa sociedade que lhe oferecia todas as garantias para uma eventual separação, tal só foi possível após a morte do pai, de forma a evitar a suposta humilhação e o estigma a que família ficaria sujeita na sua comunidade de origem.

Efectivamente, uma família que tenha recebido durante anos o dote da sua filha (seja em género, dinheiro ou serviços prestados), para que depois o marido seja abandonado sem que a família tenha possibilidade de restituir tudo quanto tenha recebido ou pagar por todos os serviços prestados, ficaria eternamente estigmatizada e votada ao ostracismo.

Tal como dissemos noutra lugar, a situação exposta nos parágrafos anteriores tem grande similitude com o que ocorre na comunidade paquistanesa. Num caso, em que foi dada em casamento, a um emigrante, uma jovem trinta e um anos mais nova e, depois de anos de envio de dinheiro para a família da menina, esta veio a desfazer o casamento uma vez chegada a Portugal, o desfecho foi o suicídio do pai da jovem.⁽³¹⁾

Feito este enquadramento cultural e caracterizados os contextos em que os casamentos forçados ocorrem, no capítulo seguinte procederemos a uma aproximação ao regime jurídico do casamento civil e aos seus elementos e requisitos essenciais, tais como a capacidade e o consentimento, que são condições de validade de qualquer relação matrimonial ou análoga. Isso leva a que, na ausência daqueles elementos e requisitos, estejamos perante um casamento não válido, porque não plenamente consentido, logo obtido com recurso à violência (questão que também retomaremos no capítulo seguinte).

Não se mostra despiciendo salientar que é no contexto religioso muçulmano que se verifica a maior incidência de casamentos forçados em todo o mundo. Através do nosso contacto com a etnia Fula ficámos a saber que, não só praticam a religião muçulmana, como os homens interpretam o Corão no sentido de que este preconiza a poligamia. Ou seja, encontrámos uma estreita associação desta prática na etnia Fula, que professa a referida religião e interpreta o Corão no sentido de que para os muçulmanos é aceitável, e até recomendada, a celebração de vários casamentos.

³¹ Este relato foi-nos feito pelo Senhor “S”. Um emigrante paquistanês que presta apoio aos seus compatriotas junto das entidades administrativas por dominar a língua portuguesa.

CAPÍTULO II

O casamento forçado no ordenamento jurídico português

1. O casamento civil: um contrato e os seus requisitos

1.1. Evolução do conceito de matrimónio

Antes das *Ordenações*, o casamento era regulado pelo costume, como vimos no Capítulo I. Com a chegada de leis gerais, o casamento, enquanto união entre pessoas, foi sofrendo significativas mutações ao longo do tempo consoante as circunstâncias e o lugar.

Na Europa ocidental, até ao século XVIII, os casamentos eram uniões oficiais que resultavam da união entre noivos do mesmo grupo. A sociedade, na época bastante estratificada, primava pela manutenção dos valores e exigências da classe a que cada qual pertencia, cumprindo um destino e objectivo marcadamente pré-definidos, com prevalência para as vertentes económica e reprodutiva.

O século XIX trouxe alterações significativas a este panorama, devido à ascendência da classe burguesa, mas mantendo os mesmos valores comuns à burguesia comercial. Assim, a família, antes vista de forma alargada, e o casamento, antes visto como uma aliança entre famílias pertencentes à mesma casta social, passaram a ser encarados como uma pequena agremiação composta por marido, mulher e filhos. “O casamento passou a ser um assunto de parceiros matrimoniais, e não um assunto das respectivas famílias. Estava adquirido, nessa época, o ideal romântico do matrimónio; o de casamento ‘por amor’. O casamento romântico, porém, não estava menos submetido do que anterior ‘casamento aliança’ a um conjunto de normas rígidas, ‘universais’, acerca das funções da família e dos papéis desempenhados por cada cônjuge.”⁽³²⁾

O papel que sempre fora destinado à mulher, e que manifestamente a relegava para um plano secundário, foi-se paulatinamente alterando. Em consequência das duas Guerras Mundiais com que os países se viram confrontados, o papel da mulher passou a ser outro no seio da família e da sociedade em geral, devido à ausência do homem. Assim, a mulher deixou de estar confinada à casa onde o seu quotidiano se cingia aos

³² Cf. COELHO, Francisco Pereira/OLIVEIRA, Guilherme de – *Curso de Direito da Família. Vol. I: Introdução Direito Matrimonial*, 5ª Edição, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 121.

trabalhos domésticos e outras lides da casa, bem como à educação dos filhos e ao cuidar do marido.

Passou a ser da incumbência da mulher obter proventos para o sustento da família e contribuir para o trabalho de produção e para o esforço da guerra. Acrescendo a esses factores, a instrução generalizada permitiu à mulher ocupar postos de relevância no sistema produtivo. Foram estes os factores que marcaram e determinaram a mudança de paradigma e lograram resgatar a mulher do estatuto de inferioridade.

Não obstante a alteração na ordem social, o ordenamento jurídico ainda mostrava resistência.⁽³³⁾

Neste sentido, na década de setenta, com a consolidação crescente da emancipação da mulher, alterou-se completamente o quadro de valores do casamento e, gradualmente, foi diminuindo o fosso largo e fundo que até então existia entre marido e mulher, essencialmente por força da “nova” ordem legal.

Com efeito, no dia 2 de Abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa conheceu a luz do dia, e o seu artigo 9.º, al. h), cometeu ao Estado a tarefa de promover e zelar pela igualdade entre homens e mulheres. Esta norma serviu de suporte para a consagração de outros normativos na Constituição, mormente os artigos 13.º, 36.º e 67.º, que tiveram ressonância em várias leis de natureza ordinária – com especial relevo para o artigo 1671.º CC.⁽³⁴⁾

Certo é que a consagração do princípio de igualdade entre os cônjuges trouxe o reconhecimento da autonomia individual. Essa liberdade desembocou na sedimentação dos conceitos de “procura da felicidade e da realização pessoal” e, consequentemente, numa nova realidade do regime e do conceito de “casamento”.

³³ No Código Civil de então, a discriminação era tão gritante ao ponto de dele constarem normativos norteados para a diminuição da mulher. V.g. artigos 68.º e 1674.º do Código Civil, na versão do DL n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966, e que vigorou até à sua alteração pelo DL n.º 496/77, de 25 de Novembro. O primeiro preceito legal, que tinha a epígrafe “Domicílio legal de mulher casada” (mas comumente designado de “depósito de mulher casada.”), permitia a “devolução” da mulher à casa em situações de abandono de lar devido a maus tratos. A segunda norma (artigo 1674.º) dotava o marido de “poder marital” – tal como resultava do próprio epígrafe – o que lhe permitia tomar decisões sobre a vida da esposa, tais como viajar, abrir uma conta bancária ou trabalhar fora de casa.

³⁴ Cf.: Ponto 2., da Exposição de Motivos do DL n.º 496/77, de 25. XI.77, que altera o DL n.º 47344, de 25. XI.1966: “É que, para dar satisfação aos princípios constitucionais, que impõem a igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges e a não discriminação dos filhos nascidos fora do casamento, houve que rever em extensão e profundidade o regime do casamento e da filiação.” Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=781&tabela=leis; consultado em 24.I.2018.

Portugal é um dos poucos países com ordenamento jurídico de matriz romano-germânica que faz uso da definição do casamento. No ordenamento civilista português, quais são os requisitos objectivos para que o casamento seja válido?

Efectivamente, resulta do artigo 1577.º que o casamento “*é o **contrato** celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos das disposições deste código.*” (Negrito nosso)

Neste sentido, cumpre dizer que o casamento era um contrato cuja celebração, até recentemente, estava vedado às pessoas do mesmo sexo. Com efeito, a Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, ao revogar a alínea e) do artigo 1628.º do CC que estabelecia a inexistência do casamento entre pessoas do mesmo sexo, alterou o artigo 1577.º suprimindo as palavras “de sexo diferente” e permitindo o casamento de pessoas do mesmo sexo.

Tratando-se assim de um contrato, portanto regido por princípios que enformam os negócios jurídicos, o casamento exige determinados requisitos de validade cuja inobservância acarreta consequências legais.

Para o que mais importa à matéria sobre a qual nos iremos debruçar, cingir-nos-emos somente a dois requisitos de fundo para uma análise mais detida: o “consentimento” e a “capacidade”.

1.2. O consentimento no Código Civil

Este requisito, a liberdade do consentimento, representa o ponto nevrálgico do presente trabalho. Por agora ocupar-nos-emos da sua noção na ordem civil, os requisitos de validade e as consequências que cabem na circunstância da sua violação. Deixaremos o exame do seu regime no ordenamento penal para um momento ulterior.

Não incorremos em bizantinismo ao considerar que a escolha da pessoa com quem se espera partilhar o resto da vida – tendo em conta a vocação da perpetuidade do casamento – se reveste de importância tal que não se mostra expectável que tal tarefa seja deixada por conta de outrem, que não dos próprios.⁽³⁵⁾

³⁵ Neste sentido, chamamos à colação o artigo 16.º/2 da Declaração Universal dos Direitos do Homem que dispõe: “*O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos*”. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/sae/pdfs/Decl_Univ_Direitos_Homem.pdf; consultado em 01.II.2018.

Neste sentido, damos como boas as palavras de Francisco Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira: “o casamento exige o consentimento dos nubentes, tanto ou mais do que qualquer contrato exige o mútuo consenso e qualquer negócio jurídico, em geral, exige uma declaração de vontade.”⁽³⁶⁾ Se atentarmos no artigo 1619.º do CC, parece resultar claro que o legislador jus civilista caucionou aquele entendimento, ao exigir, *expressis verbis*, que o consentimento tenha carácter “**estritamente pessoal** em relação a **cada um** dos nubentes.” (Negritos nossos)

Da mesma sorte, mostra-se pacífico que, em toda e qualquer relação análoga à dos cônjuges, o **consentimento** tem de ser o requisito inultrapassável e ao qual todos os outros devem estar subordinados, independentemente de os nubentes terem como escopo último a celebração de casamento ou não. Em bom rigor, o consentimento tem de se verificar sempre a montante da coabitação e da plena comunhão de vida, isto é, antes dos nubentes partilharem cama, casa e mesa tem assegurar-se que aquela união se dá com consentimento livre, esclarecido e pleno, visando a formação de uma sociedade conjugal.

Nesta perspectiva, temos para nós que o legislador andou bem ao cominar com anulabilidade qualquer falta ou vício da vontade, nos termos do artigo 1635.º e seguintes do CC, porque sem consentimento pleno e livre não se pode aceitar como válida nenhuma relação de natureza conjugal. Assim sendo, importa, pois, indagar em que termos deve esse consentimento ser manifestado.

Na esteira do que temos vindo a defender, sendo o casamento um negócio pessoal, o consentimento deve ser actual e expresso. Deve ser “*pessoal, puro e simples, perfeito e livre.*”⁽³⁷⁾ *Puro e simples* porque não pode ser submetido a condição, termo ou condicionado à preexistência de algum facto, nos termos exigidos pelo do artigo 1618.º/2, CC. *Perfeito* porque “deve haver concordância entre a vontade e a declaração”.⁽³⁸⁾ Neste ponto particular, acompanhamos o entendimento dos citados professores de Coimbra de que a “lei *presume*, pois, nos termos do artigo 1643.º, a declaração da vontade, no acto da celebração, constitui presunção de que os nubentes quiseram contrair o matrimónio. **Todavia nem sempre assim acontece.** Por vezes consciente, inconscientemente outras vezes, pode ocorrer que a vontade manifestada ou

³⁶ Cf. COELHO, Francisco Pereira/OLIVEIRA, Guilherme de – *Curso de Direito da Família. Vol. I*, cit., pp. 260-261.

³⁷ *Idem*, p. 263.

³⁸ *Idem*, p. 271.

declarada seja diferente da vontade efectiva ou real. Então o consentimento é imperfeito.”⁽³⁹⁾ (Negrito nosso)

“Para que o consentimento seja verdadeiramente livre, é preciso que a vontade dos nubentes, em primeiro lugar, tenha sido *esclarecida*, ou seja, formada com o exacto conhecimento das coisas, e, em segundo lugar, se tenha formado com *liberdade exterior*, isto é, sem pressão, **violência** ou **ameaças**.”⁽⁴⁰⁾ (Negritos nossos)

É curial sublinhar que o **consentimento** pode apresentar dois vícios: o *erro* e a *coacção*. Iremos desconsiderar o primeiro, por não ser o espaço próprio para a sua análise, e centrar-nos-emos no segundo.

A inexistência de livre consentimento – tanto devido ao *erro* como a *coacção* – fere com a anulabilidade o casamento celebrado, nos termos do disposto nos artigos 1636.º e 1638.º, *ex vi* artigo 1631.º, CC. Ademais, se este for obtido por meio de coacção, além daquela consequência, será acto integrador do crime de casamento forçado, *ex vi* artigo 154-B, CP, na justa medida em que a norma incriminadora estabelece como requisito bastante para o preenchimento do ilícito típico o acto de constrangimento – assunto que adiamos para tratar em terceiro próprio.

Porém, vamos adiantar dizendo que, na ordem civil, a coacção representa um vício de vontade que consiste no “*receio ou temor ocasionado no declarante pela cominação de um mal, dirigido à sua própria pessoa, honra ou fazenda ou de um terceiro*.”⁽⁴¹⁾

Importa fazer notar que é o receio de concretização dessa ameaça que leva o declarante a produzir a declaração e, por essa via, ela mostra-se susceptível de ser anulada. Em boa verdade, “o nubente quer casar, mas toma tal decisão para evitar o mal de que foi ameaçado.”⁽⁴²⁾ Ora, se de nenhuma outra sorte o declarante teria emitido tal declaração, sendo por isso necessária a sua obtenção por meio de coacção, torna-se fácil de compreender por que razão o legislador reservou a anulabilidade como consequência para negócios jurídicos celebrados naqueles termos.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Cf. COELHO, Francisco Pereira/OLIVEIRA, Guilherme de – *Curso de Direito da Família. Vol. I*, cit., p. 278.

⁴¹ *Idem* p. 284.

⁴² Cf. SILVEIRA, Luís (et al) – *Código Civil Anotado. Vol. II*. Coord. Ana Prata. Almedina, 2017, p. 524.

Nesse caso, cabe então saber de que características se deve revestir, em concreto, a coacção exercida pela pessoa do pretenso cônjuge (o outro contraente) ou de um terceiro.

Nas palavras do Francisco Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, quando a coacção provém do pretenso cônjuge, exige-se reunião de três pressupostos gerais de relevância da coacção: (a) ser “*essencial* ou *determinante* da vontade”; i.e., o negócio jamais se concluiria na ausência do temor ou receio da concretização do mal de que foi ameaçado; (b) tem de ser materializada com *intenção de extorquir a declaração*; e (c) a cominação tem de ser *ilícita*.

Já no que tange à coacção exercida por um terceiro, os aludidos docentes da Universidade de Coimbra defendem que “exige a lei mais dois requisitos: (1) que seja *grave* o mal cominado; e (2) *justificado* o receio da sua consumação”⁽⁴³⁾. Neste domínio, tendemos a concordar com Luís Silveira quando defende que “ambos estes requisitos têm de ser apreciados em função de caso concreto e, em particular, das condições pessoais de nubente.”⁽⁴⁴⁾

E por que razão esta posição é merecedora da nossa concordância? Porque ao falar na apreciação do caso concreto e das condições pessoais de nubente, somos levados a atender às situações em que a coagida é uma menor de dezasseis anos. Se, numa larga maioria de situações, não se mostra expectável que uma menor de dezasseis tenha sequer capacidade para ter clara noção das alterações que um casamento opera na vida das pessoas, tanto no concernente aos seus efeitos jurídicos como do que seja uma “plena comunhão de vida”, *por lhe faltar capacidade natural*, por maioria de razão se poderá colocar a possibilidade de se estar perante uma pessoa “particularmente indefesa” para resistir a uma coacção.

E de que capacidade estamos, objectivamente, a falar?

1.3. A capacidade

O nosso legislador estabeleceu na lei civil que só quem tiver dezoito anos pode contrair matrimónio. Contudo, estabeleceu uma excepção permitindo aos maiores de dezasseis anos, mas menores de dezoito, casar-se com “autorização dos pais ou do

⁴³ Cf. COELHO, Francisco/OLIVEIRA, Guilherme – *Curso de Direito da Família*. Vol. I, cit., p. 284.

⁴⁴ Cf. SILVEIRA, Luís (et al). *Código Civil Anotado*. Vol. II, cit., p. 524.

tutor” nos termos do artigo 1612.º; o que lhes confere o estatuto de emancipado ao abrigo do disposto no artigo 132.º todos do CC.

E qual foi a *ratio* subjacente à imposição de idade mínima?

“São duas as razões fundamentais que justificam o estabelecimento de idade nupcial; uma de natureza fisiológica, ligada à ideia de *copula carnalis*, e outra de carácter psicológico, mais relacionada com a vontade do que com o desenvolvimento fisiológico dos nubentes.”⁽⁴⁵⁾

Neste sentido, ganham força os argumentos que aduzimos *supra* de que “não tanto para assegurar a possibilidade (física) da cópula carnal essencial a um dos fins geralmente mais importantes do casamento, que é a *procriação*, como **para garantir que a maturidade de espírito indispensável, tanto à escolha da pessoa com que se vai estabelecer uma plena comunhão de vida presuntivamente perpétua**, como à assunção das pesadas e duradouras responsabilidades que advêm da constituição da sociedade conjugal (...)”⁽⁴⁶⁾ (Negrito nosso).

Com esta síntese, um tanto ou quanto lacunar, concluímos a nossa visita ao regime de casamento civil. Lançaremos em seguida as primeiras pedras para apreciação do que se deve entender por casamento forçado: o seu conceito social, a definição legal, os seus elementos e regime legal. De igual modo, será este o campo onde cuidaremos de analisar o enquadramento do consentimento, mormente a sua admissibilidade e relevância na ordem jurídico-penal.

2. O artigo 154.º - B: quando um costume é crime

2.1. A configuração da incriminação

Quanto à definição na ordem jurídico-penal o casamento forçado é o acto de “(...) *constranger outra pessoa a contrair casamento ou união equiparável à do casamento* (...)”⁽⁴⁷⁾. Este texto legal seguiu os parâmetros definidos pela Convenção de Istambul de que Portugal é parte⁽⁴⁸⁾ e cujo artigo 37.º estabelece que: “*As Partes*

⁴⁵ Cf. VARELA, Antunes, *apud* NETO, Abílio – *Código Civil Anotado*, 19.ª Edição, Lisboa: Ediforum, 2016, p. 1387.

⁴⁶ LIMA, Pires de/VARELA, Antunes – *Código Civil Anotado*, Vol. IV, 2.ª Edição, Coimbra: Wolters Kluwer Portugal/Coimbra Editora, 2010, p. 81.

⁴⁷ Cf. Artigo 154.º-B do Código Penal português.

⁴⁸ No dia 22 de Abril de 2014 Portugal tornou-se o décimo Estado a ratificar a Convenção do Conselho da Europa para prevenção e combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica – Convenção de Istambul – sendo o primeiro país da União Europeia subscrever a Convenção. Cf. Site Comissão para

deverão adoptar as medidas legislativas ou outras que se revelem necessárias para assegurar a criminalização da conduta de quem intencionalmente forçar um adulto ou uma criança a contrair matrimónio.”

A par da sua inserção nas práticas que consubstanciam violação dos direitos humanos, com consagração em vários outros instrumentos legais, este crime ganhou dignidade e autonomia no momento da sua transposição para a nossa ordem jus penal nos termos que acabámos de descrever.

Assim sendo, e tendo em linha de conta o texto que nos foi deixado pelo legislador no artigo 154.º-B, do CP, como podemos classificar o crime de casamento forçado? Ou seja, à luz da dogmática penal, qual é estrutura do facto previsto na norma objecto do nosso estudo?

O crime de casamento forçado insere-se sistematicamente no capítulo IV – “Dos crimes contra a liberdade pessoal” – e o bem jurídico tutelado é a “liberdade de decisão e acção de outra pessoa.”⁽⁴⁹⁾

A configuração da incriminação aponta para um crime de “**dano** (quanto ao bem jurídico) e de **resultado** (quanto ao objecto da acção).”⁽⁵⁰⁾

O primeiro refere-se ao “critério da intensidade do ‘ataque’ ao bem jurídico (...)”⁽⁵¹⁾, em que “a realização do tipo incriminador tem como consequência uma *lesão* efectiva do bem jurídico”⁽⁵²⁾. A segunda classificação reporta-se ao objecto material da acção, e exige para o preenchimento do tipo, para além do comportamento, um evento material. De acordo as palavras de Germano Marques da Silva, “são crimes em que a ofensa do bem jurídico só se realiza mediante a ofensa pela acção de um objecto material (...)”⁽⁵³⁾

Ofensa cujo resultado Cavaleiro de Ferreira chamou de “*evento material*”, isto é, uma “modificação do mundo exterior, relativamente ao objecto material do crime (...)”;

Cidadania e Igualdade de Género. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/2014/04/convencao-de-istambul-entra-em-vigor-dia-1-de-agosto-de-2014/>; consultado em 04.II.2018.

⁴⁹ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. 3ª edição actualizada. Lisboa. Universidade Católica Editora, 2015, p. 610.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ Cf. CARVALHO, Américo Taipa de – *Direito Penal, Parte Geral – Questões Fundamentais, Teoria Geral do Crime*. 3.ª Edição. Porto: Universidade Católica Editora, 2016, p. 305.

⁵² Cf. DIAS, Jorge Figueiredo – *Direito Penal*. Tomo I, cit., p. 309.

⁵³ Cf. SILVA, Germano Marques da – *Direito Penal Português. Teoria do Crime*. 2.ª Edição. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Editora, 2015, p. 35.

e acrescenta ainda que “o evento, como consequência, é posterior à execução e, portanto, será com a sua verificação que se consuma o crime.”⁽⁵⁴⁾

Cumpre sublinhar que a interpretação expendida acima é de suma importância para a tese proposta, na justa medida em que consideramos que no crime de casamento forçado o constrangimento se verifica a partir da sua comunicação à menina, que passa a viver com essa pressão todos os dias daí em diante.

Note-se que as ofertas feitas à família na presença das meninas, normalmente realizadas algum tempo antes das tais cerimónias que precedem a sua entrega, são também condutas tendentes a constranger. Além disso, entendemos que a própria cerimónia ou ritual de celebração do casamento é um acto de constrangimento, tal como a ignorância deliberada e/ou tentativa de superação/cessação das lágrimas e recusas expressas pelas meninas no momento da sua entrega aos maridos.

O raciocínio utilizado para chegar ao entendimento exposto no parágrafo anterior seguiu os pontos que se seguem:

- a) Ainda que, por mero exercício académico, considerássemos acessória toda a conduta do pretense cônjuge durante a fase precedente à celebração do casamento (por exemplo, no que concerne à entrega de oferendas, ao pagamento de quantias para os gastos das meninas, ou ao facto de deixar que os familiares cultivem as suas terras esperando o cumprimento do “acordo”), a verdade é que, no que toca à realização da cerimónia de casamento, esse cônjuge assume um papel central. Assim, entendemos que a sua conduta neste último cenário representa uma participação directa, activa e principal no constrangimento em causa.
- b) Quanto ao segundo argumento, sufragamos a orientação segundo a qual “há bens jurídicos de natureza imaterial que não podem ser destruídos e são apenas susceptíveis de compressão, como a honra ou a liberdade, e estes são ofendidos enquanto se mantiver em execução a actividade lesiva.”⁽⁵⁵⁾ De facto, o futuro cônjuge tem uma participação activa em todo o processo constrangedor até à consumação do casamento. De tal forma que ele possui o poder de perpetuar ou cessar o constrangimento em qualquer momento.⁽⁵⁶⁾

⁵⁴ Cf. FERREIRA, Manuel Cavaleiro de – *Lições Direito Penal*, cit., pp. 138-139.

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ Para ilustrar o que acima dissemos, importa partilhar o caso de uma menina de 14 anos no Leste do país que, tal como nos foi relatado, estava a ser coagida a casar com um homem comerciante que exercia a sua

O casamento forçado é ainda categorizado como sendo um crime **comum**⁽⁵⁷⁾; i.e., um crime que não exige que o seu agente possua determinada qualidade ou estatuto, ou sobre quem recaia um dever especial. O **tipo objectivo** consiste no “constrangimento de outra pessoa a contrair, com o próprio agente ou com terceiro, casamento ou união equiparável à do casamento.”⁽⁵⁸⁾ Com efeito, este ilícito pode ser praticado, como sucede na realidade, por qualquer pessoa que não apenas os progenitores que possuem qualidades especiais e a quem incumbe o dever de garante da liberdade da filha menor.

Este crime é de **execução livre**; ou seja, inexistindo diferenciação dos meios empregados, podendo ser por meio de ameaça grave, intimidação ou violência. Entendimento sufragado por Pinto de Albuquerque ao afirmar que “ao tipo legal é indiferente a modalidade da acção ou meio que o autor utilize (...). Tratando-se de crime de resultado, a única coisa que releva é que a acção seja considerada adequada a produzir o resultado – problema da imputação objectiva do resultado à conduta.”⁽⁵⁹⁾

Se olharmos para todo o circunstancialismo desta prática deparamo-nos com um variadíssimo arsenal de meios a que os agentes recorrem para quebrar a resistência das vítimas, e que vão alterando consoante a sua necessidade. Alguns desses meios actuam por acção e outros por omissão (como nos casos em que se deixa de falar e/ou conviver com a vítima, entregando-a ao isolamento), mas todos eles são propensos e aptos a constranger.

Numa perspectiva holística, portanto atentando aos artigos 154.º-B, 154.º-C e 155.º, todos do CP, pode dizer-se que o legislador andou bem tendo em linha de conta que a norma incriminadora é de uma grande abrangência, cobrindo tanto as situações revestidas de menor ilicitude e censurabilidade como as que, pelo meio usado ou pelo seu resultado, justificam uma punição mais grave.

Assim, são merecedoras de aplauso tanto a previsão e punição dos **actos preparatórios**, como a **agravação da pena** nos casos que revelam um maior desvalor

actividade junto à fronteira. A dado momento, a menina deixou de ser vista porque fora proibida de sair de casa. Assim que o futuro marido chegou à aldeia, “deu ordens à família da menina para que cessasse a sua proibição de sair à rua”. Este acordo de casamento acabou por se desfazer pelo próprio futuro marido e a menina retomou a sua vida. Mais tarde soube-se que o motivo do cancelamento fora o facto de o prometido marido ter descoberto que, durante a sua viagem, a menina havia sido mordida por um burro e ficara com uma enorme cicatriz na face.

⁵⁷ Sendo o casamento forçado um crime comum é passível de aplicação das regras gerais de comparticipação. E será com base nessa perspectiva, conjugada com outras, que adiante aprofundaremos a nossa análise e tentaremos subsumir a conduta do pretensu marido à forma de co-autoria e não à de instigação nem a da cumplicidade.

⁵⁸ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 610.

⁵⁹ CARVALHO, Américo Taipa de – *Direito Penal, Parte Geral*, cit., p. 303.

da acção ou que conduziram a um grave resultado, como aqueles em que, não raras vezes devido à fragilidade e vulnerabilidade das vítimas, o constrangimento desemboca no seu suicídio ou tentativa de suicídio.

Por outro lado, é igualmente importante assinalar a punição da **tentativa**. No contexto do casamento forçado, como veremos infra, deve atender-se às situações em que o crime não se concretiza por factores alheios à vontade dos agentes, apesar de estes preencherem todos elementos subjectivos e objectivos tendentes à sua consumação.

Ainda dentro da matéria da tentativa, importa realçar que não podemos, de todo, concordar com a interpretação de Paulo Pinto de Albuquerque quanto a esta questão. Como efeito, este autor entende que “o crime se consuma quando o casamento ou união equiparável se celebra.” Até aqui...concordamos na íntegra.

Sucede que o referido autor acrescenta que “a consumação da coacção depende da capacidade do coagido para celebrar o casamento ou união equiparável. Não tendo o coagido essa capacidade, o agente comete uma tentativa impossível.”⁽⁶⁰⁾

Ora, o preenchimento do tipo de crime de casamento forçado não se limita à sua falta de capacidade civil. Terá sempre necessariamente de existir o elemento objectivo da norma, isto é, o “constrangimento”.

Assim, entendemos que a tentativa de obter consentimento por via do constrangimento de uma menor com idade inferior a dezasseis anos não pode ficar fora do âmbito da punição da norma, com base nesse argumento. Aliás, o legislador desconsidera o requisito da “capacidade” nalgumas circunstâncias em que o titular do bem jurídico até possuiria capacidade para o prestar em razão da idade – como resulta do artigo 38.º/2 e 3 *in fine*.

Além disso, tal interpretação não tem correspondência no texto legal. O artigo 23.º/3 do CP fala em “inaptidão do meio empregado pelo agente” ou “inexistência do objecto essencial à consumação do crime.”

No que concerne à primeira questão (a inaptidão do meio), consideramos que, existindo efectivamente factos praticados que preencham o elemento objectivo do crime de casamento forçado – portanto, factos suficientemente idóneos para constranger a vítima –, estes devem ser considerados meios aptos à consumação do crime, sem que isso dependa da capacidade do coagido de consentir eficazmente ou não. No que toca à

⁶⁰ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 611.

segunda questão (a inexistência do objecto), permitimo-nos discordar, visto que admitimos a existência de um **objecto**: a própria menor e a sua liberdade de acção e decisão, as quais não deixam de ser materialmente lesadas, apesar da sua incapacidade jurídico-civil para casar validamente.

Aliás, cumpre-nos salientar que é o próprio Pinto de Albuquerque a esclarecer, na sua anotação ao artigo 23.º, que a “não punição da tentativa impossível depende da inexistência do objecto e da inidoneidade do meio serem ‘**manifestos**’ no momento da conduta. Isto é, o carácter manifesto da inexistência do objecto e da inidoneidade do meio é sujeito a um juízo *ex ante*, de prognose póstuma.”⁽⁶¹⁾ Atenção, ainda, ao elemento sistemático retirado do artigo 155º/1, al. b), do CP, e do artigo 37.º da CI: “*forçar um adulto ou uma criança a contrair matrimónio*”.

Não podemos aceitar que devem cair fora da alçada da punição a título de crime consumado os constrangedores de uma menina de treze anos, que sofreu todo o tipo de coacções durante tempo indeterminado e que, com ajuda de vizinhos e/ou familiares, conseguiu fugir para uma associação ou albergue de vítimas, com base na ideia de que tais condutas integram uma “tentativa impossível”.

Ainda na senda do que atrás se expendeu, somos levados a concluir que estamos perante um crime cujo tipo objectivo pressupõe a falta ou irrelevância de um consentimento que não seja esclarecido, livre e pleno. Ou seja, trata-se de um ilícito típico em que a incriminação “assent[a] na recusa de validade e eficácia à manifestação de vontade do portador do bem jurídico” que não reúna os requisitos exigidos para a celebração livre, voluntária e esclarecida do casamento ou união equiparável.⁽⁶²⁾

2.2. O consentimento/acordo na ordem jurídico-penal

O legislador jurídico-penal consagrou, nas palavras de Pinto de Albuquerque, um modelo dualista do consentimento que pode “relevar logo ao nível de tipicidade, como causa de exclusão de tipicidade, ou pode relevar em sentido ao nível da ilicitude,

⁶¹ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 189.

⁶² Cf. ANDRADE, Manuel da Costa – *Consentimento e acordo em direito penal: contributo para a fundamentação de um paradigma dualista*. Coimbra Editora, 1991, p. 395.

como causa de justificação. Neste caso, designa-se por **consentimento** em sentido estrito, naquele caso designa-se por **acordo** ⁽⁶³⁾.”⁽⁶⁴⁾ (Negritos nossos)

Ao exigir “constrangimento”, o artigo 154-B do CP traz implícita a falta de consentimento/acordo. Cabe-nos, pois, questionar em que termos devemos relacionar essa norma com o artigo 38.º do CP. Ademais, como é que podemos, em termos dogmáticos e normativos, densificar essas duas categorizações (consentimento/acordo) para efeitos do preenchimento do tipo legal?

“ARTIGO 38º - **Consentimento**

1. *Além dos casos especialmente previstos na lei, o consentimento exclui a ilicitude do facto quando se referir a interesses livremente disponíveis e o facto não ofender os bons costumes.*
2. *O consentimento pode ser expresso por qualquer meio que traduza uma vontade séria, livre e esclarecida do titular do interesse juridicamente protegido, e pode ser livremente revogado até à execução do facto.*
3. *O consentimento só é eficaz se for prestado por quem tiver mais de 16 anos e possuir discernimento necessário para avaliar o seu alcance no momento em que o presta.*
4. (...).”

Daqui é possível concluir que, ao contrário do que se passa no Código Civil, em que da capacidade do menor depende a validade do consentimento eficaz, no ordenamento jurídico-penal, os requisitos do consentimento eficaz são mais apertados. Ou seja, além da capacidade em razão da idade, o consentimento (i) tem de se reportar a *interesses jurídicos livremente disponíveis*; e (2) o *facto* não pode contrariar os *bons costumes*.

No que toca à primeira exigência, note-se que nem todos os interesses jurídicos são livremente disponíveis pelos respectivos titulares por configurarem “**bens comunitários** e como tais protegidos.”⁽⁶⁵⁾ Portanto, são bens jurídicos de uma natureza diferente de outros livremente disponíveis como, por exemplo, *o património ou a integridade física*.

⁶³ “Acordo” foi a designação dada por Costa Andrade na sua tese de doutoramento, hoje pacificamente acolhida por toda a doutrina.

⁶⁴ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 263.

⁶⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal. Tomo I*, cit., p. 479.

Incluimos a “liberdade de casar” no leque de interesses jurídicos indisponíveis relativamente a terceiros. Isto é, consideramos que esta liberdade de decisão e acção (de contrariar, ou não, o casamento) não pode ser outorgada a outrem para que seja o próprio titular a determinar “o *se*, o *como*, o *quando* e o *com quem*”. Esta liberdade tem fundamentalmente que ver com a afirmação da dignidade da pessoa humana. Além disso, antes dos dezasseis anos de idade, poderá falar-se de uma indisponibilidade da liberdade de casar ou não casar por parte do próprio titular, em virtude da sua incapacidade civil para contrair casamento válido e da sua incapacidade jurídico-penal para consentir eficazmente, sem que isso implique ou justifique denegação da tutela penal do casamento forçado ao menor de idade inferior a dezasseis anos.

A segunda exigência dirige-se à protecção do sentir social implícito no conceito de “*bons costumes*”. Para a interpretação do alcance e sentido do *consentimento* para efeitos do n.º 1 do artigo 38.º, apoiamo-nos nas palavras do Jorge Figueiredo Dias: “é pressuposto de relevância justificadora do consentimento que o **facto consentido** (não o *consentimento*, anote-se bem) não ofenda os bons costumes.”⁽⁶⁶⁾⁽⁶⁷⁾

No que diz respeito à clarificação do alcance da fórmula dos “bons costumes”, subscrevemos ainda o entendimento de Augusto Silva Dias que, não obstante o reparo dirigido à redacção do artigo 149.º/2, defende uma “interpretação da cláusula dos bons costumes apoiada em valorações constitucionais atinentes à dignidade da pessoa, tendo em vista não só despi-la de conotações moralizantes, mas também restringir a sua ampla margem de indeterminação.”⁽⁶⁸⁾

Teresa Quintela de Brito também esclarece que, para afirmação deste requisito, “a validade do consentimento não depende da conformidade – mas apenas da não contrariedade – do facto lesivo aos bons costumes.”⁽⁶⁹⁾

Com efeito, para aferir a desconformidade de uma ofensa concreta ao ditame dos bons costumes contido no artigo 38.º/1, o legislador remete para o n.º 2 do artigo 149.º do CP, que oferece o critério orientador⁽⁷⁰⁾ ao intérprete/julgador.

⁶⁶ DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal. Tomo I*, cit., p. 481.

⁶⁷ No mesmo sentido, Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., pp. 572-573.

⁶⁸ Cf. DIAS, Augusto Silva – *Crimes culturalmente motivados – O direito penal ante a “estranha multiplicidade” das sociedades contemporâneas*, Coimbra. Almedina, 2016, p. 337.

⁶⁹ BRITO, Teresa Quintela (et al.) – Os Crimes contra a integridade física. In: *Direito Penal – Parte Geral: lições, estudos e casos*. Coimbra Editora, 2007, p. 513.

⁷⁰ Os critérios orientadores, fornecidos pelo legislador no aludido preceito, mereceram críticas de Augusto Silva Dias porque, segundo este Autor, o “objectivo não é eficazmente alcançado através da uma

Para Maria Fernanda Palma o “(...) crivo dos bons costumes serve para excluir da justificação comportamentos significativos de lesão do núcleo indisponível de certos bens fundamentais; (...) certas ofensas atingem a relação do bem com a *dignidade humana, integridade moral e pessoal, a liberdade de consciência ou a possibilidade de se afirmar uma pessoa digna e autónoma.*”⁽⁷¹⁾ (Itálico nosso)

Quanto à última restrição do artigo 38.º, retira-se, por interpretação *a contrario sensu*, que o legislador determina a desconsideração absoluta do consentimento dado por menores de idade inferior a dezasseis anos. O que é, de resto, uma “herança” deixada pela jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça anterior ao código de 1982.⁽⁷²⁾

Ou seja, “garantir que quem consente é capaz de avaliar o *significado do consentimento* e o *sentido da acção típica*; [...] Neste sentido dispõe o artigo 38.º- 3, de forma terminante, que o ‘o consentimento só é eficaz se for prestado por quem for *maior de 16 anos* e possuir *discernimento* necessário para avaliar o seu sentido e alcance *no momento em que o presta*’.”⁽⁷³⁾

Cavaleiro de Ferreira sufraga essa interpretação por considerar que “é o que deriva do n.º 3 do artigo 38.º quando acrescenta ao limite inferior da capacidade natural para a eficácia do consentimento, a idade de 16 anos, a exigência de o ofendido possuir o discernimento necessário para avaliar o sentido e alcance do consentimento, ou, o que é o mesmo, o sentido do valor e alcance ou importância do facto consentido no momento em que presta o consentimento.”⁽⁷⁴⁾⁽⁷⁵⁾

A razão de ciência subjacente a esta tutela reforçada dos menores prende-se com o facto de ser a “própria sociedade que exige ao legislador uma maior protecção dos

utilização avulsa dos critérios mencionados no n.º 2. do artigo 149.º do CP, não só porque são exemplificativos, mas também porque são demasiado objectivos.” Cf. DIAS, Augusto Silva – *Crimes culturalmente motivados*, cit., p. 337.

⁷¹ PALMA, Maria Fernanda – *Direito Penal – Parte Geral (A teoria geral da infracção como teoria da decisão penal)*. Lisboa. Editora AAFDL, 2017, p. 311.

⁷² “Enunciou o Ac. do STJ, de 14 de Dezembro de 1955, que “a lei protege os menores de dezasseis anos, de forma absoluta, contra quaisquer actos atentatórios do pudor, punindo, por isso, os actos impúdicos, mesmo com aceitação dos ofendidos, e independentemente da existência ou inexistência de pudor por parte destes” Cf. FAVEIRO, Victor Duarte e ARAÚJO, Laurentino da Silva, *apud* ALFAIATE, Ana Rita – *A relevância penal da sexualidade dos menores*, cit., p. 18.

⁷³ “O CP entendeu – e bem – que esta capacidade não pode ser medida pelas (nem à luz das) normas jurídicas-civis relativas à capacidade.” Cf. DIAS, Figueiredo Jorge de – *Lições de Direito Penal. Tomo I*, cit., pp. 483-484.

⁷⁴ Cf. FERREIRA, Cavaleiro de – *Lições de Direito Penal*, cit., p. 253.

⁷⁵ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 263.

mesmos contra possíveis ataques à sua integridade, tanto no plano físico como moral.”⁽⁷⁶⁾

Em bom rigor, e é imperativo salientá-lo, mesmo nos bens jurídicos disponíveis, o legislador de 2007 decidiu apertar a exigência até nos casos de “maioridades especiais”⁽⁷⁷⁾ ao elevar genericamente de catorze para dezasseis anos a idade para que o consentimento seja considerado válido e eficaz.

Aliás, a alteração acima referida, e operada pelo legislador de 2007, “foi pensada no sentido de promover uma tutela mais intensa dos menores, não se entendendo que uma pessoa com catorze ou quinze anos de idade deva consentir relevantemente em sofrer ofensas contra bens jurídicos disponíveis, como a integridade física, [ao que acrescem] as orientações que têm vindas a ser preconizadas pela União Europeia, sobretudo quanto a crimes contra liberdade e a autodeterminação (...)”⁽⁷⁸⁾.

Em suma, o regime do consentimento encontra fundamento “na autorrealização pessoal do portador do bem jurídico lesado, cujo respeito pelo sistema penal implica a sobreposição da vontade do portador do bem jurídico ao interesse geral de preservação de bens jurídicos.”⁽⁷⁹⁾

“Com esta interpretação, relaciona-se a ofensa aos bons costumes com valores constitucionais, retirando-lhe um carácter puramente moralista e subjectivo, e tornando-a uma cláusula com funcionalidade jurídica e adaptada à linguagem e aos fins do Direito.”⁽⁸⁰⁾

Deste modo, importa aprofundar em que termos o consentimento é densificado na doutrina, isto é, para lá da redacção do artigo 38.º do CP e para lá da relação entre os bens jurídicos livremente disponíveis e a cláusula dos bons costumes.

É neste contexto que o paradigma dualista do consentimento, que acima afluímos, ganha pertinência e nos leva a questionar se é o *consentimento em sentido*

⁷⁶ AMORIM, Ana – “O Consentimento informado de menores: reflexões críticas sobre a lei actual”, *Lex Medicinæ: Revista portuguesa de direito da saúde*, Ano 8, n.º 15. Janeiro/Junho de 2011, Coimbra: Coimbra Editora, p.114.

⁷⁷ “Casos em que o legislador achou por bem antecipar a maioridade do indivíduo, reconhecendo-lhe a capacidade de agir autonomamente sem qualquer intervenção dos seus representantes legais.” Cf. DOS SANTOS, André Teixeira – “Do Consentimento dos menores para a realização de actos médicos terapêuticos”, *Revista do Ministério Público*, Ano 30, n.º 118, Abril/Junho de 2009, p. 137.

⁷⁸ ALFAIATE, Ana Rita – *A Relevância penal da sexualidade dos menores*. Coimbra Editora, 2009, p. 129.

⁷⁹ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 263.

⁸⁰ Cf. PALMA, Maria Fernanda – *Direito Penal – Parte Geral*, cit., p. 311.

estrito que releva no âmbito do artigo 154.º - B, ou se é o *acordo*. Importa, por isso, estabelecer a diferença entre ambos.

Neste domínio, tomamos em consideração as palavras de Maria Fernanda Palma no que concerne à separação doutrinária destes dois conceitos: “o **acordo**, como elemento de delimitação do tipo, tem a ver com a indissociabilidade entre protecção penal de certos bens e a liberdade pessoal, como acontece, por exemplo, no próprio bem jurídico-penal liberdade. O **consentimento**, diferentemente, pressupõe a independência do valor da autonomia do agente relativamente ao valor intrínseco, objectivo, de um bem jurídico”.⁽⁸¹⁾ (Negritos nossos)

Assim, existe consentimento em *sentido estrito*, quando A consente que B destrua o seu automóvel; ou quando C consente que D lhe dê uma bofetada. Note-se que o consentimento não retira a natureza desvaliosa às acções em si. Nas palavras de Taipa de Carvalho: “o consentimento não faz desaparecer a danosidade social implicada na acção consentida, só que esta danosidade, esta perda ou destruição efectiva do bem constitui um interesse jurídico inferior ao interesse da autonomia individual ou autodeterminação do titular do bem jurídico lesado.”⁽⁸²⁾

Ou seja, falamos de consentimento, enquanto *causa de justificação* ou de *exclusão de ilicitude*, quando “o sistema penal acolhe e protege a liberdade de disposição do portador do bem jurídico, constituindo o consentimento um modo de resolução do conflito entre os interesses do sistema penal: a autorrealização pessoal, por um lado, e a tutela dos bens jurídicos, por outro.”⁽⁸³⁾

Face ao que foi salientado nos dois últimos parágrafos, e salvo a repetição, cabe saber como se deve relacionar a redacção do artigo 154.º - B com as exigências do artigo 38.º do CP. Existe danosidade social no acto de prometer alguém em casamento? É socialmente desvaliosa a ação de arranjar/oferecer casamento a uma terceira pessoa?

Certamente que não, se essa pessoa consentir (acordar) no (com o/a) arranjo/promessa.⁽⁸⁴⁾ Tal circunstância excluiria o preenchimento do tipo ínsito no artigo 154.º - B do CP, ou seja, colocar-nos-ia diante do consentimento que a doutrina convencionou denominar de “**acordo**” – como causa excludente da tipicidade.

⁸¹ *Idem*, p. 308.

⁸² Cf. CARVALHO, Américo Taipa de – *Direito Penal, Parte Geral*, cit., p. 278.

⁸³ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 264.

⁸⁴ Isto é, sem prejuízo da verificação de outros requisitos de validade, nomeadamente a capacidade.

Neste sentido, Taipa de Carvalho esclarece que se considera que “o consentimento é causa de exclusão de (negação) da tipicidade, quando a acção descrita no tipo legal não é *in se* socialmente desvaliosa, só se tornado desvaliosa, quando é praticada contra a vontade do titular respectivo do bem jurídico, e, portanto, quando a oposição do titular do bem jurídico é elemento do tipo legal.”⁽⁸⁵⁾ O que se passa com o casamento forçado.

Ou seja, “nos crimes em que a acção contra a vontade do lesado é elemento do tipo objectivo do crime e a autodeterminação da vontade do titular do direito é o próprio e único objecto de protecção da norma penal, (...) a acção não é *in se* socialmente desvaliosa”.⁽⁸⁶⁾⁽⁸⁷⁾

Deste modo, somos levados a acompanhar Míguez García e Castela Rio, autores que consideram que as restrições do artigo 38.º não seriam aplicáveis ao consentimento excludente de tipicidade: “o acordo não está afectado pela cláusula limitativa dos bons costumes, nem se aplicam os limites decorrentes do n.º 3. A sua imposição legal não teria aqui nenhum sentido.”⁽⁸⁸⁾

Em conclusão, no que se refere ao artigo 38.º n.º 1 e 3, parecem existir normas da parte especial que não se harmonizam com o instituto do consentimento; como refere Cavaleiro de Ferreira, porquanto “os requisitos do consentimento que assim estejam previstos para alguma incriminação prevalecem sobre a regra geral do artigo 38.º”⁽⁸⁹⁾, não lhes sendo esta aplicável.

Já no que se refere ao n.º 2 do artigo 38.º, ou seja, ao modo de exteriorização do consentimento, tomaremos a nossa posição na síntese conclusiva do presente estudo. Aí caber-nos-á averiguar se basta o dissentimento expresso por uma qualquer forma concludente para que se possa constituir um “constrangimento ao casamento”, ou se é exigida resistência e a sua consequente superação para que tal ocorra.

Contudo, adiantamos que, ao analisar todo o circunstancialismo que enforma a prática do casamento forçado (por exemplo, toda a carga simbólica que representa a tradição, o costume ou a religião, a sempre enorme pressão psicológica exercida sobre

⁸⁵ Cf. CARVALHO, Américo Taipa de – *Direito Penal, Parte Geral*, cit., p. 278.

⁸⁶ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 263.

⁸⁷ No mesmo sentido, GARCIA, M. Míguez/RIO, J. M. Castela – *Código Penal: parte geral e especial: com notas e comentários*. 2ª edição. Coimbra. Almedina, 2015, p. 290 ss.

⁸⁸ *Idem*, p. 291.

⁸⁹ FERREIRA, Manuel Cavaleiro de – *Lições de Direito Penal*, cit., p. 251.

jovens e crianças que demonstram o seu inequívoco dissentimento), não nos parece razoável exigir resistência.

Se a isto somarmos o estigma social que fica para a vida no caso das jovens/crianças se recusarem a contrair um casamento indesejado, caber-nos-á enfrentar o problema de saber se, mesmo numa circunstância em que exista um consentimento/acordo, essa vontade manifestada, ainda que por maiores de dezoito anos, pode ser considerada uma “expressividade objectiva do consentimento, vontade séria, vontade livre, vontade esclarecida”⁽⁹⁰⁾, como nos parece ser o espírito pretendido pelo legislador e constante no n.º 2 do artigo 38.º.

Ora, se duvidamos que o consentimento de uma maior de dezoito anos, expressado naquelas circunstâncias, possa ser livre, por maioria de razão recusamos o de uma menor de dezasseis. E, neste domínio, com a devida vénia e respeito por opiniões diversas, não podemos sufragar o entendimento segundo o qual uma menina de dezasseis anos pode prestar um consentimento sério, livre e esclarecido.⁽⁹¹⁾

Aliás, como adiante tentaremos comprovar, nem sequer a idade igual ou superior a dezoito anos basta para a vítima ficar imune ou a salvo de todos os condicionalismos e pressões, tanto no seio da família como no da comunidade. E, quando nos referimos a “pressões”, estamos a falar objectivamente de violência psicológica, manifestada das mais variadas formas.

Na nossa investigação de casos concretos não nos deparámos com nenhuma situação em que os agentes tenham lançado mão de um *modus operandi* diverso do constrangimento e muito menos de uma reconfiguração da conduta; ou seja, não conhecemos nenhum caso em que os agentes se tenham ficado pela tentativa de convencimento da menina e, permanecendo esta na recusa, tenham desistido.

Pelo contrário, sempre se mostraram movidos pela intransigente defesa de valores culturais ou religiosos, prosseguindo, sem reponderação, na senda de concretizar o matrimónio forçado a qualquer custo, até que, no final do dia e de tudo, uma de três sortes esperaram sempre as jovens vítimas: fugir, ceder e casar-se, ou suicidar-se (antes ou depois do casamento forçado).

⁹⁰ PALMA, Maria Fernanda – *Direito Penal – Parte Geral*, cit., p. 313.

⁹¹ Em sentido contrário, veja-se o que diz Ana Amorim (“O consentimento informado de menores”, cit., p. 117): “No entanto, não conseguimos entender a decisão do legislador em aumentar o limite estabelecido no CP de 14 anos para 16 anos, quando, por outro lado, se verifica um desenvolvimento da sociedade e amadurecimento mais precoce dos jovens.”

Perante essa realidade – que é a de milhões de crianças e jovens – cabe afirmar, sem reservas, que na aquilatação de valores ancestrais (como os valores culturais ou religiosos), face aos Direitos Humanos (enquanto valores universais e inalienáveis), aqueles têm de ceder perante estes.

2.3. O constrangimento: problemas de autoria e participação

No contexto em que este crime ocorre, cabe saber em que termos se pode e/ou deve assacar responsabilidade jurídico-criminal a todos os intervenientes que tenham contribuído, efectivamente, para a concretização do tipo, sendo crucial referir que raras são as situações em que todo o processo se materializa com a intervenção de um só agente.

Do contacto directo que tivemos, em nenhuma das situações de recusa agiu apenas um interveniente. Desde logo porque, na comunidade, a comunicação opera com a participação de várias mulheres, onde se podem contar a mãe, as tias, avós e outras mulheres.

Além disso, sendo raro o uso de violência física no contexto étnico-religioso, o constrangimento dá-se num sentido particularmente penoso para a constrangida, na medida em que os autores vão ajustando os meios de constrangimento, com artifícios e argumentos progressivamente mais gravosos. A alternância da conduta é acompanhada da alternância dos intervenientes, em número e importância. Se de início a conversa é normalmente tida entre a mãe/madrasta e a menina, em caso de não consentimento ou de recusa, fazem-se entrar no processo outras pessoas com maior peso na família ou na comunidade.

O que acaba de ser exposto abre-nos a porta para a identificação de potencial(ais) **autor(es)** do constrangimento, tentando delimitar os autores materiais e/ou eventuais participantes. Isto é, o de tirar a salvo, no caso concreto, a quem pode ser assacada responsabilidade pela conduta integradora do crime de casamento forçado a título de autor ou de eventual cúmplice. Mas não sem antes indagarmos o que é e como se constrange.

Eis as questões essenciais a que é necessário responder acerca do conceito de constrangimento: para haver constrangimento ao casamento basta a falta de capacidade jurídico-civil para casar da noiva, ou é necessário um comportamento do agente dirigido

à superação do dissentimento manifestado pela vítima? Basta o dissentimento inequívoco da vítima, ou é necessário que esta manifeste oposição/resistência que vem a ser vencida pelo agente? A indução em erro é também um constrangimento?...

Etimologicamente derivado da palavra latina *constragere*, este vocábulo pretende significar “apertar; forçar; coagir; violentar; oprimir.”⁽⁹²⁾

Do texto legal do artigo 154.º-B, resulta que a centralidade do ilícito típico no casamento forçado está no constrangimento. Como se disse, o acto de constranger constitui o elemento objectivo do tipo. Todo o desvalor da acção radica na necessidade de se lançar mão do constrangimento como forma de persuadir ou quebrar a resistência das vítimas, obrigando-as a casar.

Como densificar este conceito? Numa circunstância em que a noção encerra um conjunto de acções concretas, como podemos delimitar o que pode ser, ou não, uma conduta apta a preencher aquele conceito?

O Ministério Público carrou para o centro da discussão a discrepância entre o texto que serviu de base à incriminação do casamento forçado e o que foi consagrado no CP. Ou seja, o artigo 37.º da Convenção de Istambul fala em “forçar”, e o legislador português redigiu o artigo 154.º-B do CP recorrendo ao vocábulo “constranger”.

Para o Conselho Superior do Ministério Público, ambas as proposições não são “linguisticamente claras, tanto podendo ser interpretadas no sentido de exigir uma constrição física (*vis absoluta*) como sendo suficiente uma simples constrição moral (*vis compulsiva*). Assim, o cidadão em geral e o intérprete em particular são confrontados com um grau de indecisão demasiado alargado.”⁽⁹³⁾

Com toda a reverência que é devida ao titular da acção penal, somos da opinião que a questão colocada naqueles termos não reveste de grande importância, sendo de realçar apenas a questão de rigor semântico ou meramente terminológico.

Assim, temos para nós que a noção de “constrangimento” encerra a ideia de uso de ameaça, de violência física ou coacção, ou outras diferentes destas, mas com um

⁹² Cf. *Dicionário da língua portuguesa*. Editorial Verbo. 1984. P.507

⁹³ Cf. *PARECER* sobre os projectos de Lei n.ºs 647/XII (PSD/CDS-PP) 659/XII (PS) 661/XII (BE) e 663/XII (BE) do Conselho Superior do Ministério Público. Ofício n.º1051/XII. Proc. n.º 208/2006 – L.º 115. Disponível: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/12/04/150/2015-06-17/5?q=casamento%2Bfor%25C3%25A7ado%2Bparecer%2Bministerio%2Bpublico%2B>; consultado em 11.III.2018.

mesmo escopo que implique conseguir algo que em circunstâncias normais não se conseguiria sem recorrer aos referidos meios.

Deste modo, o que salta à vista e importa reter é que o vocábulo escolhido pelo legislador consegue esgotar aspectos pretendidos na Convenção, abarcando todas e quaisquer condutas que sejam aptas a forçar outrem a casar ou a contrair união equiparável.

Por isso, sufragamos a terminologia cunhada na norma na medida em que consegue cobrir as condutas que preenchem a figura de ameaça, coacção física ou psicológica, ou quaisquer outras tendentes a constranger ainda que diferentes daquelas. Só um vocábulo terminologicamente amplo podia adequar-se a um contexto em que um ou vários agentes forcem outrem a contrair casamento ou união equiparável.

Contudo, antes de nos dedicarmos ao esmiuçamento de condutas próprias ou aptas a constranger, cumpre referir que a terminologia vazada na norma incriminadora – “união equiparável” – é de fundamental importância, na medida em que nas comunidades onde se verifica maior incidência de casamento forçado, não há (ou pode não haver) o preenchimento dos requisitos de um matrimónio válido à luz da lei civil. Ou seja, pode não existir o registo legal de casamento, tendo em conta que estes são praticados com observância de algumas normas costumeiras e não mais do que isso. Retomaremos esta questão no momento próprio.

O presente trabalho visa averiguar que condutas concretas, tendentes a quebrar a resistência da menina que se recusa a casar, podem ser subsumidas ao conceito de “constrangimento” e, conseqüentemente, cair na alçada do tipo incriminador. Assim, ao chegar ao ponto nevrálgico do presente estudo, cabe deixar o esclarecimento e a densificação dessas questões às mulheres cuja vida transporta os sinais dessas condutas. Decidimos priorizar **factos**. Quisemos saber histórias com pessoas dentro.

Q. Hoje com vinte e quatro anos; conseguiu fugir.

“Como já tinha corpo de mulher, o homem começou a tentar usar-me. Como eu recusava e a minha tia ajudava-me, gritando, ele proibia-me de comer em casa deles durante vários dias. Às vezes ficava fechada três ou quatro dias dentro de um quarto na parte de trás da casa. Depois passou a espancamento cada vez que eu recusava. Às vezes a minha tia também levava. Ele ia beber o vinho de caju e vinha bater-me. Tudo porque começou a desconfiar que fosse recusar, então

decidiu não esperar pelo tempo da cerimónia de entrega e quis possuir-me antes desse tempo.

(...) Passados alguns dias, a minha família foi tentar resgatar-me da igreja. Entre eles estavam os meus primos, o homem com quem devia casar e outros homens da comunidade. Foi através deles que soube que a minha tia havia sido espancada e expulsa de casa. Agora vive numa outra aldeia.

Ameaçaram tocar fogo à igreja; mas, como souberam que o Pastor já havia avisado a polícia, e ali não tinham ninguém conhecido, porque as ilhas dos Bijagós são distantes da nossa comunidade, tiveram de ir todos embora.”⁽⁹⁴⁾

B. Conseguiu fugir; hoje vive com o namorado em Bissau.

“[...] Perguntei com quem ia casar e informaram-me que seria com um homem de etnia Fula, que residia na aldeia de Guiledje.

Respondi que me recusava a casar uma vez que tencionava continuar a estudar. Foi-me dito pelo meu tio que eu iria casar, quer concordasse quer não. E, mesmo que fugisse, iriam apanhar-me.

Logo de seguida o meu avô acrescentou que, mesmo que conseguisse fugir, nunca mais na vida teria sossego. Que independentemente de onde estivesse, haveria sempre de me procurar. Perante aquela comunicação, calei-me!

[...] Anos antes presenciei o meu avô mandar espancar violentamente a sua própria filha, a minha tia, quando esta tentou recusar-se a casar. Depois de estar aprisionada vários dias, esta conseguiu fugir para uma aldeia próxima.

O meu avô enviou vários homens da nossa aldeia para a recapturarem. Foi então trazida de volta à nossa aldeia, espancada de várias formas publicamente, e depois entregue ao noivo que a levou para a sua aldeia. Onde permanece até este momento.

Além da história da minha tia, o que levou à minha decisão foi a história de uma amiga de nome Bebé, de quinze anos, que vivia numa aldeia próxima da minha, de nome Fambletch. Ela havia sido dada em casamento pela senhora que a criou, mas que não era a mãe.

⁹⁴ Cf. Anexo I.

[...] Contudo, ela recusou casar-se e fez frente aos seus familiares. Foi então que a pessoa que a criou enviou um grupo de pessoas para arrancá-la à força a fim de ser entregue ao noivo. Ela resistiu.

Tal atitude foi tomada como uma afronta. Então foi violentamente espancada por todos os que faziam parte daquele grupo. O espancamento foi de tal forma que ficou pisada por dentro. Como não houve tratamento adequado por falta de condições no hospital da aldeia, acabou por morrer.

Mas o que me fez apressar a fuga foi perceber que aquele senhor não se importava nada de me ver chorar. Eu chorava porque não tinha coragem de dizer expressamente que não queria.”⁽⁹⁵⁾

AQ. Conseguiu fugir; acabou de entrar para a universidade.

“[...] Eu mesma, no primeiro dia em que disse que preferia estudar a casar com um homem com idade para ser meu pai, fui espancada porque isso foi considerado uma ofensa. Enquanto me batiam, ao tentar fugir, caí numa poça de água e engoli muita água suja; então pedi que me tirassem de lá. Quando me tiraram, pensei que, por estar magoada, fossem parar de me bater; mas não, continuaram. Bateram-me horas a fio e só pararam quando comecei a cuspir sangue. Tenho de dizer que não proferi aquelas palavras à frente de nenhum adulto; estava a desabafar entre nós, miúdas, e uma mulher da morança ouviu-me e foi contar.

(...) O plano traçado era o seguinte: como havia várias meninas da minha idade na nossa aldeia, foi combinado que seríamos todas entregues para casamento no mesmo dia. Foi a minha sorte, porque houve necessidade de esperar pelo aparecimento da menstruação a uma das minhas primas, de nome N., com quem partilhava o quarto e a cama, mas que seria forçada a casar com um outro homem. Esse facto permitiu-me ganhar algum tempo para planear a minha fuga.

Houve um pacto de silêncio entre as meninas. E, chegado o dia, demos uma desculpa que íamos para o culto (na igreja). Acontece que uma ficou doente com um grande frínculo e não conseguia andar; essa teve de ficar para trás.

⁹⁵ Cf. Anexo II.

Fomos à vila de Tite e não voltámos. Houve uma que nos avisou que, caso fôssemos apanhadas, seríamos mortas em plena luz do dia.

(...) Se acreditei que pudesse acontecer? Cresci a ver e ouvir histórias de espancamentos e mortes de mulheres que se recusaram a casar”.⁽⁹⁶⁾

F.D. Hoje ainda casada com o marido imposto.

“(...) Foi então que pedi que pelo menos me deixassem conhecer o meu futuro marido.

Passadas umas semanas organizaram uma pequena cerimónia na nossa morança para me ser dado a conhecer o meu futuro marido. Havia muita comida. Chegaram muitas pessoas importantes da comunidade e que eram das relações do meu pai e dos meus tios. Depois de me vestirem a roupa tradicional, e terminado o pequeno ritual, levaram-me à presença de um senhor a quem sempre tomei por tio.

Fiquei lavada em lágrimas porque era muito velho para mim. Ele era amigo do meu tio Al., irmão do meu pai. Recusei estar presente porque comecei a sentir-me mal. Pedi para voltar para dentro, mas foi-me recusado porque isso seria insultuoso para com o senhor. Puseram-me num pequeno banco, deram-me um pouco de ‘leite dormido’⁽⁹⁷⁾ e disseram-me para descansar.

Foi possível ouvir as anciãs dizer que as lágrimas e a minha má disposição se deviam à emoção; tal como havia sucedido com elas. Quando tudo terminou chamei a minha tia, irmã do meu pai, e pedi para falar com o meu pai, porque não queria casar-me.

(...) Quando pedi para falar com o meu pai, passados alguns dias, quem apareceu foi a minha avó. Estranhei, porque ela teve de vir de outra aldeia, apesar da muita idade.

Em conversa com a minha avó, esta disse-me que, só ela, que teve catorze filhos. Que perdeu o marido na guerra colonial e nunca mais voltou a casar. Com muito sacrifício criou filhos, homens e mulheres, que honraram a nossa religião, o nome da família e de toda a nossa geração; embora já tivessem morrido cinco.

⁹⁶ Cf. Anexo III.

⁹⁷ Um prato guineense muito apreciado pelos muçulmanos (mas não só) e que é confeccionado com arroz e leite fermentado.

Questionei a minha avó quanto à razão por que estava a dizer-me aquilo tudo. Respondeu que sempre fora contra terem-me colocado na escola, uma vez que mais tarde ou mais cedo isso haveria de conduzir à negação da nossa tradição, dos nossos valores étnico-religiosos e, por conseguinte, levar à desonra do nome da família.

Perguntei por que razão o nome da família dependia do facto de eu aceitar casar-me com aquele senhor. Foi-me dito em tom áspero que comprometer-se perante a comunidade e incumprir, tal significa que deixámos de ter os valores da comunidade como bons muçulmanos. Disse-me que o nosso apelido D. era usado por várias famílias, que não podiam ter o nome manchado por minha causa. Que a minha recusa seria um ultraje para com o meu prometido marido e que, devido à sua importância, a vergonha chegaria a todas as aldeias próximas. Que deixaríamos de ser considerados uma família honrada, com consequências para toda geração vindoura.

Foi assim a história do meu casamento. Só houve uma coisa que nunca percebi: por que razão nunca o meu pai veio falar comigo. Foram sempre a minha mãe e as minhas tias. Pensei em fugir, mas onde poderia vir a ser aceite? Tinha mais 8 irmãos de quem gostava muito.

[...] Tenho 4 filhos que amo; dou-me bem com outras esposas do meu marido e ele é bom para mim. Mas, se pudesse escolher, teria escolhido não viver assim.”(98)

M.B. Vive em Bissau. Diz que não tem esperança de refazer a sua vida e que só tem um único desejo: ver os filhos felizes.

“(...) O meu marido veio a falecer na guerra de 7 de Junho⁽⁹⁹⁾, e então fiquei sozinha com as quatro crianças e sem ajuda. Ficámos em Bissau até 2001; mas eu continuava a não ter como sustentar, sozinha, quatro crianças menores. Então tivemos de regressar a Galomaro para a “morança” da família do meu marido, porque eles tinham mais posses.

Cerca de sete meses depois da nossa chegada começou a minha tortura.

⁹⁸ Cf. Anexo IV.

⁹⁹ Conflito armado que ocorreu no ano de 1998-1999 e levou à deposição do então Presidente da República.

Foi convocada uma reunião e comunicaram-me que ia ser esposa do S., meu cunhado, irmão do meu falecido marido. Ele era nove anos mais velho do que o meu marido e dezanove anos mais do que eu. Mas isso até nem importaria muito se gostasse dele; eu é que não queria aquele homem.

O problema é que ele era comerciante, criava gado, tinha várias esposas e muita influência.

Quando souberam que eu havia recusado, foi convocada uma outra reunião para a qual vieram muitas senhoras mais velhas da nossa tabanca e das tabancas próximas.

Foi-lhes dado a saber que, por ter vivido muitos anos na capital, resolvera desprezar a nossa tradição e desafiar as anciãs da comunidade.

Depois daquela reunião, na qual me foi recusado participar, começou o meu pesadelo: nunca mais voltei a relacionar-me com ninguém; segundo os nossos usos e costumes, a irmandade entre as mulheres da “morança” obriga a que a refeição de todas seja no mesmo recipiente. A minha passou a ser servida à parte; quando ia à Mesquita as pessoas afastavam-se para que eu não ficasse perto delas; chegou ao ponto de as pessoas se recusarem a partilhar comigo o mesmo balde, quando ia à fonte buscar a água.

Acho que só me deixavam comer por causa dos meus filhos – que eram, afinal, netos e sobrinhos deles.

Pouco tempo depois fiquei doente e de cama. Deixaram-me ao abandono e a arder em febre quase até a morte. A minha sorte foi uma senhora de nome A., amiga da minha falecida mãe, que foi da sua tabanca à minha para me visitar.

Quando me viu naquele estado alugou uma mota para me levar até à paragem do “toca-toca”⁽¹⁰⁰⁾ que me trouxe até Bissau.

Fiquei internada com paludismo durante três ou quatro semanas.

Quando tive alta, fiquei na casa de pessoas amigas do tempo em que vivi aqui em Bissau. Decidi deixar a nossa tabanca; já não havia lugar para mim. Os meus filhos ficaram com os avós, e vou visitá-los sempre que posso”.⁽¹⁰¹⁾

¹⁰⁰ Termo usado em crioulo para referir as carrinhas (de sete ou catorze lugares) que fazem carreiras entre tabancas ou das tabancas a Bissau.

Manuel Cá. Ministro da Igreja de Catió

“[...] Houve outra situação em que depois da fuga recebi a menina na missão. No dia seguinte estavam à porta da missão cerca de uma dezena de familiares. Após várias horas, e perante a minha recusa em os deixar falar com a miúda, desmobilizaram, tendo lá permanecido apenas a mãe. Ficou lá dois dias. Eu levava-lhe comida à varanda, mas ela recusava. Depois de dois dias, como era apenas a mãe, acedi em deixá-la falar com a filha, com a condição de que fosse na minha presença. Então presenciei essa mãe perguntar à filha: ‘queres ver-me viva? Ou preferes ficar aqui na igreja e com isso assinares a minha sentença de morte quando voltar à aldeia? Eles suspeitam que te ajudei a fugir – a família do teu pai e do teu marido’. Neste caso a menina cedeu. Ainda tentei demovê-la. Não consegui. Ela disse-me: ‘Pastor vou voltar com a minha mãe e casar-me. Não teria forças para aguentar o peso da morte dela.’

Em 2014, uma mulher, que estava a criar a filha da sua irmã, fugiu, quando a esta estava prestes a ser-lhe imposto um casamento. Quando chegaram à minha igreja, a mãe foi a primeira a aparecer, fartou-se de chorar porque diziam que a menina tinha sido mentalizada a fugir pela própria mãe. Quando se foram queixar ao marido da mãe, este expulsou a esposa de casa. Foi sorte não a terem matado; nestas situações de recusa, a vida das meninas ou da mãe tem menos valor do que a de um cão” (102).

Os relatos, que acima reproduzimos, foram prestados por quatro jovens, hoje com mais de vinte anos de idade, e pelo Ministro de uma congregação religiosa. Daquelas quatro meninas, as três primeiras conseguiram fugir do casamento imposto pela família, não obstante a violência a que foram sujeitas, cujas marcas ainda hoje carregam. São de etnia Balanta. A segunda, de etnia Fula, não teve a mesma força; aceitou o seu destino.

Trouxemos estes pequenos trechos da história de vida destas meninas com intenção de tentar aquilatar se as condutas tidas pelos seus familiares e outros membros da sua comunidade de pertença podem integrar o conceito “constrangimento”. Trata-se de tentar saber se a violência exercida ou a sujeição àquela pressão social e familiar são aptas a quebrar a resistência de alguém que se recusa a praticar uma “acção, omissão ou

¹⁰¹ Cf. Anexo V.

¹⁰² Cf. Anexo VI.

a suportar uma actividade”. Isto porque, no fundo, e sem prejuízo de outros meios igualmente tendentes a constranger (e que infra discutiremos), estamos a falar de elementos objectivos que integram o conceito de **coacção**.

Ao perscrutar aquela realidade, vivida e descrita, ela conduz-nos a cinco cenários que identificaremos adiante, e relativamente aos quais demonstraremos como todas as condutas neles envolvidas são susceptíveis de preencher o conceito que o legislador pretendeu tão alargado de modo a que nele coubesse qualquer comportamento que vise quebrar a resistência da vítima. Vejamos:

- (1) A situação em que, pelo confronto com a recusa da menina em casar, há uma manifestação de violência física e psicológica directa, em que se vai alternando o meio empregue entre o espancamento, a recusa de alimento e até a privação de liberdade pelo isolamento num quarto, sem contacto com ninguém.
- (2) O caso em que o temor decorre do facto de, além da ameaça expressa que por si só tem peso, as visadas pela ameaça já terem presenciado a sua respectiva consumação no passado. O temor ganha ainda maior dimensão, quando as menores já assistiram à consumação do casamento cuja vítima foi a própria filha do actual constrangedor (seu familiar próximo).
- (3) A circunstância em que a conduta escolhida se reveste de enorme torpeza, pois é imputada à menor a responsabilidade de vir a trazer infelicidade a toda a família, ou de poder manchar o nome da comunidade, caso se recuse a casar.
- (4) A quarta situação aponta, mais uma vez, para o uso de meios que revelam especial censurabilidade e perversidade. Nesta, à menor é feita uma chantagem que a coloca numa posição em que terá de escolher entre o casamento imposto ou a vida da mãe.
- (5) O relato da vítima **M.B.** mostrou-nos também que o casamento forçado não atinge apenas vítimas menores de idade, mas também vítimas maiores, desde que estas se achem numa situação vulnerável. Esta história confirma o já referido *modus operandi* consubstanciado em lançar mão de condutas que colocam a mulher na condição de estigmatizada, passando a viver ostracizada na sua própria comunidade, até que, no caso concreto, esta se veja obrigada a abandonar os filhos e a aldeia onde nasceu e cresceu.

Face a tudo o que ficou exposto, consideramos que todas as condutas descritas são suficientemente aptas a constranger até um adulto. Por maioria de razão estas constrangerão uma menor devido à particular vulnerabilidade desta, em razão da idade. Tanto assim é que, em pelo menos uma das situações a que fizemos menção, a adolescente deixou de resistir e casou-se, independentemente da invalidade ou da irrelevância do seu consentimento.

Diante de tudo quanto foi aqui dito, e ponderada toda a factualidade descrita, importa analisar em que termos podemos subsumir as condutas dos intervenientes naquelas cinco situações (relatadas pelas vítimas e eventos testemunhados pelo Ministro Evangélico da Igreja de Catió). Como se pode notar, o modo de “constrangimento” exercido não se ficou apenas pelo uso de violência e/ou de ameaça com um mal importante, mas também se manifestou por condutas aparentemente omissivas. Assim, e por exemplo, o deixar de falar e/ou de se relacionar com a vítima com intenção de a isolar e privar de convívio social é, na nossa opinião, um meio por si só capaz de constranger.

Pese o facto de apenas termos aqui exposto trechos dos depoimentos recolhidos, de seguida procederemos a uma análise mais integrada dos factos, visto que, para tentar subsumir as referidas condutas à norma incriminadora, nos parece importante dar atenção a todo o circunstancialismo que o caso concreto convoca (e não apenas a síntese exposta).

2.4. Análise dogmática dos casos expostos

a) Análise dogmática do primeiro caso

No primeiro caso, aquele que envolve a vítima **Q**, não temos dúvidas de que estamos perante uma situação que, *per se*, sustenta a tese proposta: o pretendente a marido preenche todos os elementos para responder a título de **co-autoria** de um crime de casamento forçado na forma consumada, caso este viesse a ocorrer, ou, no caso concreto, a título de tentativa.

Contudo, se por mero exercício académico, desconsiderássemos toda a contribuição prestada por outros intervenientes – que, repetimos, agem **todos** em *co-autoria* – e apenas tivéssemos em linha de conta o comportamento tido pelo pretendente a cônjuge, as suas acções seriam reconduzíveis à primeira asserção do artigo 26.º CP.

Isto é, se analisássemos a conduta do pretendente a cônjuge isoladamente, de forma a exemplificar uma situação de autoria imediata, nela encontraríamos o preenchimento perfeito.

Ou seja, concluímos que o espancamento da vítima; o ordenar, enquanto dono da casa, que ela seja fechada num quarto isolado do convívio com os demais; ou o ordenar que lhe seja recusada a alimentação, são tudo acções que configuram, em abstracto, meios idóneos a quebrar as resistências da vítima **Q**. Assim, neste caso estaríamos perante a forma doutrinalmente denominada de *autoria imediata*. Ou seja: “*É punível como autor quem executar o facto, por si mesmo (...)*”.

Esta primeira proposição do artigo 26.º do CP circunscreve-se às situações em que é o próprio agente quem empreende, de mão própria, a concretização do tipo. “Este é o autor, por excelência, cujo conceito resulta já da interpretação dos diversos tipos legais de crime previstos na Parte Especial (...)”⁽¹⁰³⁾ É igualmente chamado de “autor singular” por corresponder a casos em que se verifica exclusão da autoria mediata e da co-autoria⁽¹⁰⁴⁾. Neste particular é *mister* sublinhar que Cavaleiro de Ferreira entende que o “autor singular, porém, também entra em comparticipação com outro ou outros agentes, na medida em que participam no crime autores morais ou cúmplices.”⁽¹⁰⁵⁾

Importa salientar que a aferição desta forma de autoria, nos crimes dolosos de comissão por acção, é aquela que nos oferece menor grau de dificuldade na medida em que exige tão-somente que o agente preencha, por si mesmo, as circunstâncias objectivas e subjectivas do crime, como de resto resulta da factualidade retratada. Esta é a “autoria material”, dogmaticamente considerada “protótipo da autoria”.⁽¹⁰⁶⁾

Cumpramos ainda sublinhar que abrimos a nossa análise com este caso, uma vez que, de todos os depoimentos a que tivemos acesso, este é o único em que houve objectivamente uma intervenção directa do futuro marido no acto de constrangimento, até maior do que a de todos os outros agentes que intervieram no processo coactivo.

¹⁰³ VARELA, João Athaide – *Os limites da punibilidade em sede de autoria*, 1ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2015, p. 133.

¹⁰⁴ Torna-se curial referir que parte da nossa doutrina defende que “o autor singular imediato não cessa de o ser quando actua com a colaboração de participantes. (...) Também constitui autoria imediata a execução do facto pelo agente com utilização do corpo de um terceiro como se de um objecto se tratasse.” Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit. P. 198.

¹⁰⁵ Cf. FERREIRA, Manuel Cavaleiro – *Lições de Direito Penal*. Parte Geral I e II. Coimbra. Almedina, 2010, p. 476.

¹⁰⁶ Cf. GARCIA, M. Miguez/RIO, J.M. Castela – *Código Penal: parte geral e especial*, cit., p. 200.

Ademais, note-se que levantámos a hipótese apresentada pelo facto de ser o pretendente a marido quem toma a decisão e assume o controlo directo de quase toda acção que leva ao constrangimento de Q. Assim, face ao relato que nos foi feito, cremos que os factos ocorridos, mormente a tentativa de violação, ter-se-iam verificado com ou sem participação de outros intervenientes.

Poder-se-á ainda perguntar se não estaríamos apenas diante de um crime de ofensa à integridade física ou de tentativa de violação. Quanto a esta questão, acompanhamos o entendimento de Pinto de Albuquerque, segundo o qual pode existir concurso efectivo tanto entre os crimes de casamento forçado e violação, como entre esses crimes e a ofensa à integridade física.

Todavia, importa salientar que só existiria concurso se a ofensa à integridade física não fosse uma consequência directa e necessária do constrangimento no crime de casamento forçado. Isto é, de forma a evitar a violação do princípio da proibição da dupla valoração do mesmo facto, tais agressões são relevantes para o crime de ofensa à integridade física ou para a tentativa de casamento forçado. Consequentemente, não existe assim uma relação concursal entre o crime de casamento forçado e o de ofensa à integridade física.

No entanto, é imperativo referir que, sopesados todos os pormenores que enformam aquela factualidade, facilmente se conclui que o objectivo último visado pelo agente é o desfloramento da jovem, forçando-a, desse modo, a aceitar o casamento que se suspeita haver probabilidade de ser recusado. Desta forma, o pretendente a marido escolhe a forma mais “eficaz” para quebrar a resistência da vítima, a via que a própria comunidade entende ser a mais eficiente para a “consumação do casamento”: a violação.⁽¹⁰⁷⁾

Por outro lado, ao ver que não satisfaz os seus intentos com as sucessivas tentativas de violação, o pretendente a marido muda de conduta e passa à violência psicológica, passando a privar de alimentos bem como a confinar a jovem a um quarto sem contacto com outras pessoas. Tal actuação mostra, sem margem para dúvidas, que o fim do pretendente a cônjuge não seria, apenas e só, a “prática de cópula”. Nestes casos,

¹⁰⁷ “[s]egundo as entrevistadas, em caso de recusa ao casamento, com base no consenso da família, a menina é amarrada nua em um quarto e ao suposto marido é dado o direito de violá-la como forma de consumação do casamento.” Cf. “Estudos sobre a situação nefastas e violência doméstica em regiões de Bafatá, Oio, Cacheu e Bissau”, cit., p. 14.

e pegando nas palavras da Conceição Ferreira Cunha, “o dolo específico” ⁽¹⁰⁸⁾ seria fazer com que, com a consumação da cópula e a consequente perda da virgindade, a adolescente deixasse de resistir, colocando-a assim numa posição em que, perante comunidade, seria vista como esposa do agente que obtém daquela forma a garantia da manutenção da menina sob a sua dominação.

O panorama acabado de traçar é, de resto, bastante frequente nos casos de casamento forçado tal como a LGDH fez saber através da publicação do referido estudo de que já demos nota⁽¹⁰⁹⁾. Isto é, uma das formas de consumação do casamento forçado é por via da violação, porquanto esta prejudica indelevelmente a reputação da jovem, que muito dificilmente terá pretendentes uma vez conhecida a sua história numa comunidade pequena, ao mesmo tempo que confere poder ao violador de continuar a fazer uso da menina, numa lógica de que o “mal já estava feito”.

Alternado com a violência física, o relato em análise fornece-nos os contornos do exercício da violência psicológica no contexto do casamento forçado. A esse respeito, somos da opinião de que o constrangimento subjacente à sujeição à fome e aquele subjacente ao isolamento, não tendo evidentemente o mesmo conteúdo da violência física, são, contudo, de um grau equiparável. Deixam tantas mazelas na saúde psíquica, como as agressões físicas deixam no corpo. Se estas podem desembocar em morte, como acontece na realidade, não raras vezes aquelas outras conduzem ao suicídio ou à sua tentativa.

Neste sentido, acompanhamos o entendimento da Conceição Ferreira Cunha segundo o qual, tal conduta – a de privar de alimentos – representa uma forma de violência psíquica na medida em que o objectivo é “não alimentar [...] enquanto não assumir a atitude imposta”⁽¹¹⁰⁾, que é a de aceitar o casamento. É ainda pertinente notar que o facto de o pretendente a marido ter votado a menina ao isolamento merece o mesmo enquadramento, se considerarmos que privar qualquer pessoa de contactar com outras livremente é negar-lhe uma parte essencial do ser humano (a socialidade).

Segundo Maslow⁽¹¹¹⁾, existe uma hierarquização em cinco níveis das necessidades fundamentais do ser humano: 1.º Fisiológico (respiração, comida, água,

¹⁰⁸ Cf. CUNHA, Conceição Ferreira da – *Crimes contra as pessoas*. Porto. Universidade Católica Editora, 2017, p. 131.

¹⁰⁹ Cf. “*Estudo sobre situação das práticas nefastas e violência doméstica*”, cit., p. 14.

¹¹⁰ Cf. CUNHA, Conceição Ferreira da – *Os crimes contra as pessoas*, cit., p. 125.

¹¹¹ Abraham Harold Maslow foi um psicólogo americano que teorizou as cinco necessidades humanas na sua obra *Motivation and Personality*, publicada pela Harper & Row, Publishers, Inc., em 1954.

sexo, sono, hemóstase, excreção) 2.º Segurança (do corpo, da família, do emprego, da saúde, etc.); 3.º Amor/relacionamentos (amizade, família, intimidade física); 4.º Estima (autoestima, confiança, conquista, respeito dos outros, respeito pelos outros); 5.º Realização pessoal (moralidade, criatividade, espontaneidade, solução dos problemas, etc...).

À luz desta teoria, as três primeiras são as “necessidades de deficiências” – portanto as mais importantes e as primeiras a serem atendidas.

Ora, privar de alimentos atenta contra o que Maslow entende ser a necessidade de “coisas de que o corpo precisa para funcionar”; assim como trancar a vítima num quarto representa “coartar a possibilidade de o ser humano interagir com outros seres humanos”. Assim, se tomarmos em linha de conta esta categorização, torna-se simples de compreender que violências, como as que foram infligidas à vítima Q. nos termos descritos, são conscientemente orientadas a quebrar a sua resistência, uma vez que se inserem nos três primeiros níveis das necessidades humanas.

Por outro lado, e já em sede de eventual concurso de crimes, poder-se-á igualmente questionar se, neste caso concreto, não estaríamos perante uma situação de concurso efectivo entre um crime de sequestro e o de casamento forçado (consumado ou tentado, consoante o desfecho). Paulo Pinto de Albuquerque⁽¹¹²⁾ entende que sim, e a nosso ver bem, porque não existe a relação de especialidade que intercede entre o casamento forçado e os crimes de ameaça e de coacção (estes integram-se/diluem-se naquele).

O mesmo autor faz ainda notar que, no crime de sequestro, “o **tipo objectivo** consiste na privação absoluta da liberdade de movimentação de outra pessoa. A distinção entre o sequestro e a coacção reside precisamente na circunstância de que este crime supõe apenas a restrição da liberdade de estar num local concreto ou de se deslocar para um local concreto, mas não a privação da liberdade de deslocação para qualquer local.”⁽¹¹³⁾

É curial reiterar que o presente trabalho se propõe analisar eventuais problemáticas de autoria, e não questões de concurso. Fizemos, todavia, esta breve passagem sobre as relações de concurso do casamento forçado com outros crimes, como forma de demonstrar que, na realidade, tal como resulta da entrevista com a vítima, o

¹¹² Cf. ABUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 611.

¹¹³ *Idem*, p. 620.

fim visado pelos agentes é sempre, só e apenas, o de lhe quebrar a vontade. Essas acções são partes integrantes do variado acervo de meios usados como forma de forçar as meninas a casar, querendo com isto dizer que, perante um consentimento expresso no sentido da concordância, não se chega à privação de alimentação nem às agressões físicas.

b) Análise dogmática do segundo caso

O segundo caso analisado, o da vítima **B**, coloca-nos perante situações em que uma “simples” ameaça faz a vítima temer pela vida ao ponto de arriscar fugir, mesmo tendo consciência do perigo de morte que envolve todo o processo de fuga; frequentemente são encontrados corpos de jovens, algumas suas conhecidas e amigas, que não lograram chegar ao destino.

“(...) Tudo começou quando ouvi o relato de uma menina, de treze anos, que na tentativa de fugir de um casamento forçado, foi arrastada e engolida pelo mar, e outra que desapareceu no mato e que soubemos, posteriormente, ter sido comida por animais.

Estas ocorrências foram devidamente denunciadas porque, como foi uma fuga em grupo, houve meninas que conseguiram fugir e foram essas duas jovens que nos comunicaram as primeiras situações.⁽¹¹⁴⁾

A particularidade deste caso concreto centra-se na memória que a vítima guardou da extrema violência a que assistiu. Bastando assim uma simples frase do avô paterno, para reavivar a memória do tratamento que foi oferecido à sua tia – a própria filha do ameaçador, note-se.

Se noutras situações de ameaça se pode sempre colocar a questão de saber se ela é susceptível de ser executada, no caso deste relato essa possibilidade nem sequer se coloca.

Um pai que, primeiro, manda espancar e isolar a própria filha por esta se recusar a casar e depois, quando aquela logra fugir, não desiste dos seus intentos e ordena a sua recaptura com a consequente imposição do casamento, pensamos que não poderiam restar dúvidas à vítima no que diz respeito à verosimilhança da execução dessas ameaças.

¹¹⁴ Cf. Relato J.C. Ministro da missão evangélica de Bissau, Anexo VII.

Neste sentido, e depois de tudo quanto ouvimos, é possível concluir que é precisamente do elevado grau de probabilidade de concretização das ameaças que decorre o desespero e a consequente fuga. Estas vítimas, que nada têm a perder, aceitam que as suas vidas valem muito pouco. Portanto, é com base nessa percepção que assumem correr risco de vida no momento em que encetam a fuga.⁽¹¹⁵⁾

Esta questão ganha especial pertinência numa cultura que desrespeita a condição feminina. Esta jovem assistiu ao espancamento da tia, à qual foi imposto um casamento no qual permanece até hoje, tendo ainda sabido da história de uma amiga que enfrentou a sua família e a do noivo, história esta que terminou na morte desta.

Acresce que a prática de casamento forçado incide sobre vítimas que são na sua esmagadora maioria adolescentes ou até crianças, pelo que o convívio e a exposição destas àquela violência extrema, aliada à particular fragilidade destas vítimas em razão da idade, fazem com que qualquer ameaça expressa proveniente de alguém que lhes infunda tanto medo se mostre mais do que apta a quebrar toda e qualquer resistência - salvo raras excepções.

Os factos relatados, que agora nos propomos apreciar, levam-nos a considerar a existência dos requisitos objectivos que consubstanciam a prática, em **co-autoria material**, de um crime de casamento forçado na forma tentada imputável ao tio, ao avô, à madrastra e ao pretendente a marido. Assim sendo, consideramos que esses requisitos objectivos se reúnem a partir do momento da comunicação do acordo à jovem, e a partir do respectivo dissentimento desta.

Mas como fundamentamos este entendimento?

Note-se que, para a vítima, tudo não passava de rumores até ao momento da revelação. Havia conversas em surdina que davam conta da possibilidade de um casamento forçado, mas nada de mais concreto. Porém, tudo muda com a conversa entre avô e neta. O relato exposto confirma que, mesmo antes dessa comunicação, o plano já havia sido traçado.⁽¹¹⁶⁾ Portanto, o requisito do “acordo” já se preencheria com o plano delineado conjuntamente entre o avô, o tio, a madrastra e o pretendente a cônjuge.

¹¹⁵ Cf. Relato Pastor M.C. Anexo VI.

¹¹⁶ “Nunca me fizeram saber que estava prometida a um homem. Quem me contou, curiosamente, foi uma das minhas madrastras porque ela era crente e não concordava. Na altura, eu estudava na vila em Catió durante a semana. Quando vinha à aldeia durante os fins-de-semana, ela contava-me tudo o que planeavam durante a semana. Isto é, como haveriam de manter tudo em segredo e acautelar a minha fuga em caso de recusa.”

Depois, seguem-se alguns dos que consideramos serem “actos de execução”: a comunicação à vítima (e é de realçar que houve uma imediata manifestação de dissentimento por parte desta); a permanente vigilância feita pela madrasta; o início das ameaças por parte do avô e do tio da jovem. Mediante as aludidas condutas esgotam-se os pressupostos exigidos pela terceira proposição do artigo 26.º do CP, que configura a modalidade de **co-autoria**.

Do contacto que tivemos com esta realidade, e salvo muito pontuais excepções, o processo de constrangimento e as condutas que nele se inserem, nunca são realizados por apenas um agente.

Normalmente, na prática do casamento forçado, independentemente do seu contexto, o processo tendente a constranger é realizado por um núcleo de pessoas mais ou menos importantes na vida das vítimas. Contudo, e deve salientar-se, algures no processo constrangedor conta-se sempre com a colaboração do futuro marido.

Tal conclusão conduz-nos à percepção de estarmos perante um crime cuja concretização convoca a ideia de “comparticipação necessária”⁽¹¹⁷⁾. Ou seja, o trabalho de campo que empreendemos permite-nos adiantar, com segurança, que é sempre imprescindível a necessária participação do pretendente a cônjuge, nos casos de consumação ou tentativa de casamento forçado. Este tem sempre uma participação que extravasa o mero comportamento “passivo” ou de quem presta um simples apoio. Juntamente com outros familiares, ele preenche os respectivos elementos do tipo, pelo que deve responder quase sempre a título de co-autor. Temos este entendimento por considerarmos que o pretendente a cônjuge tem o “domínio de facto”; teoria que serviu de suporte ao legislador para balizar o critério de autoria nos crimes dolosos – como é o casamento forçado.

E qual é a linha argumentativa propugnada por esta teoria?

À luz desta teoria, é autor: a) quem, na senda da teoria do ilícito pessoal, **executa** o facto directa ou indirectamente, tal como resulta implícito na própria denominação, é “dominador do facto”; b) quem tem, na sua própria mão ou na sua esfera decisória, o poder de execução que lhe permite determinar o **se** e o **como** da realização do tipo; c) quem reúne os elementos objectivos e subjectivos necessários à

¹¹⁷ “Muitos tipos legais de crime existem em que a comparticipação de várias pessoas constitui pressuposto necessário do preenchimento”. Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal*, cit., p. 854. Neste sentido, entendemos que muito dificilmente existirá consumação de um casamento forçado sem a estreita colaboração, e até participação, do pretendente a marido.

concretização do ilícito típico, cabendo-lhe “o papel director da iniciativa, interrupção, continuação e consumação da realização, dependendo estas, de forma decisiva, da sua vontade. A uma concretização desta ideia rectora serve, de resto, o nosso próprio sistema legal, pelo menos na medida em que o artigo 26.º do CP individualiza e distingue a autoria imediata, a autoria mediata e a co-autoria.”⁽¹¹⁸⁾

Note-se que, no caso em apreço, tanto o tio como o avô deram início ao processo de constrangimento com a comunicação à menina de que já tinha um marido. Ademais, fizeram-lhe saber que esta teria de se casar, querendo ou não. Com a entrada do pretendente a marido em acção, através de ofertas e visitas à jovem, adensa-se o processo de constrangimento, uma vez que passou a ser uma realidade à vista da vítima. Face aos pormenores que constituem este caso concreto, cabe-nos realçar, à luz da teoria do domínio de facto, que na aludida divisão de tarefas todos os intervenientes tinham o domínio funcional do facto, tendo em conta que tanto os familiares como o pretendente a marido tinham possibilidade de fazer cessar o constrangimento. Portanto, todos possuíam domínio negativo da acção, nos exactos termos em que possuíam domínio positivo – requisitos que servem de base à autoria.

Esse é, de resto, o traço distintivo da co-autoria inserta na terceira proposição do artigo 26.º do CP: é punível como autor quem “(...) *tomar parte directa na sua execução, por acordo ou juntamente com outro ou outros* (...)”

No dizer de Helena Mourão, numa ordem jus penal dual, o sentido normativo de “tomar parte directa na execução do facto por acordo ou juntamente com outro outros” equivale a uma modalidade autónoma de execução do facto, que não se confunde com a que se verifica na autoria directa. Por outro lado, apesar de poder não realizar integralmente o comportamento típico, o co-autor executa igualmente o facto de acordo com a terceira preposição do artigo 26.º do CP, que estende tipicamente o conceito de execução (...)”⁽¹¹⁹⁾.

Assim, ao perscrutar a terceira alternativa do artigo 26.º do CP saltam à vista dois requisitos inultrapassáveis a preencher pelos co-autores:

- a) “(...) tomar parte directa na sua execução (...)”
- b) “(...) por acordo ou juntamente com outro ou outros, (...)”

¹¹⁸ Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal*. Tomo I, cit., p. 767.

¹¹⁹ Cf. MOURÃO, Helena – *Autoria e execução comparticipadas*. Almedina, 2014, p. 329.

Participação na execução

No que concerne à primeira exigência, o Código Penal de 1982 exige efectiva intervenção na fase executiva; “(...) a exigência de que o co-autor tome ‘parte directa na...execução do facto’ torna, manifestamente, imprescindível a sua actuação durante a fase da execução do delito, ou seja: depois de ter sido praticado (por algum dos co-autores) um acto de execução, no sentido do artigo 22.º CP.”⁽¹²⁰⁾ Nesta particular forma de autoria é curial sublinhar que nenhum co-autor se serve do outro nem actua por intermédio de outro; aqui há um domínio do facto em conjunto com outro ou outros. Dito de outra forma, um condomínio do facto em que cada participante empresta o seu contributo (executivo) para a concretização do plano delituoso.

Face ao exposto, adiantamos que a essência de autoria, no que ao primeiro pressuposto diz respeito, assenta na ideia de que cada agente deve realizar a parte da tarefa a que se encontra adstrito, ou seja, oferecer o contributo objectivo que lhe está destinado dentro do plano colectivo e do qual ele – e só ele – tem *domínio funcional do facto*.

Importa salientar que esse *domínio funcional do facto* resulta também da chamada vertente subjectiva da co-autoria que, por sua vez, decorre da decisão conjunta (acordo) – de que falaremos infra. Este acordo serve de base para fundamentar a punibilidade do co-autor pela totalidade do acto delituoso do qual ele apenas realiza uma parte. Dito ainda de outra forma, a vertente subjectiva resulta da participação do co-autor na decisão colectiva/conjunta de onde sai a distribuição de tarefas (por acordo expresso ou concludente). E é na execução das tarefas parcelares de cada um que o legislador se apoia para fundamentar a punição de todos pela acção de cada um, contanto que a execução não esteja ao arrepio do plano conjunto traçado. Como bem nota Figueiredo Dias, nos casos de “**excesso**”, a responsabilidade corre por conta do agente que praticou o acto ou actos “excedente(s)”.⁽¹²¹⁾

Assim sendo, em que termos devemos densificar os actos de execução que possam traduzir-se, objectivamente, em contributos que substanciam co-autoria?

Desde logo demonstra-se “indispensável que do *contributo objectivo dependa o se e o como da realização típica*, e não apenas que o agente se limite a oferecer ou a pôr

¹²⁰ Cf. VALDÁGUA, Maria da Conceição – *Início da tentativa do co-autor*. Lisboa. LEX, 1993, p. 121.

¹²¹ Cf. DIAS, Jorge Figueiredo – *Direito Penal*. Tomo I, cit., p. 793: “Se, v.g., A e B decidem conjuntamente matar C, mas B depois rouba a vítima, só o homicídio, não também o roubo, é cometido em co-autoria, mesmo que após a apropriação também A se manifeste de acordo com ela.”

à disposição os meios de realização.”⁽¹²²⁾ Importa que esses actos tenham “peso, relevo, importância e significado”⁽¹²³⁾ e que se dirijam à produção da factualidade almejada.

Segundo a descrição dos factos feita pela jovem, esta afirma que apressa a sua fuga ao constatar que “*aquele senhor não se importava de [a] ver chorar*”. Esta afirmação deixa perceber que a menina esperava do senhor um recuo ao assistir à sua manifestação de dissentimento.

Perante esses factos, se atendermos às regras de experiência de um homem médio, outra não podia ser a conclusão senão a de que o pretendente a marido sabia que a presença e aceitação da menina não eram livres. Pese o facto de se tratar de um casamento dado por uma família de etnia Balanta a um homem Fula, que conhecia a natureza coactiva desses casamentos, porquanto são um costume praticado em ambas as etnias – não obstante serem raros os casos em que se verifica casamento forçado entre membros destes dois grupos étnicos.

Dissecada toda a factualidade, conclui-se que se verificam os requisitos essenciais da prática de um crime de casamento forçado, em co-autoria, na forma tentada. Está reunido o primeiro requisito, porque consideramos que o marido toma parte na execução ao levar as oferendas pessoalmente, ao receber a menina vestida com roupa de cerimónia, ao assistir à recusa da jovem em o servir conforme a tradição e ao choro desta. Estas são todas, a nosso ver, condutas tendentes a constranger.

Acordo/decisão conjunta

Eis a componente subjectiva da co-autoria. É o segundo requisito nuclear que completa os elementos constitutivos desta forma de participação e serve de fundamentação à punibilidade do co-autor como autor de todo o facto “acordado”.

Em bom rigor, este requisito surge, normalmente, a montante do preenchimento dos elementos objectivos, i.e., não tem necessariamente de ser prévio ao início da execução, mas, quando surge durante esta, terá sempre de ocorrer antes do resultado pretendido. No “acordo” reside o elemento que, ao balizar o plano conjunto, define o

¹²² Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal*. Tomo I, cit., p. 795.

¹²³ *Idem*.

‘resultado global’ que cumpre atribuir aos concretos agentes e, portanto, o âmbito de imputação a título de co-autoria.”⁽¹²⁴⁾⁽¹²⁵⁾

Ao usar os termos “acordo” e “juntamente com outro ou...” o legislador parece exigir uma concertação entre todos os agentes. E, salvo melhor e mais douto entendimento, essa interpretação parece-nos a mais consentânea com sentido ancorado no artigo 26.º. Não se mostra razoável que os requisitos de co-autoria se esgotem no somatório de várias condutas, aleatórias e separadamente produzidas (ainda que com conhecimento de todos os agentes, mas sem nenhum acordo), só pelo facto de delas resultar um delito. Julgamos que só muito forçadamente se pode aceitar que essas acções, aleatórias e desprendidas de um feixe comum, se possam subsumir à co-autoria. Poder-se-á eventualmente falar de *autorias paralelas*, mas não de co-autoria.

Para consubstanciar co-autoria é imperativo que haja um acordo concertado ou actuação conjunta. “Não só o ‘acordo’, mas também o requisito «*juntamente com outro ou outros*» pressupõe algo que *unifique (junte) os contributos dos vários co-autores*, para além do resultado da soma desses contributos.”⁽¹²⁶⁾ Assim se conclui que o ponto nevrálgico para o cabal preenchimento de co-autoria é, além da execução do facto, esse tal elemento *unificador*.

Acima, defendemos que é necessária uma participação efectiva na execução conjunta do facto, i.e., que é necessário que a conduta do agente compreenda um contributo material para a concretização do crime. Ora, em sede de “acordo”, importa colocar a mesma questão: é obrigatório que todos os agentes tomem efectivamente parte na feitura do plano delituoso?

A resposta tem necessariamente de ser negativa, bastando que um ou mais participantes tenham assentido e feito seu o plano congeminado por outro(s), aceitando, expressa ou concludentemente, a tarefa que lhe(s) cabe realizar no projecto comum para que esteja preenchido o requisito do “acordo”.

Assim, achamos que o pretendente a marido participou na celebração do plano, juntamente com o avô e o tio. É notório que houve um plano previamente delineado

¹²⁴ Cf. COSTA, António Manuel de Almeida – *Ilícito pessoal, imputação objectiva e comparticipação em Direito Penal*. Coimbra: Almedina, 2014, p. 938.

¹²⁵ Interpretação sufragada por VALDÁGUA, Maria da Conceição – *Início da tentativa do co-autor*, cit., p. 124: “A expressão «tomar parte...na...execução, por acordo» não significa, portanto, que o acordo já constitui execução, mas sim que – na primeira das duas hipóteses contempladas, em alternativa, na mencionada proposição do art. 26.º - o agente (co-autor) toma parte directa na execução *em conformidade com* (segundo, nos termos de) *um acordo*.”

¹²⁶ Cf. VALDÁGUA, Maria da Conceição – *Início da tentativa do co-autor*, cit., p. 125.

para que a concessão do terreno ao avô para a lavoura e as oferendas terem como contrapartida o oferecimento da menina em casamento. Todo o circunstancialismo do caso concreto aponta para o conhecimento de todos do casamento forçado.

Podemos questionar a natureza do acordo, i.e., se foi expresso ou tácito. Porém, tal não nos parece ser intenção do legislador distinguir estas situações, pelo que não cabe ao intérprete abrir uma porta onde o legislador não pretendeu que houvesse sequer um postigo. Ou seja, o legislador não redigiu a norma exigindo que o acordo fosse expresso.

Para a afirmação e preenchimento do requisito do “acordo”, basta que o mesmo seja expresso por qualquer meio concludente, tal qual acima se disse. O que nos leva à conclusão de que, com o passar dos anos em que nada foi cobrado ao avô da menina como contraprestação pela cedência do terreno, tal se deveu ao facto de haver um convénio, seja ele expresso ou tácito, de que isso teria como contrapartida a entrega da neta em casamento. Tudo isso, com conhecimento e concordância, pelo menos de ambos, tendo em vista um objectivo comum.

Para o estabelecimento e concretização do aludido “acordo” houve uma consciência de todos os intervenientes que lhe deram corpo. Ao tio e ao avô coube a comunicação à vítima de “*que, naquele mesmo ano, assim que terminasse a lavoura*”, haveria de deixar de estudar para ser entregue ao marido que nunca vira, e com quem seguiria para uma outra aldeia onde nunca estivera. Neste caso concreto, os familiares sabiam perfeitamente o temor que causariam na vítima, tinham a noção de que o processo de constrangimento já tinha uma base consolidada pelos exemplos do passado a que a vítima assistira, e que o mesmo seria mais do que apto para quebrar a resistência da menina.

A entrada em cena do pretendente a marido, com a sua participação na cerimónia tradicional, não só serviu para selar um acordo de cavalheiros, como para mostrar à vítima que, além de estarem a par do constrangimento, ainda havia o seu respectivo assentimento quanto à sua continuação. Todos os participantes no enredo que leva ao “casamento tradicional” conhecem o cariz coactivo que envolve a “aceitação” da nubente. Isto leva-nos a colocar o pretendente a marido no quadro de co-autoria material, e nunca no de mero participante.

c) Análise dogmática do terceiro e quarto caso

Já no que respeita aos casos concretos a que nomeamos como alíneas c) e d), estes ilustram situações muito diferentes das que acabámos de retratar. A facticidade que reproduzimos mostra que os meios empregues para quebrar a resistência das menores consistiram em chantagens psicológicas e emocionais (no quadro de um conjunto de valores de ordem moral e religiosa), destinadas a vencer a oposição das meninas e face às quais muito dificilmente se poderia esperar resistência duradoura por parte de adolescentes de treze-catorze anos.

Não obstante a factualidade destes dois relatos se ter verificado no seio de dois grupos étnicos diferentes, ambos têm em comum a realidade comunitária marcadamente patriarcal e com forte presença de normas culturais. O primeiro com o tal pendor étnico costumeiro e outro de natureza religiosa, nos termos que descrevemos no capítulo I.

Todavia, em ambos os contextos, há uma grande tendência para a estigmatização e ostracização de pessoas que tenham praticado “infracções”, beliscado a honra e o bom nome do chefe da família, ou assumido condutas que, do ponto de vista da comunidade, sejam reputadas de desviantes ou desvirtuosas face aos seus usos e costumes.

Em ordem a compreendermos do que se está a falar, basta chamar à colação as palavras do Pastor J.C.⁽¹²⁷⁾, quando nos deu conhecimento do suicídio de chefes de famílias por causa de dívidas ou por vergonha de actos praticados por membros da sua família:

“(...) é de facto uma tarefa ousada, senão arriscada, imiscuir-se nas questões étnico-culturais; sejam elas o casamento forçado, o fanado⁽¹²⁸⁾ ou o roubo de gado.

A raiz que liga esses valores e o sentimento da sua obrigatoriedade é profundíssima. Um dos filhos de um dos anciãos mais influentes do Sul, e que me vem prestando uma grande ajuda na sensibilização da sua comunidade, tem sido ameaçado. Só para se ter uma ideia da importância das crenças étnicas: uma vez combinámos um encontro para irmos falar com anciãos de uma tabanca vizinha, ele não apareceu. Esperei por ele uma semana e nada. Fui à tabanca dele tentar falar-lhe, correram comigo.

¹²⁷ Cf. Anexo VII.

¹²⁸ Circuncisão masculina.

Passadas umas semanas, ele visitou-me para contar que não pudera comparecer porque um seu tio se suicidara. O motivo foi a desonra porque a neta fugiu do casamento com um senhor agricultor, a quem, ele, o tio, a prometera, em troca de um terreno para cultivo e algum gado, uns anos antes.”⁽¹²⁹⁾

Os casos em que os patriarcas da família se suicidam em consequência do que alegam ser “desgostos” causados pelas filhas que se recusaram a casar, têm muito maior impacto na comunidade do que as situações em que uma menina se suicida, morre durante a fuga ou se auto-mutila em desespero pelo casamento imposto.

Os membros da comunidade onde se verificam casamentos forçados têm consciência desse impacto, e jogam com ele como forma de persuasão. As anciãs da comunidade possuem plena consciência do fardo que é para a jovem a responsabilidade pelo desprestígio do “chefe da sua família” e do “apelido da família”, usando esse argumento de natureza cultural para coagir as vítimas, porquanto elas mesmas, com grande probabilidade, foram alvo desse modo de actuação.

Dir-se-á que pode não ser necessariamente assim – pois, concordamos. Eventualmente nem todas sofreram constrangimento, pois muitas meninas casaram de livre vontade, malgrado legal e objectivamente muitas não tivessem capacidade para consentir.

De todo o modo, as mulheres encarregues de constranger as vítimas sabem que uma menina de treze-catorze anos de idade não arriscaria carregar um estigma que a fará companhia toda a vida, a menos que abdique da sua identidade. Esse ponto não é de somenos importância: todas as meninas que entrevistámos em Bissau renunciaram às suas comunidades de pertença – com excepção de Q.⁽¹³⁰⁾, que logrou retomar a relação com os seus familiares, que mantém até hoje.

Tudo visto e ponderado, consideramos que para os constrangimentos aqui descritos, somados aos que são expostos em anexo, bem como para os desfechos conhecidos e que muito marcaram as vidas das depoentes, muito contribuiu o pretendente a cônjuge da vítima, cuja conduta é, factual e objectivamente, muito diversa daquela que resulta da leitura da comunidade.

Como teremos oportunidade de concretizar em sede de conclusão, não podemos acompanhar a percepção da comunidade onde que se verifica este fenómeno, que tende

¹²⁹ Cf. Testemunho do Pastor J.C. Anexo VII

¹³⁰ Cf. Anexo I.

a ver o pretendente a marido como o que presta auxílio moral ou material ao(s) agente(s), i.e., um mero cúmplice. Solução menos chocante, mas igualmente de recusar, é a concepção, por parte dessas mesmas comunidades, do pretendente a marido como mero instigador.

Todo o ofertório feito pelo pretendente a marido não pode ser visto como mero “auxílio material”, nem as reiteradas presenças junto da menina e dos seus familiares como forma de reforçar a validade do plano concertado, configurando simples “auxílio moral”. Somos da opinião de que as aludidas condutas se destinam, objetiva e conscientemente, a contribuir para o necessário constrangimento.

Em que nos baseamos para ter esta interpretação de coisas?

No ensinamento de Figueiredo Dias, segundo o qual “a ideia central que preside à participação [é] a [de] que esta constitui colaboração no facto do autor e, por conseguinte, a sua punibilidade supõe a existência de um facto principal (doloso) cometido pelo autor (o “facto do autor”). A esta “dependência” [dá-se] doutrinariamente o nome de **acessoriedade da participação**.”⁽¹³¹⁾

Ora, não se logrou vislumbrar, em qualquer dos casos concretos, nenhum “facto principal de outrem” cuja realização estivesse desvinculada ou desprendida da colaboração do pretenso marido. Muito pelo contrário, toda a factualidade aponta no sentido de aquele ter oferecido o seu contributo para, mancomunadamente, materializar o constrangimento.

Pois que, se tivermos em conta a especificidade que enforma o casamento forçado, mormente a tendência para a intervenção de vários sujeitos como ficou demonstrado nos relatos supra, somos levados a concluir que caracterização deste ilícito típico é indissociável da figura da comparticipação necessária do pretendente a marido. No entanto, o que torna difícil a resolução de casos concretos, através da imputação de responsabilidade aos seus autores, é o facto de neles estarem sempre envolvidos membros da mesma família e de comunidades muito fechadas.

Deste modo, neste tocante cabe indagar em que termos devemos delimitar as responsabilidades jurídico-penais dos intervenientes.

À partida comungamos da ideia de que não podemos excluir a responsabilidade do pretendente a cônjuge como co-autor. De seguida, cabe apurar a intervenção dos

¹³¹ Cf. DIAS, Figueiredo Jorge de – *Direito Penal*, Tomo I, cit., p. 824.

progenitores ou de outros familiares que, na ausência dos primeiros, exercem o poder de tutela e estão vinculados pelo dever de garante que a este associado.

Assim, o ponto de partida na resolução dos problemas de comparticipação criminosa consiste em identificar aqueles sujeitos, para que só depois possamos avaliar o papel de cada um relativamente ao casamento forçado. Nesta tarefa, seguimos o raciocínio proposto por Conceição Ferreira da Cunha que, não obstante se referir a crimes de MGF, é inteiramente aplicável ao casamento forçado: “*não se pretende apenas punir a “fanateca”, ou quem executa a mutilação, até porque, dada a natureza secreta do procedimento, estas pessoas são difíceis de identificar, mas também a mãe, o pai, as avós, e outros familiares da vítima, que detendo um dever de garante, nada fazem para impedir a cerimónia [...]*”.⁽¹³²⁾ (Itálico nosso)

2.5. O alargamento da punição aos actos preparatórios

O artigo 154-C do CP consagra a punição de actos preparatórios conducentes à concretização do casamento forçado. Esta norma é uma decorrência do artigo 37.º, n.º 2, da Convenção de Istambul. Num primeiro momento, apraz-nos salientar que, do ponto de vista de política legislativa, esta decisão é merecedora do nosso aplauso porquanto o legislador demonstrou fazer uma correcta leitura dos contextos que envolvem os casamentos forçados. Na realidade, no longo e complexo *iter criminis* do casamento forçado, os actos preparatórios não podem ser vistos como pouco relevantes. Aliás, até dão lugar a uma mais profunda discussão acerca dos que podem ou devem ser materialmente considerados “actos tipicamente preparatórios” e acerca dos que efectivamente caem fora desse conceito. Estas questões merecerão a nossa atenção no final da presente secção.

Por agora, importa salientar que o processo de constrangimento não conhece limitações e os que agentes encarregues da sua concretização recorrem a todos os meios capazes de assegurar os seus intentos. Está quase sempre envolto em grande secretismo, a menina só toma conhecimento do seu destino quando todo o processo de preparação já está em andamento ou, até, concluído. E, de entre as condutas necessárias à efectivação do casamento forçado, sobressaem as que são de “logística”; ou seja, as de criar condições; preparar a viagem; comprar bilhete de passagem; urdir um plano prévio com

¹³² Cf. FARIA, Maria Paula Ribeiro de – “A Convenção de Istambul e a Mutilação Genital Feminina”. In: *Combate à violência de género. Da Convenção de Istambul à nova legislação penal*. Coord: Maria da Conceição Ferreira Cunha. Universidade Católica Editora, p. 125.

vista a enganar a vítima, oferecendo-lhes férias junto dos restantes membros da família no seu país natal ou dos seus ascendentes, para aí ser coagida a casar.⁽¹³³⁾ Em alguns casos, a vítima é levada para um país diverso do da sua residência a pretexto de, nesse outro país, se celebrarem importantes “cerimónias” da sua etnia, que a vítima até conhece porque lhe foram incutidas como sendo benéficas e observadas desde sempre por toda a sua comunidade de pertença. Uma vez lá chegada, a vítima é forçada a casar.

O uso desses meios insidiosos, como os acima descritos, não passaram despercebidos às partes signatárias da Convenção de Istambul, que expressaram no n.º 2 do artigo 37.º a intenção de pôr cobro às situações em que intencionalmente se desloca a vítima do seu lugar de residência – ou até possivelmente do da sua naturalidade – com o intuito de, nesse outro país, a constranger a casar ou contrair união equiparável ao casamento.

Todavia, consideramos que a intenção do legislador não se esgota na punição destas últimas condutas, pois, do ponto de vista teleológico, ele quis alargar o âmbito de aplicação da norma, ao usar o vocábulo “incluindo”, do qual claramente devemos retirar que quis abarcar todas e quaisquer acções de preparação tendentes a constranger, mais a de “atrair a vítima para um território diferente [...]”.

Neste tocante, Paulo Pinto de Albuquerque entende que, “para ser penalmente relevante, o comportamento enganador ou fraudulento deve ser acompanhado de atos preparatórios da viagem, como, por exemplo, a compra de bilhete de avião.” Isto porque, no entendimento deste autor, “só deste modo se previne o risco de uma antecipação excessiva da tutela penal.”⁽¹³⁴⁾

Contudo, se considerarmos que os “actos preparatórios [se] definem em função [do perigo de] violação do bem jurídico, do ataque ao ordenamento social que a ordem jurídica quer prevenir”⁽¹³⁵⁾, resta saber que solução podemos dar às seguintes situações:

- a) A pessoa que realiza todo o trabalho “enganador ou fraudulento” não é a mesma que, de acordo com o plano estabelecido, faz a reserva, compra o bilhete de viagem e realiza o *check-in*?
- b) Pode um sujeito, a rogo dos progenitores ou de outros familiares de uma menina que viva noutro território, enganar essa vítima sob pretexto de que o

¹³³ Importa mencionar que um número significativo de vítimas já nasceu e cresceu no espaço europeu, sendo descendentes de imigrantes de segunda e terceira geração.

¹³⁴ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 611.

¹³⁵ Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal*, Tomo I, cit., p. 683.

faz apenas para participar numa “cerimónia tradicional” ou para passar umas curtas férias junto da restante família?⁽¹³⁶⁾

- c) Veja-se o caso de uma vítima que vive com familiares que, chegada a idade de casar, lhe comunicam que terá de “ir à terra” ou a “outra aldeia” conhecer o “noivo”, um óptimo “rapaz” a quem foi prometida em criança, segundo os usos e costumes da sua religião e etnia. O que fazer quando a menina mostra resistência e é ameaçada com feitiços e outras maldições segundo as crenças étnicas ou com o corte de relações familiares?

Se atendermos ao ensinamento de Figueiredo Dias, segundo o qual a punição de actos preparatórios “só se torna politicamente aceitável sob dois pressupostos: que tais actos apontem já, com *alto grau de probabilidade*, para a realização do tipo de ilícito; e que se verifique a *necessidade* de uma intervenção penal específica num estágio particularmente precoce do *iter criminis*”⁽¹³⁷⁾, salvo a vénia devida, não nos parece correcto deixar a punição de actos preparatórios na dependência da existência de actos como a “compra de bilhete de avião”.

Ainda que seja claro que a mencionada “compra de bilhete” foi usada por Pinto de Albuquerque a título exemplificativo, consideramos que, na densificação de condutas susceptíveis de ser consideradas “actos preparatórios”, deve atender-se a critérios de estrita objectividade, tendo em conta cada caso concreto. Assim, não devemos considerar como “actos preparatórios” todas as condutas que compreendam ameaças (sejam elas físicas ou morais), uso de meios astuciosos ou o engano da vítima, i.e., por exemplo, todas as acções que propositadamente visem ao seu deslocamento do território onde reside para outro onde será sujeita a casamento forçado ou a união equiparável, independentemente da coexistência destes actos com os de preparação da viagem em sentido estrito.

Dito de outro modo, consideramos que deve haver lugar a punição, tanto daquele que convence e tranquiliza a vítima de que irá apenas passar umas curtas férias junto dos seus familiares, ou que vai tão-somente participar em “cerimónias ou rituais” da sua etnia, como daquele que compra o bilhete de passagem e faz o *check-in* consciente da sua colaboração para a realização do tipo (quando estas duas actuações não sejam da mesma pessoa).

¹³⁶ Estas duas questões foram discutidas, tendo por base casos concretos, durante a nossa entrevista ao Imane de uma Mesquita em Lisboa e ao Presidente da CNAPN em Bissau.

¹³⁷ Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal*, Tomo I, cit., p. 683.

Ainda no que concerne à punição dos actos preparatórios e da sua admissibilidade, importa referir que, em alguns fóruns de discussão, se tem levantado a questão de saber se não se está a antecipar excessivamente a punição neste caso.

A verdade é que, de entre os vários ilícitos-tipos legalmente consagrados, a punição de actos preparatórios do casamento forçado é, sem dúvida, aquela que menos discussão deveria suscitar por tudo quanto lhe está associado. A liberdade pessoal e a autodeterminação sexual são dos bens jurídicos que mais justificam a intervenção penal, na medida em que se prendem com o núcleo essencial da dignidade humana e com o que as pessoas têm de mais íntimo. Ora, se a punição de actos preparatórios de crimes como, v.g., a contrafacção de moeda (artigo 262.º do CP), não suscita discussão, por maioria de razão não deveria suscitá-la no caso de crimes que atentam contra o núcleo essencial da dignidade humana e o que de mais íntimo as pessoas têm.

Ademais, em alguns casos concretos podemos discutir a possibilidade de não estarmos perante actos preparatórios, mas sim perante actos de início de execução, nos termos do artigo 22.º/2, als *a)* e *c)* do CP. Isso conduziria à responsabilização dos agentes a título de co-autoria, por conhecerem e comungarem do plano delituoso e por participarem na sua execução.

Analisemos esta questão tendo em conta a verificação das duas hipóteses que se seguem:

- (1) Se considerarmos a contribuição de um agente que ameaça ou intimida a vítima, deslocando-a do lugar onde reside para outro território (seja o dos pais ou do noivo), dizendo-lhe que há um pretendente que devia conhecer sob pena de ver o nome da família arruinado ou de recair uma maldição sobre a sua própria vida, estes são, na nossa opinião, actos susceptíveis de caber na alínea *a)* do n.º 2 do artigo 22.º do CP. Note-se que, em última análise, essas condutas “preencheram um elemento constitutivo do tipo” – o constrangimento.
- (2) Se considerarmos um agente que arma insídias para atrair a vítima para um país diferente ao da sua residência, sabendo, “segundo experiência comum e salvo circunstâncias imprevisíveis”, que a isso se seguirão actos destinados a constranger a vítima a casar, então temos de nos questionar se não estaremos perante um “início de execução”.

Assim se mostra como também incluímos o de uso meios enganosos na categoria de actos de constrangimento. Estes são actos que objectivamente impelem a vítima a tomar uma decisão (a de viajar) quando, se estivesse ciente da verdade, nunca a teria tomado.

Portanto, o cerne da questão é a delimitação do que deva ser objectivamente entendido por “actos e fases preparatórios”. Nesse sentido, nós apoiamos, efectivamente, o entendimento de Conceição Valdágua segundo o qual “não pode ser punido como co-autor aquele participante cuja actuação, seja qual for a sua importância para a realização do plano criminoso comum, se processa, toda ela, na fase de actos preparatórios.”⁽¹³⁸⁾ Isto porque há casos em que os actos susceptíveis de serem considerados “preparatórios” se encontram numa fronteira muito ténue com os que, na nossa opinião, podem constituir “actos de execução”.

Assim sendo, e ainda com base na primeira hipótese colocada, somos obrigados a considerar que a conduta de um agente que obriga uma vítima a viajar, sob engano, intimidação ou ameaça, cai fora do que consideramos serem os “actos preparatórios”. Cabe-nos, pois, perguntar: não será este já um acto de execução, ao qual deve ser destinada uma punição mais robusta?

Atente-se na seguinte interpretação de Conceição Valdágua, que vem ao encontro da nossa posição: “sejam quais forem as regras de imputação desse facto a cada um dos co-autores, que vierem a revelar-se acolhidas no ordenamento jurídico-penal português, elas pressupõem, como objecto ou ponto de referência da imputação, um *núcleo factual mínimo que possa qualificar-se como ‘execução’* (na qual o co-autor ‘toma parte’). **Esse núcleo factual mínimo não pode deixar de ser o ‘acto de execução’ a que se refere o artigo 22.º do CP**.”⁽¹³⁹⁾ (Negrito nosso)

Repare-se que a mesma autora defende, a nosso ver bem, que ninguém “é punível como co-autor de delito tentado se não houver, *pelo menos, um co-autor* que pratique algum acto de execução nos termos do artigo 22.º do CP.”⁽¹⁴⁰⁾

De qualquer modo, consideramos que esta é uma ponderação a ter em conta apenas em determinados casos (aqueles em que há efectivamente ameaça, intimidação ou engano, e não apenas a compra do bilhete ou a realização do check-in), sendo também necessária a existência de “uma relação de estreita proximidade temporal entre

¹³⁸ Cf. VALDÁGUA, Maria da Conceição – Início da tentativa do co-autor, cit., p. 121.

¹³⁹ *Idem*, p. 108

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 108

a conduta do agente e o almejado resultado típico”⁽¹⁴¹⁾ para que não se verifique uma inadmissível antecipação da tutela penal.

Em face de tudo o que acima se disse, entendemos que não merece acolhimento a ideia de uma pretensa inconstitucionalidade da punição de actos preparatórios face ao artigo 18.º, n.º 2 da CRP, segundo o qual a lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantia dos cidadãos nos casos expressamente previstos da CRP, devendo essas mesmas restrições cingir-se ao estritamente necessário “para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”.

Ora, o crime de casamento forçado é dos que mais pode dar origem a situações de impunidade. Basta notar que se trata de um crime “*culturalmente motivado*”, nas palavras de Silva Dias, referindo-se a “factos praticados por um membro de uma minoria cultural, que é considerado punível pelo sistema jurídico da cultura dominante. Este mesmo facto é, no entanto, dentro do grupo cultural do infractor, tolerado ou aceite como comportamento normal, aprovado ou mesmo promovido e incentivado na situação concreta.” ⁽¹⁴²⁾

Tal como já se concluiu, esta prática é igualmente susceptível de se verificar fora da comunidade originária, onde é também instigada ou preparada por cidadãos que, em geral e, não obstante residirem num país estrangeiro, mantêm uma forte ligação com os valores culturais da sua comunidade de pertença. Logo, cabe acautelar que não fiquem impunes os sujeitos que, na fase preparatória, prestam um contributo relevante para a concretização de um crime punível em Portugal, ainda que tenha ocorrido fora do país.

Assim, a punição dos actos preparatórios corresponde a uma tutela preventiva da efectiva lesão de um bem jurídico tão importante que, em termos de ponderação de valores, não nos parece que possa haver desrespeito do artigo 18.º/2 da CRP.

¹⁴¹ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código Penal*, cit., p. 187ss.

¹⁴² Definição que Silva Dias atribui a Van Broeck. Cf. DIAS, Augusto Silva – *Crimes Culturalmente Motivados*, cit., p. 16-17.

CAPÍTULO III

O crime de casamento forçado em outros ordenamentos jurídicos: análise comparativa

1. No Direito Penal guineense

Sendo a Guiné-Bissau, por um lado, um país em que se verifica uma grande incidência de casamentos forçados e, por outro lado, o local que elegemos para realizar o trabalho de investigação, mostra-se imperioso saber qual é o tratamento destinado a este fenómeno no Direito Penal guineense. É importante realizar esta análise, pois seria expectável que a sua consagração pelo CP guineense pudesse servir de arquétipo a outros ordenamentos por duas razões: primeira, porque foi tipificado antes da entrada em vigor da Convenção de Istambul; segunda, porque o permanente contacto com esta realidade faria prever uma tutela mais completa e robusta.

Contudo, se examinarmos com minúcia o tipo consagrado na ordem jus-penal guineense, é notório que o legislador perdeu uma oportunidade para conferir uma maior tutela ao bem jurídico em causa e, por essa via, tentar pôr cobro a esta cultura *contra legem*. Vejamos:

Salvo o enorme e devido respeito que nos merece o legislador penal guineense, basta uma leitura atenta ao diploma que consagrou a punição do crime de casamento forçado para logo saltarem à vista as suas fragilidades; a começar pela sua incorrecta inserção sistemática!

Com efeito, o crime de casamento forçado foi enxertado na Lei n.º 6/2014, de 4 de Fevereiro, cujo âmbito de aplicação se dirige à prevenção e combate à violência doméstica. Sucede, porém, que a violência doméstica se insere no contexto de crimes contra a integridade física, porquanto pretende punir quem “*infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privação de liberdade e ofensa sexuais.*” Inadequação que nos convida a visitar o artigo 27.º da mencionada Lei n.º 6/2014, que nos oferece o seguinte texto:

“ARTIGO 27.º - Restrição da liberdade

1. *É punido com pena de prisão até quatro anos ou com pena de multa aquele que impedir ou privar a vítima, com quem tem relações amorosas ou íntimas, da liberdade de movimento, ou de contactar outras pessoas, retendo-a no espaço doméstico.*
2. *Na mesma pena incorre quem impedir, de forma ilícita, a pessoa com quem tem relações familiares, amorosas ou íntimas, de beneficiar de acesso ao ensino ou instrução primária, por meio de coacção e ameaça de prática de um crime contra a sua pessoa ou de um familiar.*
3. ***Quem, sendo progenitor ou detentor de poder de tutela sobre menor, obrigar este, por meio de coacção ou ameaça, a contrair casamento contra a sua vontade incorre na mesma pena prevista no número um deste artigo.”***

(Negritos nossos)

O legislador não foi feliz na redacção do preceito, porquanto, ao restringir o conceito de autor e vincular o modo de comissão, deixa em aberto vários problemas:

- (1) O ilícito típico só pode ser realizado por agentes que possuem aquelas qualidades: a de progenitor ou tutor – portanto só eles podem ser “autor(es)”.

Não nos parece compreensível a opção do legislador, tendo em conta as particularidades sociais e o contexto em que estes crimes são praticados. Desde logo, porque, nas comunidades tradicionais ou religiosas onde ocorre esta prática, o constrangimento não é exercido apenas pelos progenitores ou tutores, também o é por um conjunto de familiares que compreende tios, avós e irmãos e até o pretendente a cônjuge, como este trabalho propõe demonstrar. Aliás, em muitas situações, não há sequer envolvimento dos progenitores no constrangimento, ou este é feito ao arrepio deles.

Esta estatuição tem de ser alvo da nossa enérgica crítica, na medida em que, de facto, existe a ideia socialmente sedimentada de que são “sempre os pais” os únicos a compelir as vítimas ao casamento. Tal ideia encerra um equívoco que tentámos desmistificar ao longo do presente trabalho. Se, na maioria das situações essa percepção é merecedora da nossa concordância, existem situações em que os constrangedores são outros que não os progenitores nem tutores ou, pelo menos, em muitas situações, estes não são os únicos.

- (2) O legislador agiu mal ao desenhar a norma nos termos acima, porquanto deixa completamente desprotegidas as vítimas maiores de dezoito anos forçadas a casar.

Embora na esmagadora maioria de situações as vítimas sejam de facto menores, com convicção rejeitamos que a tutela se deva restringir às vítimas menores, deixando de fora todas as outras. E fazemo-lo por várias razões que listamos em seguida:

Primeira: tal asserção normativa colide frontalmente com o princípio constitucional da igualdade contido no artigo 24.º da CRGB. Se a lei se pretende geral e abstracta, não vemos a que título se pode entender que, conhecendo uma realidade em que se coisifica a mulher só por ser mulher, o legislador deva oferecer um tratamento diferenciado ao que não é diferente.

Podemos concordar que se destine uma maior protecção às vítimas menores, desde que seja na própria tipificação ou por via do agravamento. Não podemos é aplaudir uma incriminação que deixa as vítimas maiores de dezoito anos à sua sorte, sendo elas também vítimas de uma prática que viola os Direitos Humanos, e através da qual se pretende perpetuar a violência contra as mulheres e eternizar a cultura de dominação.

Segunda: no que tange ao casamento forçado, o legislador tem conhecimento, porquanto isso é exaustivamente sinalizado e difundido, de situações em que as esposas recém-enviuçadas são obrigadas a contrair casamento com o irmão ou outro familiar do *de cujus* – portanto, como se fosse parte da “herança” deixada pelo marido falecido.

“Se a mulher não tiver tido filhos, verifica-se uma *grande pressão* para que case, normalmente com o enteado ou outros familiares do falecido marido. Muitas vezes existem disputas entre estes familiares para saber “quem herda” a mulher. Se ela não aceitar a decisão familiar ou se existirem grandes disputas sobre a sua herança, *a mulher corre até o risco de ser morta* através de feitiçaria.”⁽¹⁴³⁾ (Itálicos nossos)

“A mulher pode decidir casar com alguém da família do falecido marido (irmão do falecido marido ou seu primo) (...). Em regra, quando a mulher decidir não casar com um familiar do marido deve abandonar a casa de morada de família.”⁽¹⁴⁴⁾

¹⁴³ Cf. Direito costumeiro na República na Guiné-Bissau, cit., p. 215.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 228.

As duas situações acima descritas referem-se a práticas observadas nas etnias Balanta e Fula, respectivamente. O problema que se coloca é o de que, na realidade, onde lemos “grande pressão familiar” ou quando se refere que “a mulher *deve* abandonar a casa de morada de família”, não estamos a falar de simples pressões no sentido de convencer a mulher a aceitar ou de influenciar a sua decisão. Estamos a falar objectivamente de **constrangimento**.

Esta prática, escudada em tradição secular, é seguida e promovida por diversas etnias que compõem o mosaico etnográfico do país. Nessas situações, os agentes que forçam as viúvas a contrair um novo casamento ou união equiparável não são, ou pelo menos não é expectável que sejam, seus progenitores nem tutores. São geralmente outros membros da família ou da comunidade.

- (3) O terceiro problema suscitado pela incriminação do casamento forçado no ordenamento jurídico-penal guineense prende-se com a fixação taxativa dos meios da respectiva comissão. Não foi oferecida nenhuma explicação, nem isso resulta das actas de discussão na Assembleia Nacional Popular.⁽¹⁴⁵⁾

Não conseguimos descortinar a necessidade nem a motivação do legislador guineense ao consagrar como únicos meios possíveis de comissão a ameaça e a coacção. Sem desprimor face à opinião contrária, acreditamos que podem existir outros meios aptos a constranger, diferentes da ameaça e da coacção, como a ostracização da vítima ou o aproveitamento de temor causado pelo(s) agente(s).

Estamos convictos de que o corte do diálogo e o desprezo por parte da família e da comunidade, colocando a vítima numa situação de isolamento, são condutas idóneas ao seu constrangimento, não obstante a inexistência de uma “acção” concreta (entendida no sentido estrito de “acção”). Outro meio distinto que importa assinalar é o do temor causado na vítima em virtude do envolvimento de quase toda a família, ou da imponentia física de algum(s) dos seus membros, podendo todos eles, na nossa opinião, ser aptos a quebrar a resistência dessa vítima.

Para Mouraz Lopes, a “(...) situação de temor pode resultar (...) de uma manifestação de vontade do agente suficientemente explícita que cause alguma intimidação ou constrangimento, ou de circunstâncias objectivas que suscitem esse

¹⁴⁵ De referir que o Parlamento da Guiné-Bissau se encontra em processo de digitalização e publicação dos seus documentos.

constrangimento, como por exemplo a superioridade física ou numérica (...).”⁽¹⁴⁶⁾ Estas condutas, “aparentemente” passivas, são conscientemente adoptadas e orientadas para quebrar a resistência das vítimas, e assim levá-las a casar.

Os comportamentos acima referidos traduzem a realidade que, amiúde, ocorre na vida das vítimas forçadas a casar, e compõem o variadíssimo acervo de actos e condutas, aparentemente omissivas ou inócuas, mas conducentes a constranger. Condutas que são diversas das ameaças (que importam a cominação de um mal futuro e grave, à vítima ou a terceiro) e da coacção, que compreende tanto a violência física como a psíquica – “‘*vis phisica*’ absoluta, ‘*vis phisica*’ relativa ou *vis compulsiva*”.⁽¹⁴⁷⁾

Face aos argumentos expostos, entendemos que uso do termo “constrangimento” serviria melhor os fins pretendidos pela tutela na medida em que iria alargar o âmbito de aplicação da norma, abarcando todos e quaisquer meios usados para forçar a vítima a casar.

(4) O quarto problema decorrente da tipificação do crime de casamento forçado no ordenamento guineense refere-se ao uso da expressão “casamento”.

Nas comunidades com maior incidência desta prática, o casamento forçado é tido como um “casamento tradicional”. De facto, contanto que não sejam usos e costumes *contra legem*, estes casamentos gozam de reconhecimento na ordem jurídica, apesar da frequente preterição de algumas formalidades legais quando são celebrados (v.g., a capacidade civil⁽¹⁴⁸⁾ e a documentação exigida para o efeito de um casamento civil). Todavia, estes casamentos são do conhecimento público e não se circunscrevem apenas a um grupo restrito de pessoas, como no caso dos casamentos forçados.

Já os casamentos tradicionais realizam-se em clima de grande festa, conforme os usos e costumes de cada grupo étnico, e são celebrados com observância dos respectivos rituais. Assim, gozam de reconhecimento e eficácia jurídica nos mesmos termos que os casamentos civis, na medida em que cumprem os “requisitos mínimos” de uma união

¹⁴⁶ Cf. LOPES, José Mouraz – “Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual na Reforma do Código Penal de 2007”, *Galileu – Revista de Economia e Direito*. Vol. XII, n.º 2, 2007/XIII, n.º1, 2008. Universidade Autónoma Editora, 2008, p. 164.

¹⁴⁷ Cf. CARVALHO, Américo Taipa de – *Comentário conimbricense do Código Penal. Parte Especial*, Tomo I. Dirigido por: Jorge de Figueiredo Dias. 2ª Edição. Coimbra Editora, 2012, p. 570.

¹⁴⁸ Veja -se os casos em que os casais têm uma diferença de idades significativa (noivos muito mais velhos), e o consentimento da rapariga é prestado de forma “voluntária e reflete usos e tradições culturais que são partilhados por ela e pelo parceiro íntimo”, por oposição aos casos de casamento forçado “em que a noiva aceita celebrar sob efeito de ameaça ou coacção.” Cf. DIAS, Augusto Silva – *Crimes Culturalmente Motivados*, cit., pp. 338-339.

civil em sentido estrito, nomeadamente, a vontade, o consentimento e a solenidade (as músicas, as vestes, o cortejo) – pese embora a desmaterialização que lhe é característica.

A estes argumentos importa acrescentar um outro de ainda maior peso: o facto de no casamento forçado se pretender, essencialmente, uma vida em concubinato. A representação, que está na base de um casamento forçado, não é a de que este venha a gerar os efeitos que se espera de um casamento civil. Essa união visa unicamente a satisfação sexual do marido, a reprodução e o controlo sobre a vida da vítima.⁽¹⁴⁹⁾

Deste modo, ao usar o termo “casamento”, o legislador optou por excluir os casos que, não se inserindo no conceito de relações civis ou tradicionalmente celebradas, não deixam de lhes ser análogas.

Esta lacuna é de grande relevância, na medida em que abre a possibilidade de verificação de impunidade em todos os casos em que se força uma menina a viver uma relação equiparável à do casamento, sem que esta possa ser juridicamente reconhecida como tal. Pelo que cabe colocar a seguinte questão: não teria a norma uma tutela mais efectiva, se incluísse na redacção “casamento ou união análoga à dos cônjuges”, reduzindo assim significativamente as situações de impunidade ou de fraude à lei?

Acrescem a todos estes problemas dois outros, de particular relevância, que foram igualmente descurados e que é imperioso sinalizar: a não previsão de *agravantes*, incluindo por via da verificação de certos eventos, e a não punição de *actos preparatórios*.

No que toca ao primeiro aspecto, cremos que o legislador andou mal ao definir uma moldura penal única que oferece o mesmo tratamento a todo e qualquer tipo de situação, com indiferença perante casos de mais grave desvalor da conduta ou de verificação de certos eventos agravantes. Cremos que, em crimes desta natureza, o legislador devia consagrar um âmbito de punição ampliado, de forma a dar resposta a diferentes situações, conforme tenham maior ou menor grau de ilicitude ou de culpa.

¹⁴⁹ No mesmo sentido, cf.: DELGADO, Lirola Isabel – “El debate em torno a la creación de un nuevo crimen internacional de ‘Matrimonio Forzados’: la contribución del Tribunal Especial para Sierra Leona.” In: *Jurisdições internacionais e evolução da ordem internacional. III Encontro Luso-Espanhol de Professores de Direito Internacional Público e Relações Internacionais*. Coord: Maria Isabel Tavares e María de Carmen Márquez Carrasco, Porto: Universidade Católica Editora, 2015, p.157: “(...) el uso del término ‘esposa’ resulta indicativo de la intención de ejercer la propiedad sobre la víctima y no de un intento de asumir un estatus marital o cuasi marital con ésta en el sentido de establecer las obligaciones mutuas inherentes a la condición conyugal.”

Não há uma agravação da punição para quem, por hipótese, tenha constrangido a casar uma criança de doze anos de idade, uma vítima deficiente ou quando, no decurso do constrangimento ou após a consumação do casamento, a vítima se venha a suicidar ou a tentar suicidar-se. Há condutas que demonstram, implícita ou explicitamente, torpeza de carácter ou que, perante o resultado ocorrido, deveriam impor uma punição mais severa.

Do mesmo modo, deve merecer crítica a circunstância de o legislador não ter previsto a punição de actos preparatórios.

Na Guiné-Bissau é prática frequente deslocar as vítimas para países ou regiões vizinhas, sob pretexto de ali irem trabalhar supostamente como “empregadas domésticas” para, ali chegadas, serem forçadas a assumir um casamento ou relação análoga à do casamento. Há também práticas que consistem em entregar meninas para casamento forçado a comerciantes ou empresários, com quem se tenha estabelecido parceria ou como forma de pagamento de favores prestados ou para liquidação de dívidas.

É igualmente frequente deslocarem meninas, com o argumento de que vão para a Guiné-Conacri ou para o Senegal estudar o Corão, onde depois são forçadas a casar ou a viver em relação análoga à dos cônjuges com homens muito mais velhos, que tenham celebrado acordos com os respectivos familiares. Chegada a fase da puberdade, as vítimas são enviadas para esse lugar, cortando ligação com todos os vínculos que sempre tiveram.

Verificam-se, no próprio país, situações como as acima descritas, e outras similares. Faz parte do *modus operandi* enraizado e observado por todas as etnias que praticam o casamento forçado, o acto de deslocar as vítimas de uma tabanca para outra (normalmente muito distante e de onde há grande dificuldade em fugir sem recaptura), para lá serem forçadas a casar ou a viver uma união análoga à do casamento. Nestas circunstâncias, lança-se mão de meios enganosos ou fraudulentos para atrair as vítimas com o objectivo de forçá-las a casar logo que chegadas à tabanca do pretenso marido.

Se o conhecimento de tais condutas não passou despercebido ao legislador da Convenção de Istambul, por maioria de razão devia merecer tratamento expresso por parte do legislador guineense, uma vez que a prática de casamentos forçados é uma realidade que sempre esteve presente na sociedade, cultura ou religião de vários grupos étnicos – senão de todos.

Todavia, na nossa opinião, a ordem penal guineense não é a única a patentear uma deficiente incriminação do crime de casamento forçado. Se olharmos para a redacção deixada pelo legislador espanhol, descortinamos fragilidades que denunciam pouca ponderação no momento de implementação das medidas legislativas que visavam a sua autonomização.

2. No Código Penal Espanhol

Na senda do que aconteceu um pouco por toda a Europa, também a Espanha conheceu um significativo incremento do fluxo migratório, o que levou a ordem jurídica a confrontar-se com novas espécies de delitos, mormente aqueles que são culturalmente motivados.

Contudo, tudo o que é novo pode suscitar incompreensão.

A incriminação do casamento forçado resultou da necessidade de implementar os acordos internacionais de que Espanha faz parte, designadamente a “*Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres*” (CEDAW) e, posteriormente, a Convenção de Istambul, mas não sem antes ter levantado uma acesa discussão na doutrina.

Na comunidade jurídica deste país houve uma acesa discussão sobre a necessidade de se criminalizar autonomamente, no Código Penal Espanhol (de ora em diante CPE), este crime de natureza fundamentalmente cultural. Os argumentos aduzidos prenderam-se com a necessidade de uma tipificação específica de casamento forçado, existindo vozes críticas que entendem que não. Neste sentido, convocamos as palavras de Trapero Barreales: “posiblemente la tipificación expresa de matrimonio forzado no sea necesaria, por lo que la opción legislativa en otro sentido se pondría catalogar como mera utilización simbólica del DP”.⁽¹⁵⁰⁾

De todo o modo, o crime de casamento forçado veio a ganhar consagração e autonomia pela Lei Orgânica 1/2015, sendo previsto e punido pelo artigo 172 bis do CPE.

¹⁵⁰ Cf. BARREALES, María A. Trapero – *Matrimonios ilegales y Derecho Penal. Bigamia, matrimonio inválido, matrimonio de conveniencia, matrimonio forzado y matrimonio precoz*. Valencia. Tirant lo Blanch Editora, 2016, p. 195.

No que diz respeito ao âmbito de tutela do bem jurídico e à estrutura da incriminação do casamento forçado pelo artigo 172 bis CPE, este apresenta um texto pouco coerente tendo em conta os interesses em presença.

Ora vejamos a redacção vazada no CPE:

“*Artículo 172 bis.*

1. *El que con intimidación grave o violencia compeliere a otra persona a contraer matrimonio será castigado con una pena de prisión de seis meses a tres años y seis meses o con multa de doce a veinticuatro meses, según la gravedad de la coacción o de los medios empleados.*
2. *La misma pena se impondrá a quien, con la finalidad de cometer los hechos a que se refiere el apartado anterior, utilice violencia, intimidación grave o engaño para forzar a otro a abandonar el territorio español o a no regresar al mismo.*
3. *Las penas se impondrán en su mitad superior cuando la víctima fuera menor de edad.”*

Na ordem jurídica espanhola, tal como sucede na portuguesa, o casamento forçado é entendido como crime contra a “liberdade pessoal de livre tomada de decisões”⁽¹⁵¹⁾, e não como uma espécie de “violência doméstica”, como se passa no ordenamento guineense.

Assim, o CPE acomoda este ilícito no artigo 172 bis, e tem inserção sistemática no capítulo III, cuja epígrafe é “De las coacciones”. Esta inserção não está dissociada das deficiências que esta norma apresenta, tendo em linha de conta que o âmbito da tutela e o quadro punitivo tiveram a mesma base de raciocínio e de valoração.

Contudo, com a devida vénia, somos levados a discordar abertamente da orientação seguida pelo legislador espanhol quanto a vários aspectos da norma:

- (1) Desde logo, atente-se ao facto de a norma consagrada visar punir quem “compeliere a otra persona a contraer **matrimonio** (...)”. Esta redacção do legislador espanhol merece a nossa crítica nos exactos termos e com o mesmo sentido com que a dirigimos ao texto do Código Penal guineense.

¹⁵¹ No mesmo sentido, veja-se: VALVERDE, Patricia Esquinas – El delito de *matrimonio forzado* (art. 172 bis CP) y sus relaciones concursales con otros tipos delictivos. In: *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, n.º 20-32, 2018, p.12. Disponível em: <http://criminnet.ugr.es/recpc/20/recpc20-32.pdf>. Consultado 7.II.2019.

Isto é, tendo em conta a redacção do artigo 172 bis, e certamente não pretendendo promover impunidade, temos de nos questionar com que base é que o julgador irá punir alguém que força uma vítima a viver em mancebia. Esta questão tem de suscitar discussão na medida em que, ao fazer constar, expressamente, a formulação “matrimónio”, o legislador coloca num estado de atipicidade todas as situações em que se constrange outrem a viver numa união conjugal, mas sem a “celebração do casamento”.⁽¹⁵²⁾ Na nossa opinião, esta questão carece de uma revisão urgente pelo motivo que invocámos na crítica dirigida ao legislador bissau-guineense, e que aqui replicamos: a desprotecção de algumas vítimas.

- (2) A nossa segunda crítica prende-se com a tipificação taxativa quanto ao modo de comissão, de novo pelos mesmos motivos a que atrás recorremos para criticar o texto da incriminação bissau-guineense. Não podemos caucionar a ideia de que só se pode preencher o tipo por meio daquelas duas formas de acção. Os crimes de casamento forçado e coacção compreendem ou exigem condutas diferentes, até pela própria natureza dos crimes em questão. Também deixámos dito que, por hipótese, uma conduta que implica que todos os familiares deixem de falar a uma menina menor durante semanas representa uma conduta omissiva apta a quebrar a resistência da vítima, mas afasta-se da coacção grave – entendida como acção concreta⁽¹⁵³⁾ ou, no caso da redacção do CPE, de “intimidação grave” – e de ameaça.

É de notar que há uma diferença muito importante entre o crime de coacção e o de casamento forçado, a despeito de ambos serem ilícitos contra a liberdade de acção. O primeiro é um “crime de execução vinculada”⁽¹⁵⁴⁾ enquanto o segundo é de “execução livre”⁽¹⁵⁵⁾, pelo que, salvo interpretação diversa, julgamos que a terminologia adequada teria de ser similar à que vertida no Código Penal português: “*constranger*”.

- (3) Ademais, importa saber quais os critérios que o aplicador de direito, ou mesmo o intérprete, têm à sua disposição para densificar o conceito de “*intimidación grave*”, porquanto a susceptibilidade de uma intimidação

¹⁵² No mesmo sentido, veja-se ÁVILA, Fátima Sisneros – Violencia de género y diversidad cultural: el ejemplo de los matrimonios forzados. In: *Revista Penal: justicia penal restaurativa: el redescubrimiento de la víctima ante el conflicto penal*, n.º 42, Julho 2018, p. 51.

¹⁵³ Consideramos que tanto o conceito de “coacção grave” como o de “intimidação grave” pressupõem acções concretas e não omissões: pressões através de constantes e incómodas insistências; chantagens; impedir o acesso a alimentos; ameaças com bruxarias e feitiçarias ou com espancamento, etc...

¹⁵⁴ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário ao Código Penal*, cit., p. 604.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 610.

produzir efeitos varia de pessoa para pessoa, tendo em conta também a idade. Uma menina de treze/ catorze anos é mais vulnerável do que, v.g., uma jovem de vinte anos ou mais. Contudo, as fragilidades da redacção aqui comentada não se ficam por aqui.

- (4) Se olharmos para a punibilidade prevista para o crime de casamento forçado no CPE, temos de dirigir vigorosas críticas ao legislador espanhol. Comina-se uma **pena de seis meses a três anos e seis meses de prisão ou pena de multa de doze a vinte quatro meses**; julgamos que tal quadro punitivo representa um tributo às condutas violadoras dos direitos da mulher.

A moldura penal prevista para o crime de “coacção” foi a que serviu de base para a fixação da pena do casamento forçado⁽¹⁵⁶⁾, tendo esta sido elevada em apenas 6 meses. O crime básico de coacção prevê uma pena de três anos e a de casamento forçado foi fixada em três anos e seis meses, o que inculca a ideia de o casamento forçado constituir uma espécie de “coacção agravada”.

Já menos compreensível é a manutenção de uma pena alternativa de multa e, menos ainda, a sua equivalência à do crime-base. Aliás, parte da doutrina espanhola qualifica esta previsão como pouco feliz, tendo por base o que foi dito, ou seja, que se o casamento forçado foi categorizado como sendo uma espécie de “coacção agravada” (e, por essa via, merecedor de um incremento punitivo em mais seis meses de prisão em relação àquele ilícito), não se pode entender a utilização da mesma moldura para a pena alternativa – multa de 12 a 24 meses.⁽¹⁵⁷⁾

De uma perspectiva de prevenção geral e de combate à violência de género, classificamos esta incriminação como muito tolerante, na medida em que reflete uma incompreensível desconsideração por todas especificidades inerentes àquela prática, propiciando deste modo a assunção de riscos por parte de agentes que já de si estão predispostos a acções atentatórias da dignidade da mulher.

Não é fácil entender que, perante um crime que assenta na violação de direitos humanos, que coisifica a mulher pela simples condição de ser mulher, que uma vez consumado dá azo a um variado manancial de outros crimes sobre uma vítima que já

¹⁵⁶ Esta interpretação é acompanhada por parte da doutrina espanhola. Cf.: SAMANIEGO, José Luis Manzanares – *Comentario al Código Penal (Tras las Leyes Orgánicas 1/2015, de 30 de marzo, y 2/2015 de 30 de marzo)*, Wolters Kluwer, 2016, p. 672.

¹⁵⁷ “Porque se ha previsto, de modo alternativo, una pena de multa de 12 a 24 meses que es igual a la del delito de coacciones, por lo que la presunción de que se habría configurado este delito como una modalidad más grave de coacciones no puede mantenerse.” Cf. ÁVILA, Fátima Sisneros – “Violencia de género y diversidad cultural”, cit., p. 52.

carrega o fardo de ver cerceada a sua liberdade de decisão e de acção, o legislador faça tábua rasa de todas estas particularidades cominando com uma pena que em alguns casos até pode ser quase “simbólica” (tendo em conta a alternativa de multa de doze a vinte quatro meses).

Aliás, Patricia Valverde, que considera positiva a incriminação, aponta críticas à redacção da norma por entender que esta “foi consagrada sob perspectiva ocidental eurocêntrica, e que a inadequada redacção da mesma poderá derivar de certa discriminação e estigmatização de algumas minorias culturais ou religiosas”⁽¹⁵⁸⁾.

Na sequência do que foi dito importa dizer que as penas abstractamente previstas um pouco por toda a Europa situam-se num patamar muito distinto do que resulta do ordenamento jurídico espanhol. A título exemplificativo vejam-se os seguintes exemplos:

A Alemanha consagrou autonomamente o crime de casamento forçado – desde 2005 – no Título XVIII do StGB, §237.º, dedicado aos crimes contra a liberdade pessoal, cominando uma pena de 6 meses a 5 anos de prisão.

A Áustria tipificou o crime de casamento forçado – desde 2006 – no Título III do StGB, §106.º, sancionando-o com a mesma pena – 6 meses a 5 anos.

A Noruega, o primeiro país europeu a criminalizar o casamento forçado – em 2003⁽¹⁵⁹⁾ –, consagrou no seu Código Penal, artigo 222.º, o casamento forçado como sendo um delito contra a liberdade, cominando uma pena de prisão até 6 anos. É ainda de referir que incorrem na mesma pena (6 anos) todos os que no processo cooperarem.

(5) Além de tudo isto, note-se que os aspectos susceptíveis de crítica na tipificação do casamento forçado pelo CPE não se ficam pela “norma base”.

No que concerne à punição de “actos preparatórios” aplaudimos a identidade da pena fixada para o crime consumado, tendo em conta que o CPE prevê o uso de “*violencia, intimidación grave o engaño*”.

Contudo, ao olharmos atentamente para o artigo 172 bis n.º 2, torna-se imperativo levantar a seguinte questão: será que o legislador penal espanhol, ao

¹⁵⁸ Cf. VALVERDE, Patricia Esquinas – El delito de *matrimonio forzado* (art. 172 bis CP) y sus relaciones concursales con otros tipos delictivos, cit., p. 8. Disponível em: <http://criminnet.ugr.es/recpc/20/recpc20-32.pdf>. Consultado 7.II.2019.

¹⁵⁹ Cf. ROSSEL, Nuria Torres – “Matrimonio Forzado: aproximación fenomenológica y análisis de los procesos de incriminación”. In: *Estudios Penales y Criminológicos*. Vol. XXXV, 2015, p. 873.

consagrar aquela previsão nos termos em que o fez, estaria, de facto, a pensar em “actos preparatórios”? Isto é, actos de preparação no sentido de que “antecedem temporalmente e segundo a natureza das coisas a execução?”⁽¹⁶⁰⁾ Ou consagrou uma outra (segunda, ou alternativa) modalidade de comissão?

Olhando para a equivalência de pena prevista naquela norma com a de incriminação-base (de seis meses a três anos ou multa de doze a vinte e quatro meses), somos levados a pensar que legislador jurídico-penal espanhol poderá ter tido uma de duas interpretações:

- (1) Que no crime de casamento forçado, em que a vítima não está à disposição dos constrangedores, a conduta de a atrair de um lugar para outro (seja dentro do mesmo país ou para outro) configura uma *conditio sine qua non* para a concretização do crime e, por isso, é merecedora de uma punição mais severa;
- (2) Que todas as condutas que preenchem aquele modo de comissão (violência, mormente psicológica, intimidação ou engano) não entram no âmbito do que deva ser entendido por “actos preparatórios”, mas sim no domínio dos *actos de execução*. Neste sentido, subscrevemos integralmente as palavras do Figueiredo Dias, segundo as quais só se devem considerar “actos preparatórios” aqueles que não estiverem “descritos ou referidos na generalidade dos tipos legais e não constituam, por isso, pontos de apoio possíveis de uma responsabilização penal.”⁽¹⁶¹⁾

Ora, acontece que, tal como acima defendemos, se uma determinada conduta implica a utilização de ameaças, intimidação ou outros meios insidiosos, então, não deve ser tida como um acto de preparação, mas já como um acto de execução na medida em que preenche os elementos objectivos contidos no tipo.

Em todo o caso, o texto do artigo 172 bis, n.º 2 parece corroborar implicitamente o que defendemos *supra* no que concerne às condutas que devam ser consideradas “actos preparatórios.” Isto é, diz que os actos conducentes à deslocação da vítima com intenção de ali ser forçada a casar (e que encerram o uso dos ditos meios comissivos) são de tal modo graves, atendendo ao desvalor da acção, que também exigiriam uma punição menos indulgente por parte do legislador português.

¹⁶⁰ Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal. Parte Geral*, Tomo I, cit., p. 683.

¹⁶¹ *Idem*, pp. 682-683.

O mesmo podemos dizer quanto ao alcance da agravação. Se se pretende punir as condutas que socialmente se revestem de maior censurabilidade ou perversidade, então, impunha-se um alargamento do âmbito da agravação, em vez de a limitar às vítimas menores, tal como resulta do n.º 3 do artigo 172 bis do CPE.

Nesta perspectiva, importa ainda questionar em que termos se deve punir, abstractamente, quem constranger a casar uma vítima que, ainda que maior de idade, seja deficiente ou esteja grávida. Será indiferente para a comunidade que o autor de “*intimidación grave, violencia o “engaño”*” seja pessoa sobre quem recai um dever de garante da liberdade da vítima ou titular de certas qualidades? Se um pai, que é agente das forças de segurança pública, forçar uma menina a casar deve ser-lhe aplicado a mesma pena fixada para o autor comum?

Do mesmo modo, perguntamos: qual a medida da pena a aplicar a um agente que usa “*engaño*”, “*intimidación grave o violencia*” para constranger ao casamento a sua filha maior, a qual, em desespero, se suicida ou tenta suicidar-se?

Caberá aplicar a todos estes casos a mesma pena, prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 172 bis do CPE, conforme o caso?

3. Conclusões quanto à estrutura da incriminação e quanto ao âmbito de protecção do bem jurídico

Chegados aqui, estamos em posição de concluir que, tanto no ordenamento jurídico-penal guineense como no espanhol, a “norma-base” de incriminação do casamento forçado apresenta deficiências, desde logo devido ao facto de os legisladores terem consagrado um crime de execução vinculada. O CPG exige a “coacção ou ameaça” enquanto que o CPE consagrou a “*intimidación grave o violencia*” no n.º 1.

Podem verificar-se situações de atipicidade em ambos os ordenamentos, nomeadamente nos casos em que as condutas se mostram aptas a forçar a vítima casar, mas são distintas das que resultam da previsão.

O legislador da Guiné-Bissau voltou a andar mal ao consagrar expressamente que a norma incriminadora apenas visa proteger vítimas menores; o que constitui, na nossa opinião, uma flagrante violação das normas constitucionais daquele país.

Quanto ao Código Penal guineense, há ainda lugar para mais uma crítica: a norma incriminadora da Guiné-Bissau revela uma incompreensível lacuna que carece de

ser urgentemente preenchida, sob pena de se ver confrontada com situações de impunidade de todos os que intervêm na fase preparatória do crime. Note-se que não existe nenhuma previsão que puna “actos preparatórios”, entendidos na linha do que temos sustentado (i.e., actos que encerram somente a organização de logísticas tendentes a deslocar a vítima para um lugar diferente do da sua residência habitual).

Mais grave ainda é a total omissão quanto à previsão de actos que, com a mesma intenção (a de atrair a vítima), recorrem à ameaça, intimidação ou meios enganosos. Na nossa opinião, essas condutas são já de constrangimento, porquanto extravasam o conceito de meros “actos preparatórios” e, tal como temos reiterado, isso parece-nos ser o mais próximo do que é defendido pela doutrina.

No referente ao CPE, aplaude-se a identidade da pena prevista para o “crime-base” e para as condutas tendentes a deslocar as vítimas para fora do território de Espanha ou a impedi-las de a este regressar, através de intimidação grave, violência ou engano. Reitera-se que a conduta do agente preparador se reveste de fundamental importância para a concretização do crime, na medida em que, sem esta, muito dificilmente a menina se veria exposta aos constrangimentos. Esta é, de resto, a nossa firme posição.

No que toca à agravação, voltamos a assistir a uma completa omissão na ordem jurídica bissau-guineense, bem como a uma tutela insuficiente por parte do legislador espanhol. O legislador guineense limitou a agravação aos casos em que o crime for perpetrado contra menor, deixando de fora todas as outras vítimas de casamento forçado em situação de especial vulnerabilidade em razão de doença, deficiência ou gravidez.

Tudo visto e ponderado, importa agora dizer que, se cotejarmos o artigo 27.º/3 da lei guineense n.º 6/2014 e o artigo 172 bis do CPE com as normas correspondentes do CP português, verifica-se que este último conseguiu cobrir todos parâmetros exigidos pela Convenção de Istambul. Assegurou uma tutela mais efectiva ao consagrar uma moldura penal mais robusta, em comparação com o CPE, e ao oferecer um maior elenco das circunstâncias agravantes, ex vi artigo 155.º do CP.

Assim, e em face do que temos sustentado, volta a questionar-se se a pena cominada no artigo 154.º - C do CP não será demasiado branda (recorde-se, 1 ano de prisão ou multa até 120 dias). Se atendermos aos motivos expostos acima, sobretudo à contribuição do agente que propositadamente ameaça ou engana vítima para a deslocar, somos levados a concluir que sim. E se ponderarmos a equivalência da moldura

estabelecida no CPE e a relevância da conduta do agente que prepara o casamento forçado para a efectiva concretização do ilícito somos obrigados a concordar que legislador português devia seguir o mesmo caminho, consagrando uma previsão e pena idêntica para esses casos. Desde que se trate efectivamente de actos de execução do constrangimento.

Não obstante alguns reparos feitos acima, de uma perspectiva holística, o caminho seguido pelo legislador português é merecedor da nossa concordância, sobretudo quanto à definição da conduta através da fórmula “*quem constranger*”, que constitui a pedra de toque para uma adequada protecção do bem jurídico.

Ainda no que diz respeito a formulações, cabe-nos abrir aqui um parêntesis para fazer notar que a nossa investigação vê com especial agrado algumas das particularidades vertidas na redacção dada pelo Código Penal austríaco⁽¹⁶²⁾. É certo que na norma incriminatória da Áustria o legislador não usou o termo “constranger”. Contudo, detalhou de tal forma a norma que acaba por cair no âmbito de punição quem proibir (ou ameaçar proibir) a vítima de estabelecer contactos familiares. Assim, a referida previsão tem uma amplitude tal que abrange não só a consumação (ou a tentativa), mas também os actos de deslocar a vítima para outro território, submetendo a todos a mesma pena para o crime (seis meses a cinco anos de prisão) ou até dez anos de prisão para casos em que o resultado tenha sido o suicídio ou tentativa de suicídio da vítima.

Igualmente aplaudimos a punição de ameaças, desde que a sua intenção seja a de inculcar na vítima a ideia de cortar relações com a sua família para, assim, a deslocar da sua área de residência habitual ou para um país diferente onde será forçada a casar. Como tentámos demonstrar ao longo do presente estudo, chantagens, que envolvam relações familiares ou afectivas, são, efectivamente, dos meios a que mais se recorre para tentar quebrar a resistência da vítima. De criticar, é o facto de que na aludida provisão não se incluir o uso de “meios enganosos”.⁽¹⁶³⁾

Outrossim, este articulado penal comina pena de 10 anos de prisão para todos os casos em que, no decorrer do processo de constrangimento, a vítima se venha a suicidar (ou a tentar fazê-lo). Não podemos discordar da severidade desta punição, tendo em

¹⁶² Cf. ROSSEL, Núria Torres – “Matrimonio Forzado”, cit., p. 877.

¹⁶³ Neste sentido, a não inclusão de “meios enganosos” na forma de comissão configura a grande diferença com o Código Penal Alemão. Cf.: ROSSEL, Núria Torres – “Matrimonio Forzado”, cit., p. 877.

conta a gravidade do resultado contido na previsão da norma, e comparando-o com os relatos carreados a este trabalho.

Assim, caso esta norma merecesse incorporação na ordem jurídico-penal guineense, sugeriríamos que a sua formulação substituísse “suicídio ou tentativa de suicídio” por “resultado morte”, abarcando assim qualquer caso em que do constrangimento resultasse a morte da vítima ou suicídio tentado ou consumado. Tudo isto tendo em conta o significativo número de mortes que se verificam na Guiné-Bissau durante os processos de fuga ou durante os espancamentos.

Em todo o caso, damos como boa a redacção do legislador português na medida em que estas condutas podem ser acomodadas dentro do conceito de “constrangimento”; abrangendo assim todo o arsenal de meios susceptíveis de forçar uma vítima a casar-se. Infelizmente, isso não acontece nos ordenamentos jurídico-penais guineense e espanhol.

4. Jurisprudência e Doutrina

Quando nos lançámos na realização deste estudo, tivemos presente a possibilidade de enfrentarmos dificuldades inerentes a um problema relativamente novo no espaço europeu e muito associado ao fenómeno migratório. Assim, uma das razões, entre outras, que motivou a realização de um trabalho de campo foi o facto de termos consciência da escassez de elementos bibliográficos e de registos de decisões judiciais sobre um tipo de crime que foi aditado ao Código Penal português em Agosto de 2015.

Neste sentido, daremos conta do “estado de arte” nos três ordenamentos sobre os quais o nosso estudo se debruçou, no que à jurisprudência e à doutrina diz respeito.

Começemos por **Portugal**, onde há uma vasta bibliografia acerca do objecto técnico deste trabalho (a autoria), mas existe pouca doutrina a ocupar-se do crime de casamento forçado. No que toca à jurisprudência, até ao ano de 2017, embora tenham corrido termos vários inquéritos cujos indícios apontavam para a prática de casamento forçado, a verdade é que todos tiveram o mesmo desfecho: o arquivamento!⁽¹⁶⁴⁾

¹⁶⁴ Os dados avançados pelo Jornal de Notícias de 5 de novembro de 2017 apontavam para nove casos investigados, e em que nem sequer chegou a ser deduzida acusação. Disponível em: <https://www.jn.pt/justica/interior/nove-casamentos-forcados-investigados-pela-justica-8895080.html>, consultado em 6.II.2019.

Contudo, em bom rigor, isto não é surpreendente tendo em conta o contexto em que ocorre este crime e, nomeadamente, os vínculos que ligam as vítimas aos constrangedores e o estigma que quem se prestar a fazer uma denúncia terá de carregar dentro da comunidade (sejam as próprias vítimas ou testemunhas).

Por exemplo, tivemos conhecimento de uma situação em que, perante a suspeita da prática de casamento forçado e a consequente abertura do inquérito por parte do Ministério Público, a vítima foi imediatamente enviada de regresso ao Senegal.

Não obstante este quadro, surgem sinais positivos em 2018. Com efeito, aguarda-se no Tribunal Judicial de Coimbra o desfecho do primeiro julgamento cujo objecto é um crime de casamento forçado, nos termos de artigo 154.º-B do CP.⁽¹⁶⁵⁾ Contudo, é importante salientar que, embora tenhamos tentado aceder ao conteúdo da acusação assim que tivemos conhecimento da existência do referido processo-crime, tal não foi possível a tempo de esse ser incluído no presente estudo.

A situação que se verifica na comunidade judiciária da **Guiné-Bissau** é muito diferente desta. Aliás, da entrevista que tivemos com o ex-Procurador-Geral da República tomámos conhecimento da seguinte realidade: apesar de ocorrerem dezenas de denúncias, todos os inquéritos abertos foram solucionados com base em *Mediação*. Quer isto dizer que, desde a aprovação da lei 6/2014, de 4 de Fevereiro, nenhum processo chegou à fase de julgamento porque, durante a sua tramitação, se verificou uma transacção entre o titular da acção penal e a comunidade da vítima.

Face a esta solução atípica, impõem-se as seguintes questões: em que consiste objectivamente o aludido processo mediador? Existe algum fundamento legal que sustente esse arranjo?

A resposta à segunda questão é: *Não!* Mas importa esclarecer.

Depois de receber uma denúncia e de ter aberto o respectivo inquérito, o Ministério Público faz saber, por via de abordagem à comunidade ou directamente junto dos suspeitos, de que está em curso um processo crime tendente à descoberta e responsabilização dos seus autores. É no seguimento dessa comunicação que se dá início à dialética entre a autoridade judiciária e os representantes da comunidade ou da

¹⁶⁵ Cf. Notícia publicada pelo Diário de Notícias a 23 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/oito-arguidos-envolvidos-em-alegado-casamento-forcado-sao-julgados-em-coimbra-10073899.html>, consultado em 6.II.2019.

família da vítima, de forma a que se estabeleça o que nós qualificamos como sendo uma espécie de “**suspensão provisória do processo.**”

Os termos e as condições conducentes a um eventual “acordo” desenvolvem-se tendo em conta o seguinte quadro: “Nós, o Ministério Público, respeitamos os valores culturais e a tradição. Contudo, entendam que este ‘tipo de casamentos’ passou a ser considerado crime desde 2014. Assim, para parar com o procedimento, a família terá de dar uma ‘garantia’ de que desiste imediata e definitivamente de forçar a menina a casar. Caso contrário, vamos exercer imediatamente a autoridade de Estado, procedendo às detenções preventivas, em ordem a apurar os responsáveis e pedir condenações a severas penas de prisão para todos os implicados. (...) Face à iminência de uma eventual confrontação com as autoridades, normalmente cedem e cumprem integralmente os termos do acordo”.⁽¹⁶⁶⁾

O que é que se visa obter com este processo mediador?

Antes de mais, é imperativo sublinhar que a ordem jurídica guineense admite soluções de consenso. Com efeito, estabelece o Decreto-Lei n.º 6/93, de 13 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica dos Tribunais de Sector:

“ARTIGO 2.º - Consenso, equipamento e costume

Na administração da Justiça os Tribunais de Sector privilegiarão:

- a) Soluções baseadas no consenso e na equidade;*
- b) Os usos e costumes que não contrariem lei expressa.”*

A doutrina guineense entende que este DL “se apresenta como a concretização da tão almejada justiça de proximidade norteadada por um sistema do tipo consensual que dispensa a conflitualidade (...), optando por manter em *hibernação* a dimensão coerciva do processo penal, apenas e na medida em que busca o consenso para a resolução de conflitos de pequena gravidade.”⁽¹⁶⁷⁾

Pese embora o facto de a ordem jurídica admitir a mediação, nos termos do artigo 2.º da LOTS, no caso de casamento forçado, essa possibilidade supostamente deveria

¹⁶⁶ Declarações recolhidas durante a entrevista ao antigo Procurador-Geral da República, Senhor Doutor António Sedja Man, em 2.V.2018.

¹⁶⁷ Cf. INSUMBO, Julião Vieira – *Do princípio da legalidade ao princípio da oportunidade. O caso Cabo Verdiano: O Ministério Público como sujeito permanente e contínuo da oportunidade (contributo para uma perspectiva crítica e linhas de evolução do processo penal guineense*. Tese de mestrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2008, p. 177. No mesmo sentido, DIAS, Augusto Silva – “Os problemas do Direito Penal numa sociedade multicultural: o chamado infanticídio ritual na Guiné-Bissau”. In: *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Ano 6. Fasc. 2.º, Abril-Junho, 1996, p. 213.

encontrar um entrave no artigo 12.º do Código de Processo Penal guineense, que confere competência aos Tribunais de Sector para julgar apenas crimes com moldura penal de prisão até 3 anos.⁽¹⁶⁸⁾ Ora, tendo o crime de casamento forçado uma moldura até 4 anos de prisão, a possibilidade de mediação teria inevitavelmente de ser excluída.

Deste modo, é possível concluir que o escopo de uma solução de consenso é uma Justiça restaurativa, entendida como um “processo através do qual todas as partes implicadas numa específica infracção se juntam para resolver em conjunto como tratar com as consequências daquela e com as suas implicações no futuro.”⁽¹⁶⁹⁾

Ferreira Monte entende que “uma visão assim permite que os crimes culturais tenham melhor resolução na justiça restaurativa do que na justiça tradicional. Porque é um problema de cidadania, de responsabilidade, antes que de uma convicção no valor de bens jurídicos, que está em causa.”⁽¹⁷⁰⁾

E qual é a nossa opinião acerca de uma solução construída nestes termos?

Compreendemos as palavras Ferreira Monte, segundo as quais “as sociedades europeias, entre as quais se inclui a portuguesa, estão culturalmente mais ligadas à justiça tradicional – dependem em larga medida desta resposta, o que não quer dizer que outra não possa ser mais adequada. Mas, quando estão em causa crimes de motivação cultural, onde na base de tudo está uma distinta visão do mundo, da natureza, dos valores, das coisas e da relação entre as pessoas, pode fazer mais sentido recorrer a uma *solução de interação cultural*.”⁽¹⁷¹⁾ O mesmo autor considera que a justiça tradicional é inadequada na medida em que não se consegue “atingir os fins das penas quando comprovadamente os agentes do crime não compreendem, na maior parte dos casos, a censurabilidade da conduta”⁽¹⁷²⁾.

Contudo, seguimos a opinião de Silva Dias a propósito dos crimes culturais na Guiné-Bissau: “atendendo à pretensão de universalidade e à extrema relevância social e jurídica dos bens jurídicos em jogo, que encontram na ordem constitucional guineense lugar cimeiro, (...) as leis penais que visam a sua protecção perante condutas

¹⁶⁸ CPPG – Artigo 12.º: **Competência dos Tribunais de Sector** – “*Compete aos Tribunais de Sector, em matéria penal, julgar crimes a que corresponde pena de prisão de até 3 anos, com ou sem multa, ou só pena de multa.*”

¹⁶⁹ MARSHALL, Tony, *The evolution of Restorative Justice in Britain*, Apud DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal. Parte Geral. Tomo I*, cit., p. 59.

¹⁷⁰ MONTE, Mário Ferreira (et al.) – “Multiculturalismo e tutela penal: uma proposta de justiça restaurativa”. In: *Multiculturalismo e Direito Penal*. Encontro Nova-Direito, Lisboa 2012. Org: Teresa Pizarro Beza/Pedro Caeiro/Frederico de Lacerda Costa Pinto. Coimbra. Almedina, 2014, p. 105.

¹⁷¹ *Idem*, p. 106.

¹⁷² *Ibidem*.

gravemente lesivas não devem recuar perante tais práticas ancestrais.”⁽¹⁷³⁾ Ou seja, admitimos a mediação no caso de crimes de menor gravidade (como resulta da lei) ou, mesmo sendo de maior gravidade, em que não estejam em causa bens jurídicos eminentemente pessoais.

No que concerne a **Espanha**, a realidade não difere da portuguesa. Aliás, até à presente data, a judicatura espanhola não proferiu nenhuma decisão, condenatória ou absolutória, sobre o casamento forçado. No entanto, houve vários inquéritos abertos sem que deles tenha sido deduzida uma única acusação. Tal como em Portugal, também houve vários processos administrativos cujos objectos foram pedidos de asilo devido à fuga de casamentos forçados. No que diz respeito à doutrina, encontrámos uma maior quantidade de dados sobre o casamento forçado, bem como um maior número de elementos bibliográficos, quiçá devido ao facto de 4% da população espanhola professar a fé muçulmana.

¹⁷³ Cf. DIAS, Augusto Silva – “Problemas do direito penal numa sociedade multicultural: o chamado infanticídio ritual na Guiné-Bissau”, cit., p. 215.

CAPÍTULO IV

Conclusões

Em sequência de tudo o que foi dito, estamos em condições de expor o quadro conclusivo que se segue.

Sendo o crime de casamento forçado um ilícito que pode consistir em alguém pedir ou ser-lhe dada uma menina em casamento, podemos desde já assumir que é tendencialmente um crime de comparticipação necessária do pretendente a marido. Importa fazer notar que, não obstante a existência de todo o processo de constrangimento a que a vítima está sujeita, o marido, ao tomar parte na celebração do casamento, também participa activamente no processo coactivo porquanto o próprio acto de recebimento, seja cerimonial (ritual) ou não, é, *per si*, constrangedor. Sendo assim, consideramos que o pretendente a marido possui, tanto por força das circunstâncias quanto pela afirmação da sua vontade, não só o domínio positivo mas também o domínio negativo da realização típica.

Saliente-se ainda que, em todos os casos que nos foram relatados na primeira pessoa, verificámos que a interpretação que a comunidade “distante” (i.e., sem contacto directo com esta realidade) faz das condutas dos intervenientes no processo de casamento forçado difere substancialmente do que realmente ocorre. Pensa-se que todo o processo de constrangimento (o acto de “forçar”) corre por conta da família, mormente por conta da mãe e do pai.

Em suma, o quadro é, essencialmente, o seguinte: numa bordagem inicial o pretendente a marido faz o pedido ao pai da jovem ou esta é-lhe oferecida. Estabelecido o “acordo” entre os homens, este é comunicado às mulheres da família, que ficam incumbidas de “convencer” a vítima de que o arranjo em causa é o melhor para ela.

A título de exemplo, trazemos à colação a percepção do autor do presente trabalho visto que, apesar de nascido e criado na Guiné-Bissau, durante toda a sua vida de jovem adulto julgou que nestes casos o pretendente a cônjuge só entrava em contacto com a vítima no dia da cerimónia – não obstante considerar esta participação activa como um “acto de constrangimento”. Poder-se-ia admitir que tal decorre de uma manifesta ignorância. No entanto, esta possibilidade tem de ser afastada a partir do

momento em que certas conversas em fóruns com alguns dos seus concidadãos apontam precisamente para a confirmação dessa percepção.

Assim, torna-se evidente que existe uma crença generalizada, da parte de quem não tem contacto directo com o fenómeno dos casamentos forçados, de que há uma conduta muito passiva da parte do pretendente a cônjuge. Essa é uma percepção sedimentada, que resume e limita a conduta do pretendente a marido à realização de um pedido de “casamento” e à respectiva espera pela “concordância” da jovem (ou, no caso de esta lhe ter sido oferecida, ao seu respetivo assentimento).

A nossa investigação permitiu-nos compreender que este processo, que decorre do pedido ou oferecimento da menina até à consumação do casamento, não tem um modelo procedimental próprio, nem uma linha de acção uniforme. Lança-se mão de todas as condutas que se revelarem aptas a quebrar a resistência da vítima. Mas tal não se demonstra possível sem a necessária contribuição do pretendente a cônjuge, ainda que não seja porque as visitas constantes e a entrega de prestações são em si (pelo menos) um estímulo dos familiares ao constrangimento da vítima.

Temos para nós que tais condutas representam em si acções tendentes a constranger por duas razões: primeiro, porque constituem a imposição de uma presença (indesejada) junto da vítima e, assim, uma forma de pressionar esta a casar; segundo, porque o pretendente a cônjuge tem sempre cabal conhecimento do processo de constrangimento e conforma-se com ele, ou até intervém nele.

Chegando aqui, torna-se imperativo saber como é que uma vítima de casamento forçado se relaciona com os actos de constrangimento. Como é que se estabelece a fronteira a partir da qual se considera a existência de constrangimento? Basta um dissentimento expresso por qualquer forma concludente? É exigível à vítima que resista até à quebra dessa resistência por parte do agente?

Assumiremos, desde já, a nossa posição face à questão colocada: **basta o dissentimento expresso por qualquer forma concludente para configurar constrangimento ao casamento forçado.**

Tal como tentámos demonstrar, face a todo o contexto associado ao constrangimento ao casamento, não é razoável exigir que uma vítima resista (fisicamente) a todas pressões (inclusive e sobretudo psicológicas) a que é submetida. Na verdade, não nos parece que tal exigência seja humana e racionalmente atendível, pelas duas razões que se seguem:

- (1) A esmagadora maioria de vítimas são crianças ou jovens menores de dezasseis anos. Por esse motivo, são susceptíveis de estar numa situação de maior fragilidade, seja devido à sua idade, seja em resultado da sua dependência económica. Neste sentido, concordamos com Conceição Ferreira Cunha quando afirma que “a ameaça de deixar uma criança sozinha, de a abandonar, ou de deixar de gostar dela (se for um adulto próximo da criança), assim como ameaças com bruxedos ou fenómenos fantásticos poderão ser consideradas graves por serem idóneas a amedrontar gravemente uma criança.”⁽¹⁷⁴⁾
- (2) O processo de constrangimento representa, salvo raras excepções, uma situação de “uma contra todos”. A essa desproporcional correlação de forças acrescem: o estigma social; o perigo para vida associado a uma eventual fuga; o corte definitivo dos laços familiares; o abandono da comunidade de pertença;

Assim, se cotejarmos as possibilidades referidas no parágrafo anterior com os relatos dos casos expostos, facilmente se conclui pela plausibilidade de verificação de todas elas. São estes, entre outros, os motivos por que afastamos a necessidade de haver resistência da vítima (e da sua superação) para que possamos falar em constrangimento ao casamento para efeitos penais.

Defendemos que uma vítima que diz expressamente ao avô que não quer casar, ou outra que, calada, chora compulsivamente durante a sua apresentação ao pretendente a marido expressam, ambas, claras manifestações de dissentimento.

Finalmente, e ainda no que se refere às condutas de constrangimento, consideramos que existem algumas para as quais é possível ponderar a existência de **causas de desculpa**. Falamos, mais concretamente, da conduta das mães das vítimas.

Não temos dúvidas de que, nessas comunidades de organização social marcadamente patriarcal, são sempre os homens, salvo raras excepções, que detêm do poder de decisão e, por isso, é a eles que se deve imputar objectivamente o resultado sempre que tenham qualquer intervenção no processo de constrangimento. Contudo, é de admitir que essa imputação deve aferir-se atendendo caso a caso e mediante a concreta intervenção do agente no processo.

¹⁷⁴ Cf. CUNHA, Maria da Conceição Ferreira – Do dissentimento à falta de capacidade para consentir. In: *Combate à Violência de Género: da Convenção de Istambul à nova legislação penal*, cit., pp. 142-143.

Já no que se refere ao envolvimento das mães, tias, madrastas, ou de outras mulheres da família desde que assumam o papel de “mãe” (sobre quem recaia o dever de garante), sugere-se um enquadramento punitivo com base no caso concreto. Isto é, sugere-se uma ponderação que atente à actuação concreta da agente no preenchimento do ilícito típico em sede de culpa. Essa qualidade pode, por um lado, configurar uma circunstância agravante ou, por outro, constituir uma causa de desculpa (por exemplo, se a agente tiver actuado debaixo de enorme pressão ou ameaça).

Importa ainda referir que temos presentes relatos em que foram as mulheres que percorreram uma distância considerável para agarrarem a vítima, trazendo-a para que fosse violada e, assim, ser consumado o casamento. Relatos em que foram senhoras, viúvas e anciãs que, assumindo o papel de “patriarca” da família, negociaram pessoalmente todos os pormenores do casamento, recebendo, em mão própria, todas as contrapartidas oferecidas pelo pretendente a cônjuge, que foram chegando ao longo do tempo de vigência do “acordo”.

Nestes casos, além da vantagem económica obtida, há um papel decisório sobre o *como* e o *se* no processo de constrangimento da vítima. Assim, a conjugação de todas essas condutas aponta no sentido da imputação de autoria material do crime de casamento forçado nos aludidos casos, cuja punição poderia ser agravada em virtude da especial relação de proximidade existencial, de cuidado e assistência que essas mulheres mantêm com a pessoa que constrangeram a casar. Note-se que a violação do dever de garante irreleva quando se trata de comportamentos activos.

Acontece que, na esmagadora maioria das situações a que tivemos acesso por contacto directo, não é assim que as coisas efectivamente sucedem. Na realidade, as mulheres pouco podem fazer; não têm nenhuma intervenção relevante no processo decisivo sobre o *se* e o *como*. Muito pelo contrário, casos há em que são as mães a pedirem às meninas para aceitarem o seu destino. Esta conduta pode integrar o conceito de constrangimento? No caso de uma mãe que esteja debaixo de uma enorme pressão e que tema pela própria vida, chantageando a filha a casar, devemos atribuir-lhe responsabilidade criminal? E no caso da mãe que sabe e nada faz, ou seja, adopta um comportamento omissivo⁽¹⁷⁵⁾ perante a possibilidade de verificação do resultado típico?

Salvo um entendimento mais douto, somos obrigados a considerar que todas as aludidas condutas são susceptíveis de integrar o conceito de “actos de

¹⁷⁵ Aqui referimo-nos a um “*desvalor da omissão correspondente no essencial ao desvalor da acção*” – entenda-se. Cf. DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal*, Tomo I, cit., p. 920.

constrangimento”. Note-se que estamos perante actuações que podem ter relevância em sede da culpa, condição essa que levaria à sua atenuação (ou talvez até à sua exclusão) mas que, entretanto, deixa intacta a tipicidade.

Assim, malgrado o facto de se ter preenchido a tipo legal e de recair sobre aquelas mulheres o dever jurídico de garante, temos de nos perguntar se, perante as circunstâncias do caso concreto (ter de escolher entre chantagear a vítima ou colocar em risco a própria vida), lhes podia ser exigido um comportamento diferente.

Em alguns casos, certamente existem razões para considerar que determinadas condutas podem beneficiar de causas de *desculpa* com fundamento em inexigibilidade, com suporte legal no artigo 35.º/1 do CP.

Esta “causa de exculpação”, nas palavras de Silva Dias, “refere-se à relação entre a norma e o agente, à questão de saber se, apesar da prática de um facto típico e contrário às valorações da ordem jurídica, há razões para não censurar pessoalmente o agente. (...) Juízos de exculpação que se centram na definição de espaços de compreensibilidade ou de indulgência perante os motivos da acção.”⁽¹⁷⁶⁾

Para o enquadramento objetivo do tema de que aqui se trata, trazemos à discussão trechos de um relato sobre alguns factos ocorridos, factos esses que representam a realidade de vida de muitas mulheres em contexto de casamento forçado: *“Houve um caso em que se suspeitou do envolvimento da mãe, esta foi espancada até à morte porque a fuga foi considerada uma grande desonra para toda a família” (...) “Em 2014, uma mulher, que estava a criar a filha da sua irmã, fugiu, quando a esta estava prestes a ser imposto um casamento. Quando chegaram à minha igreja, a mãe foi a primeira a aparecer; fartou-se de chorar porque diziam que a menina tinha sido mentalizada a fugir pela própria mãe. Quando se foram queixar ao marido da mãe, este expulsou a esposa de casa. Foi sorte não a terem matado; nestas situações de recusa, a vida das meninas ou da mãe tem menos valor do que a de um cão”*⁽¹⁷⁷⁾.

Ora, conhecendo a realidade como ela foi acima descrita, e considerando uma circunstância de temor pela própria vida, será que é razoável exigir a uma mãe um comportamento distinto do que o de tentar convencer a filha aceitar o casamento? Fará sentido ponderar a exclusão da culpa, na hipótese de uma mãe que constrange uma filha a casar naquelas circunstâncias?

¹⁷⁶ Cf. DIAS, Augusto Silva – *Crimes Culturalmente Motivados*, cit., p. 225. e

¹⁷⁷ Cf. Relato do Pastor M.C: Anexo VI

Ao longo do presente trabalho fomos afirmando a nossa posição a respeito deste tema. Aqui, importa acrescentar que cremos que a resposta à questão colocada *supra* é dada de forma particularmente impressiva por Fernanda Palma: “na desculpa o problema é o de saber se é justo punir o acto proibido nas condições de ponderação da situação emocional em que o agente actuou.”⁽¹⁷⁸⁾

Eis o entendimento que temos e assumimos de tudo quanto envolve esta prática.

¹⁷⁸ Cf. PALMA, Maria Fernanda – *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*. Coimbra. Almedina, 2005, p. 150.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
------------------------	----------

CAPÍTULO I

Casamento forçado: definição, contextos e motivações

1. Notas introdutórias	3
1.1. Definição	6
1.2. Contexto socioeconómico do casamento forçado	7
1.3. Motivação cultural	11
1.4. Contexto étnico-cultural	15
1.5. Contexto cultural religioso	17

CAPÍTULO II

O casamento forçado no ordenamento jurídico português

1. O casamento civil: um contrato e os seus requisitos	23
1.1. Evolução do conceito de matrimónio	23
1.2. O consentimento no Código Civil	25
1.3. A capacidade	28
2. O artigo 154.º - B: quando um costume é crime	29
2.1. A configuração da incriminação	29
2.2. O consentimento na ordem jurídico-penal	34
2.3. O constrangimento: problemas de autoria e participação	42
2.4. Análise dogmática dos casos expostos	52
2.5. O alargamento da punição aos actos preparatórios	68

CAPÍTULO III

O crime de casamento forçado em outros ordenamentos jurídicos: análise comparativa

1. No Direito Penal guineense	74
2. No Código Penal Espanhol	81
3. Conclusões quanto à estrutura da incriminação e quanto ao âmbito da protecção do bem jurídico	87
4. Jurisprudência e Doutrina	90

CAPÍTULO IV

Conclusões	95
-------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA ORGANIZADA POR ORDEM ALFABÉTICA DO ÚLTIMO APELIDO DOS AUTORES

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto – *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 3ª Edição actualizada, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.

ALFAIATE, Ana Rita – *A Relevância Penal da Sexualidade dos Menores*, Coimbra Editora, 2009.

AMORIM, Ana – “O Consentimento informado de menores: reflexões críticas sobre a lei actual”, *Lex Medicinæ: Revista Portuguesa de Direito da Saúde*, Ano 8, n.º 15. Janeiro/Junho, 2011, Coimbra Editora, pp. 113-128.

ANDRADE, Manuel da Costa – *Consentimento e Acordo em Direito Penal*. Dissertação de doutoramento pela FDUC, Coimbra Editora, 1991.

ÁVILA, Fátima Sisneros – Violencia de género y diversidad cultural: el ejemplo de los matrimonios forzados. In: “*Revista penal: justicia penal restaurativa: el redescubrimiento de la víctima ante el conflicto penal*”, n.º 42. Julho 2018, pp. 43-55.

BARREALES, María A. Trapero – *Matrimonios ilegales y Derecho Penal. Bigamia, matrimonio inválido, matrimonio de conveniencia, matrimonio forzado y matrimonio precoz*. Valencia. Tirant lo Blanch Editora, 2016.

BELEZA, Teresa Pizarro – *Direito Penal*. 2º Vol. AAFDL, 1983.

BELEZA, Teresa Pizarro – “Illicitamente comparticipando: âmbito de aplicação do artigo 28.º do Código Penal.” In: *Estudos em homenagem a Professor Doutor Eduardo Correia, Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra, 1984, pp. 589-658.

BRITO, Teresa Quintela (et al.) – “Os Crimes Contra a Integridade Física”. In: *Direito Penal – Parte Geral: lições, estudos e casos*. Coimbra Editora, 2007, pp. 483-517.

CARVALHO, Américo Taipa de – *Comentário Conimbricense do Código Penal. Parte Especial*, Tomo I, (Dir.) Jorge de Figueiredo Dias, 2.ª Edição, Coimbra Editora, 2012. Anotações aos artigos 154.º e 155.º.

– *Direito Penal. Parte Geral: questões fundamentais*. 3ª Edição, Porto: Universidade Católica, 2016.

– *Direito Penal. Parte Geral. Vol. II (Teoria geral do crime)*, Porto: Publicações Universidade Católica, Porto, 2006.

COELHO, Francisco Pereira/**OLIVEIRA**, Guilherme de – *Curso de Direito da Família. Vol. I: Introdução Direito Matrimonial*, 5.ª Edição, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

CORREIA, Eduardo – *Código Penal: Projecto da Parte Geral, Separata do «Boletim de Ministério da Justiça»*, n.º 127, 1963.

CORREIA, Eduardo – *Problemas fundamentais da comparticipação criminosa – Separata da Revista de Direito e Estudos Sociais*, Anos IV e VI, 1 a 3, 1951.

COSTA, António Manuel de Almeida – *Ilícito pessoal, imputação objectiva e comparticipação em direito penal*, Coimbra: Almedina, 2014.

CUNHA, Conceição Ferreira da – *Os crimes contra as pessoas*, Porto: Universidade Católica Editora, 2017.

– (Coord.) *Da Convenção de Istambul à nova legislação penal*, Porto: Universidade Católica Editora, 2016.

DELGADO, Lirola Isabel – “El debate em torno a la creación de un nuevo crimen internacional de ‘Matrimonio Forzados’: la contribucion del Tribunal Especial para Sierra Leona.” In: *Jurisdições internacionais e evolução da ordem internacional. III Encontro Luso-Espanhol de Professores de Direito Internacional Público e Relações Internacionais*. Coord: Maria Isabel Tavares e Maria de Carmen Márquez Carrasco. Porto. Universidade Católica Editora, 2015, pp. 151-168.

DIAS, Augusto Silva – *Crimes Culturalmente Motivados*, Coimbra: Almedina, 2016.

– “Problemas do direito penal numa sociedade multicultural: o chamado infanticídio ritual na Guiné-Bissau”. In: *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Ano 6, Abril-Junho, 1996, pp. 209-232.

DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito Penal – Parte Geral. Tomo I. Questões Fundamentais. A Doutrina Geral do Crime*, 2.^a Edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

Direito Costumeyro vigente na República da Guiné-Bissau, Estudo elaborado pela Faculdade de Direito de Bissau, com a colaboração do INEP, 2012.

DOS SANTOS, André Teixeira – “Do Consentimento dos Menores para a Realização de Actos Médicos Terapêuticos”, *Revista do Ministério Público*. Ano 30, n.º 118, Abril/Junho de 2009, pp. 123-155.

FARIA, Maria Paula Ribeiro de – “A Convenção de Istambul e Mutilação Genital Feminina”. In: *Combate à violência de género. Da Convenção de Istambul à nova legislação penal*. Coord: Maria de Conceição Ferreira Cunha. Universidade Católica Editora, pp. 100-127.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de – *Da Participação Criminosa*, Dissertação de doutoramento, Oficinas Gráficas, 1934.

– *Lições de Direito Penal*, Reimpressão da 4.^a edição de 1992, Coimbra: Almedina, 2010.

GARCIA, M. Miguez/**RIO**, J.M. Castela – *Código Penal: Parte geral e especial: com notas e comentários*, 2.^a Edição, Coimbra: Almedina, 2015.

INSUMBO, Julião Vieira – *Do princípio da legalidade ao princípio da oportunidade. O caso Cabo Verdiano: O Ministério Público como sujeito permanente e contínuo da oportunidade (contributo para uma perspectiva crítica e linhas de evolução do processo penal guineense*. Tese de mestrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2008.

LANGHANS, F.P. de Almeida – “O Direito da Família em Portugal. Apontamentos Para a Sua História”, *Separata de “Boletim do Ministério da Justiça”*, n.º 132. Lisboa, 1964.

LIMA, Pires de/**VARELA**, Antunes – *Código Civil Anotado*, Vol. IV, 2.^a Edição, Coimbra: Wolters Kluwer Portugal/Coimbra Editora, 2010.

LOPES, José Mouraz – “Os Crimes Contra a Liberdade e Autodeterminação Sexual na Reforma do Código Penal de 2007”, *Galileu – Revista de Economia e Direito*, Vol. XII, n.º 2, 2007/XIII, n.º 1, 2008, Universidade Autónoma Editora, 2008, pp. 159-182.

MACHADO, Miguel Pedrosa – AB VNO OMNES. *Ab vno omnes: 75 anos de Coimbra Editora 1920-1995*, (Org.) Varela, Antunes et al., Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

MONTE, Mário Ferreira (et al.) – “Multiculturalismo e tutela penal: uma proposta de justiça restaurativa”. In: *Multiculturalismo e Direito Penal*. Encontro Nova-Direito, Lisboa 2012. (Org.) Teresa Pizarro Beleza/Pedro Caeiro/Frederico de Lacerda Costa Pinto. Coimbra. Almedina, 2014, pp. 97-113.

MOREIRA, José Mendes – *Fulas do Gabú*. Bissau. Centro de estudos da Guiné Portuguesa, n.º 6, 1948.

MOURÃO, Helena – *Autoria e Execução Comparticipadas*, Coimbra: Almedina, 2014.

NETO, Abílio – *Código Civil Anotado*, 19.^a Edição, Lisboa: Ediforum, 2016.

PALMA, Maria Fernanda – *Direito Penal – Parte Geral (A teoria geral da infracção como teoria da decisão penal)*, Lisboa: AAFDL, 2017.

– *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*. Coimbra. Almedina, 2005.

ROSSELL, Núria Torres – “Matrimonio Forzado: aproximación fenomenológica y análisis de los procesos de incriminación”. In: *Estudios Penales y Criminológicos*. Vol. XXXV, 2015, pp. 831-917.

ROXIN, Claus – *Autoria y Domínio del Hecho en Derecho Penal*, tradução da 9.^a Edição alemã, por Joaquim Cuello Contreras y José Luís Serrano Gozález de Murrilo, 1.^a Edição, Madrid: Marcial Pons, 2016.

SAMANIEGO, José Luis Manzanares – *Comentario al Código Penal (Tras las Leyes Orgánicas 1/2015, de 30 de marzo, y 2/2015 de 30 de marzo)*, Wolters Kluwer, 2016.

SANTOS, Manuel Simas/LEAL-HENRIQUE – *Código Penal Anotado, Volume I*, Lisboa: Rei dos Livros, 2014.

SANTOS, Manuel Simas/LEAL-HENRIQUE – *Noções de Direito Penal*. 5ª Edição. Lisboa. Rei dos Livros, 2016.

SILVA, Artur Augusto da – *Usos e costumes jurídicos dos Fulas da Guiné-Bissau*. 3ª Edição. D.E.D.I.L.D.

SILVA, Germano Marques da – *Direito Penal Português. Teoria do Crime*, 2.ª edição. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Editora, 2015.

SILVEIRA, Luís (et al) – *Código Civil Anotado*, (Coord). Ana Prata, Vol. II. Almedina, 2017.

TAVARES, Hugo Alexandre de Matos – “Entre co-autoria e cumplicidade: contributos para análise do “vigia” do facto criminoso na jurisprudência portuguesa”, *Comparticipação, Pessoa Colectiva e Responsabilidade: 11 Estudos de Direito Penal e Direito de Mera Ordenação Social*, (Coord.) Teresa Pizarro Beleza/Frederico da Costa Pinto, Coimbra: Almedina, 2015.

VARELA, João Athaíde – *Os Limites da Punibilidade em Sede da Autoria*, 1.ª Edição, Coimbra Editora, 2015.

VICENTE, Diana Paraíso (et al.) – “Instigação e Co-autoria”, *Comparticipação, pessoas colectivas e responsabilidade: 11 estudos de direito penal e de direito de mera ordenação social*, (Coord.) Teresa Pizarro Beleza/Frederico da Costa Pinto, Coimbra: Almedina, 2015, pp. 263-290.

BIBLIOGRAFIA ON-LINE

PARECER sobre os Projectos de Lei n.ºs 647/XII (PSD/CDS-PP), 659/XII (PS) 661/XII (BE) e 663/XII (BE) do Conselho Superior do Ministério Público. Ofício n.º 1051/XII, Proc. n.º 208/2006 – N.º 115. -
<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=38652>

Relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos -
<http://www.lgdh.org/p/relatorios.html>

Publicação Diário de Notícias dados da UNICEF -
<https://www.jn.pt/mundo/interior/mais-de-150-milhoes-de-meninas-em-risco-de-casamento-forcado-ate-2030-9164356.html>

Relatório Nações Unidas -
http://www.un.org/womenwatch/daw/egm/vaw_legislation_2009/Expert%20Paper%20EGMGPLHP%20Cheryl%20Thomas%20revised_.pdf

Curta metragem sobre casamentos forçados - <http://www.bfmtv.com/societe/video-14-millions-cris-film-choc-julie-gayet-727464.html>

GODINO, Ana Ordíñez – “Un análisis sobre los matrimonios forzados: de la tradición a la ilegalidad”, Universidad Autónoma de Barcelona, 2014 -
https://ddd.uab.cat/pub/tfg/2014/119126/TFG_aordonezgodino.pdf

Relatório do Inquérito aos indicadores múltiplos -
file:///C:/Users/Vailton/Downloads/unicef_MICS_Guinea-Bissau_2014.pdf

Publicação da Comissão para Cidadania e Igualdade de Género -
<https://www.cig.gov.pt/2014/04/convencao-de-istambul-entra-em-vigor-dia-1-de-agosto-de-2014/>

Publicação étnico-cultural: Os Balantas -
<http://tchogue.blogspot.com/2017/01/sentido-etnico-e-etimologico-do-povo.html>

Publicação Euro News - <http://pt.euronews.com/2016/10/14/casamentos-forcados-contem-a-alguem-o-que-esta-a-acontecer>

Legislação portuguesa -
http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=781&tabela=leis

Registo de actividades parlamentar -
<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/12/04/150/2015-06-17/5?q=casamento%2Bfor%25C3%25A7ado%2Bparecer%2Bministerio%2Bpublico%2B>
[2B](http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/12/04/150/2015-06-17/5?q=casamento%2Bfor%25C3%25A7ado%2Bparecer%2Bministerio%2Bpublico%2B)

VALVERDE, Patricia Esquinas – “El delito de *matrimonio forzado* (art. 172 bis CP) y sus relaciones concursales con otros tipos delictivos”. In: “*Revista Eletrônica de Ciência Penal y Criminologia*.” - <http://criminet.ugr.es/recpc/20/recpc20-32.pdf>

ANEXOS

Q.

Perante a questão de saber com que idade e como soube que seria dada em casamento, respondeu contando toda a sua história:

«Aos 12 anos, soube-o pela minha tia paterna, que me criou desde os 2 anos de idade desde a separação dos meus pais. No meu caso não me foi comunicado directamente pela minha tia. Comecei a crescer e fui ouvindo comentários na morança de que aquele senhor é que havia de ser meu marido. Ouço-o desde aproximadamente os nove anos de idade. Penso que o objectivo era o de me ir habituando a essa ideia. Chorava imenso cada vez que ouvia tal coisa.

A partir dos onze anos as senhoras da morança começaram a controlar-me através de uma espécie de inspecção ao meu corpo, porque diziam que eu me estava a desenvolver depressa. Inicialmente a minha tia não se mostrava de acordo, porque dizia que não podíamos partilhar o mesmo marido porque éramos mãe e filha.

Foi imediatamente ameaçada de espancamento porque não tinha de dar opinião. Para mais nunca tinha conseguido dar um filho a esse homem. Não consigo dizer com certeza a idade do homem com quem ia casar, mas certamente podia ser meu avô, na medida em que quase podia ser pai da minha tia, sua esposa.

Nesse dia ficaram tão furiosos, que ficou decidido que mal eu comesse a ser servida àquele homem, ela, a minha tia, ficaria proibida de voltar a dormir com ele.

Não quiseram que eu fosse para a escola. Todavia insisti até conseguir começar a assistir às aulas. Então foi aí que começou o meu calvário. As senhoras da aldeia diziam ao senhor que a minha tia me havia deixado frequentar as aulas e isso iria fazer-me recusar o casamento. Mas ela não me retirou da escola.

Como já tinha corpo de mulher, o homem começou a tentar usar-me. Como eu recusava e a minha tia ajudava-me, gritando, ele proibia-me de comer em casa deles durante vários dias. Às vezes ficava fechada três ou quatro dias dentro de um quarto na parte de trás da casa. Depois passou a espancamento cada vez que eu recusava. Às vezes a minha tia também levava. Ele ia beber o vinho de caju e vinha bater-me. Tudo porque começou a desconfiar que fosse recusar, então decidiu não esperar pelo tempo da cerimónia de entrega e quis possuir-me antes desse tempo.

Então houve uma altura em que fui para casa do meu pai. Ele não queria que eu voltasse para a casa da minha tia. Só que o meu pai já tinha alguma idade e não tinha mais força dentro da comunidade. Então aumentou a pressão sobre a minha tia.

Como foi aquele casal a criar-me desde bebé, o meu pai teve que aceitar após várias reuniões na tabanca. Quando soube das minhas intenções de fugir, concordou, não obstante o medo, caso viessem a descobrir o meu plano.

Pouco tempo depois, uma menina da morança ouviu uma conversa quando servia comida às mulheres mais velhas acerca da intenção e do plano de me “lançarem pano”⁽¹⁾. Então ela contou-me. A partir daí, como ela também sabia do destino que a esperava, aceitou arriscar fugir comigo. Então começámos a tratar da nossa fuga.

Chegado o dia, demos a desculpa de que íamos à aldeia visitar uma tia; despedi-me do meu pai e ele pediu-me para ter cuidado e para tentar estudar.

Sáímos só com a roupa do corpo, porque qualquer outra trouxa levantaria suspeita.

Tivemos a sorte de nesse dia estar a ter lugar um grande velório, o que fez aumentar o reboiço na tabanca e na aldeia. Depois de algumas horas sem boleia desconfiámos que se devia estar a suspeitar da nossa fuga. Ela pensou em desistir por causa de estarmos a fazer todos aqueles quilómetros a pé.

Por voltas das 9-10 horas da noite chegámos a Tite. Aí chegadas alguns homens nos perguntaram-nos o que estávamos a fazer àquelas horas sozinhas (meninas de treze-catorze anos); respondemos que tínhamos ido fazer um recado dos nossos mais velhos. Ainda hoje estou convencida de que um daqueles homens não acreditou em nós e disse aos outros para nos levarem de volta; os outros responderam que podia ser um recado importante por causa do tal funeral que estava a ocorrer na comunidade.

Nessa mesma noite chegámos à casa do Pastor⁽²⁾, que já se encontrava a dormir com a esposa. Batemos à porta, abriram, entrámos e explicámos o que lá fomos fazer.

O Pastor levou-nos por um caminho que não o da Nova Sintra, porque nesse seríamos apanhados e todos podíamos morrer. Então fomos pelo caminho do mato. Caminho que eles não acreditariam que tivéssemos coragem para seguir.

¹ “Lançar pano” é um ritual que as mulheres mais velhas da etnia fazem envolto em enorme secretismo, nem aos pais da visada deixam saber da sua realização. Esta é apanhada de surpresa e enrolada num pano tradicional até o dia em que é levada e deitada no quarto do homem.

² Pastor da Igreja Evangélica.

Contudo, após várias horas, tivemos de parar para descansar. Daquele lugar, dava para ver a estrada principal; foi quando vimos que havia vários grupos de homens em bicicletas e munidos de catanas a falarem alto e a discutirem. Aí tivemos a certeza de que estavam à nossa procura, porque, naquela altura, era suposto estarem todos no velório porque os óbitos são sagrados para a nossa etnia. Para estarem todos ali divididos teria de ser uma coisa séria.

Dormimos na mata e seguimos logo de manhã para casa de um outro senhor amigo do Pastor, que nos deu um número de telefone e ajudou-nos a ir para São João. Fizemo-nos de novo a caminho, sempre pelo mato: tínhamos imenso medo de ser apanhadas por qualquer animal. Mas continuámos a andar até dar com uma quinta de um senhor que tratava da sua plantação de mancarra. Mal nos viu levantou-se imediatamente com a sua catana e gritou que nós estávamos a fugir. Então começámos a correr. O senhor era muito velho e não conseguiu apanhar-nos.

Conseguimos chegar ao Rio e encontrámos a canoa que ia para Bolama³. Então o Pastor falou e deixaram-nos seguir para Bolama. Para Bolama fomos sozinhas; ali chegadas procurámos a casa do Pastor de Bolama. Era um domingo; este recebeu-nos porque, entretanto, já havia falado por telefone com o Pastor de Tite.

Depois soubemos que houve muitos problemas com o Pastor de Tite, por causa do senhor da quinta que o denunciou.

Passados alguns dias, a minha família foi tentar resgatar-me da igreja. Entre eles estavam os meus primos, o homem com quem devia casar, e outros homens da comunidade. Foi através deles que soube que a minha tia havia sido espancada e expulsa de casa. Agora vive numa outra aldeia.

Ameaçaram tocar fogo à igreja; mas, como souberam que o Pastor já havia avisado a polícia, e ali não tinham ninguém conhecido, porque as ilhas dos Bijagós são distantes da nossa comunidade, tiveram de ir todos embora.”

³ Bolama é uma das ilhas que integra o arquipélago dos Bijagós.

B.

A jovem foi questionada sobre a idade em que fora prometida em casamento e como lhe fora comunicado que tinha noivo.

«Quando fui prometida tinha 13 anos.

Nunca me fizeram saber que estava prometida a um homem. Quem me contou, curiosamente, foi uma das minhas madrastas porque ela era crente e não concordava.

Na altura, eu estudava na vila em Catió durante a semana. Quando vinha à aldeia durante os fins-de-semana, ela contava-me tudo o que planeavam durante a semana. Isto é, como haveriam de manter tudo em segredo e acautelar a minha fuga em caso de recusa.

Contudo, foi uma outra minha madrasta que ficou incumbida da tarefa de ficar atenta e de me vigiar. Eu fingia não saber de nada.

Num determinado dia o meu avô paterno comunicou-me de que, naquele mesmo ano, assim que terminasse a lavoura, eu haveria de largar a escola para casar com o homem a quem fui prometida. Naquela altura o meu pai não estava; mas mesmo que estivesse seria indiferente. O meu pai não teria voz porque na cultura da etnia Balanta, muito patriarcal, os avós paternos têm mais poder sobre os netos do que os próprios pais.

Perguntei com quem ia casar e informaram-me que seria com um homem de etnia fula que residia na aldeia de Guiledje.

Respondi que me recusava a casar uma vez que tencionava continuar a estudar. Foi-me dito pelo meu tio que iria casar, quer concordasse quer não. E mesmo que fugisse iriam apanhar-me.

Logo de seguida o meu avô acrescentou que, mesmo que conseguisse fugir, nunca mais na vida teria sossego. Que independentemente de onde estivesse, haveria sempre de me procurar. Perante aquela comunicação, calei-me!»

Instada se mãe sabia, respondeu:

«A minha mãe não estava, porque deixou-me ao cuidado do meu pai desde 3 anos de idade quando se separaram. Fui criada pelas minhas madrastas e pelo meu pai e avós».

Questionada se alguma vez tinha visto o pretendente a marido ou se sabia a sua idade, respondeu:

«Quando faltava uma semana para a data em que supostamente eu seria entregue, ele veio à casa onde eu vivia. Não posso precisar a idade, mas teria aproximadamente a idade do meu avô.

Foi também nessa altura que soube que fora dada em troca de um lote de terra para o meu avô cultivar.

Durante essa visita foi-me pedido que o fosse servir, como era tradição. Mas recusei sempre e na presença do senhor. Essencialmente porque vi que ele levou muitas oferendas: cabras, arroz e outras coisas para o meu tio e avô.

Mas o que me fez apressar a fuga foi perceber que aquele senhor não se importava nada de me ver a chorar. Eu chorava porque não tinha coragem de dizer expressamente que não queria».

Questionada sobre o que achava que lhe poderia acontecer se dissesse expressamente que não, respondeu:

«Eu não achava, eu sabia o que me ia acontecer! Anos antes presenciei o meu avô mandar espancar violentamente a sua própria filha, a minha tia, quando esta tentou recusar-se a casar. Depois de estar aprisionada vários dias, esta conseguiu fugir para uma aldeia próxima.

O meu avô enviou vários homens da nossa aldeia para recapturarem. Foi então trazida de volta à nossa aldeia e espancada de várias formas, publicamente, e depois foi entregue ao noivo que a levou para a sua aldeia. Onde permanece até este momento.

Foi perguntada pela razão por que nunca lhe fora comunicado que ia casar-se até aquela conversa com o avô, respondeu:

«Porque a minha opinião não conta nem interessa para a questão de saber “quando” e com “quem” tenho de me casar. E, quando souberam que tinha ligação à igreja evangélica e que pretendia estudar, suspeitaram logo que fosse recusar. Como de resto veio acontecer naquela primeira comunicação.

Nessa primeira conversa, e após a minha recusa, o meu avô disse que não era a escola que havia de me colocar prato de comida à mesa. E perguntou-me se alguma vi ou falei com Deus, para eu andar metida em algo que ele tanto odiava (a igreja).

Algum tempo depois da entrega daquelas oferendas, a minha madrasta disse-me para começar a traçar um plano, porquanto, depois todas aquelas ofertas, já não se podia desfazer o “trato”.

Passado algum tempo, a minha madrasta contou-me que havia sido combinada a minha entrega dali a dois dias. Então, com a justificação de que ia até à vila buscar umas roupas, fui procurar ajuda junto de um jovem da igreja de nome Abel.

Como não o encontrei, andei a vaguear até ir dar a um caminho de bolanhas onde fiquei a pernoitar, à chuva, até o dia seguinte. Fiquei ali escondida até voltar e conseguir ajuda do Abel e da esposa.

Então foram-me oferecidos 5 mil francos para apanhar o carro para Bissau. Deram-me o número de telefone de alguém que ia ajudar-me em Bissau. Foi assim que cheguei à Missão Evangélica.

O meu avô esteve cá (na Missão Evangélica) a fazer ameaças e lançar maldições da nossa etnia; mas não o deixaram levar-me.

Além da história da minha tia, o que levou à minha decisão foi a história de uma amiga de nome Bebé, de 15 anos, que vivia numa aldeia próxima da minha, de nome Fambletch.⁽¹⁾ Ela havia sido dada em casamento pela senhora que a criou, mas que não era a mãe.

Contudo, ela recusou-se a casar e fez frente aos seus familiares. Foi então que a senhora que a criou enviou um grupo de pessoas para arrancá-la à força a fim de ser entregue ao noivo. Ela resistiu.

Tal atitude foi tomada como uma afronta. Então foi violentamente espancada por todos os que fazia parte daquele grupo. O espancamento foi de tal forma que ela ficou pisada por dentro. Como não houve tratamento adequado por falta de condições no hospital da aldeia, acabou por morrer.

Os pais dela foram fazer queixa, mas nada aconteceu porque aquela recusa não podia ser admitida, uma vez que o costume tem força de lei na nossa etnia. Ou seja, uma filha tem casar com quem os familiares e/ou a comunidade disser.

¹ Nome de uma Aldeia que se situa no Sul da Guiné-Bissau.

Então decidi que nunca devia enfrentar a comunidade. Foi assim que arrisquei fugir...e cheguei aqui (à Missão Evangélica).»

A.

Questionada sobre a forma como soube que seria dada a casamento e que idade tinha, respondeu:

«Estava a caminho de completar 15 anos. Eu conhecia o homem a quem fora prometida em casamento, uma vez que tinha sido criada em casa dele porque era marido da minha irmã»

Questionada sobre qual foi a sua resposta ao saber o que lhe estava destinado, respondeu:

“Quando somos confrontadas com a pergunta do homem que nos educou e sustentou desde pequeninas, se o queremos como marido, não se mostra fácil dizer a essa pessoa simplesmente: ‘não te quero’.

Naquela altura eu queria estudar e não casar.

A única certeza que tinha era que não iria casar com aquele homem, custasse o que custasse. Só que não podia deixar ninguém saber que pretendia fugir. Mesmo que tivesse de viver na rua.

O plano traçado era o seguinte: como havia várias meninas da minha idade na nossa aldeia, foi combinado que seríamos todas entregues para casamento no mesmo dia. Foi a minha sorte, porque houve necessidade de esperar pelo aparecimento da menstruação a uma das minhas primas, de nome N., com quem partilhava o quarto e a cama, mas que seria forçada a casar com um outro homem. Esse facto permitiu-me ganhar algum tempo para planear a minha fuga.

Houve um pacto de silêncio entre as meninas. E, chegado o dia, demos uma desculpa que íamos para o culto (na igreja). Acontece que uma ficou doente com um grande frúnculo e não conseguia andar; essa teve de ficar para trás.

Fomos à vila de Tite e não voltámos. Houve uma que nos avisou que, caso fossemos apanhadas seríamos mortas em plena luz do dia”.

Foi questionada se acreditou nessa possibilidade, respondeu:

“Se acreditei que pudesse acontecer? Cresci a ver e ouvir histórias de espancamentos e mortes de mulheres que se recusaram a casar.

Eu mesma, no primeiro dia em que disse que preferia estudar a casar com um homem com idade para ser meu pai, fui espancada porque isso foi considerado uma ofensa. Enquanto me batiam, ao tentar escapar, caí numa poça de água e engoli muita água suja; então, pedi que me tirassem de lá. Quando me tiraram, pensei que, por estar magoada, fossem parar de me bater. Mas não, continuaram. Bateram-me horas a fio e só pararam quando comecei a cuspir sangue. Tenho de dizer que não proferi aquelas palavras à frente de nenhum adulto; estava a desabafar entre nós, miúdas, e uma mulher da morança ouviu-me e foi contar.

Uma das meninas com quem eu falava foi espancada até desmaiar. Foram várias pessoas a bater e ninguém nos foi acudir porque seria considerado que estariam a apoiar a fuga. Então toda a gente assistiu e ninguém se meteu.

Questionada sobre qual fora a reacção dos pais, respondeu:

A minha mãe já não vivia na aldeia. O meu pai pouco pôde fazer.

Voltando ao dia da fuga, naquele dia choveu imenso e tivemos que andar imensas horas, o que nos deu um grande avanço, de modo que não nos conseguiram apanhar. Penso que tal foi possível porque, desde aquele espancamento, nunca mais voltei a dizer que não queria casar com aquele homem.

Soube que, desde da nossa fuga, o meu pai nunca mais participou em nenhum evento da comunidade. Por vergonha que eu lhe causei.

F.D.

Questionada sobre que idade tinha quando lhe quiseram impor casamento e como o soube, respondeu:

«Soube pouco tempo depois de ter completado 13 anos. Nunca me foi dito que tinha um marido com quem estava destinada a casar. Toda a vida assisti a cerimónias de casamento, mas não sabia que aquelas meninas não tinham escolhido os seus maridos. Na nossa comunidade tudo era feito longe das crianças.

Houve um célebre dia em que a minha mãe me disse que, depois da próxima época da lavoura, seria dada em casamento a um homem bom; que ia dar-me uma boa vida junto de suas outras esposas. Ou seja, quando tivesse 14 – 15 anos.

Comecei a chorar. Ela perguntou-me por que estava a chorar. Respondi que não queria casar e muito menos com quem não conhecia. A minha mãe perguntou se eu conhecia alguém por quem ela tivesse mais amor. Respondi que não. Perguntou-me se eu confiava nela. Respondi que sim. Então ela disse-me que uma mãe nunca escolhe para a filha nada que não o melhor para ela.

Explicou-me que a felicidade de toda a nossa família está dependente do reconhecimento do Pai como um homem honrado dentro da nossa comunidade. E que a honra do meu pai lhe fora confiada a ela para educar os filhos nos valores e costumes tradicionais, como muçulmana virtuosa. Disse-me que, na nossa tradição, uma das responsabilidades que Deus deixa às mães é a de escolher o melhor para os filhos. Que o ser temente a Deus é obedecer à vontade e decisão dos pais.

A partir daquele dia ela passou a acompanhar-me em todas tarefas e lides domésticas. Foi-me repetindo que, após várias gerações, não podíamos ser nós a desvirtuar e manchar o nome da família; caso contrário ninguém continuaria a relacionar-se nem a negociar com o meu pai e os meus tios.

Foi então que pedi que pelo menos me deixassem conhecer o meu futuro marido.

Passadas umas semanas organizaram uma pequena cerimónia na nossa morança para me ser dado a conhecer o meu futuro marido. Havia muita comida. Chegaram muitas pessoas importantes da comunidade e que eram das relações do meu pai e dos meus tios. Depois de me vestirem a roupa tradicional, e terminado o pequeno ritual, levaram-me à presença de um senhor a quem sempre tomei por tio.

Fiquei lavada em lágrimas porque era muito velho para mim. Ele era amigo do meu tio Al., irmão do meu pai. Recusei estar presente porque comecei a sentir-me mal. Pedi para voltar para dentro, mas foi-me recusado porque isso seria insultuoso para com o senhor. Puseram-me num pequeno banco, deram-me um pouco de “leite dormido” ⁽¹⁾ e disseram-me para descansar.

Foi possível ouvir as anciãs dizer que as lágrimas e a minha má disposição se deviam à emoção; tal como havia sucedido com elas. Quando tudo terminou chamei a minha tia, irmã do meu pai, e pedi para falar com o meu pai porque não queria casar.

Foi então que soube que, afinal, todas aquelas coisas que o senhor trazia no final de cada estação de chuva e da época do Ramadão era o pagamento da promessa de casamento”.

Instada a concretizar o gênero das “ofertas”, respondeu:

“Disseram-me que entregou logo muito gado. Mas não me lembro, porque possivelmente era muito pequena à altura. Do que assisti, trazia tecidos, cabras, muitos sacos de arroz; houve uma vez que trouxe uma motorizada que parecia já bastante usada. Mas ele era amigo do meu pai e tios.

Perguntada pela reacção da mãe face àquelas ofertas, respondeu:

Nunca vi a minha mãe falar com o senhor; normalmente não é permitido às mulheres estarem presentes na sala onde estão reunidos os homens da família. A minha mãe entrava para servir o meu pai, tios e seus amigos”.

Questionada sobre se a tia falara com o pai, respondeu:

“Quando pedi para falar com meu pai, passados alguns dias, quem apareceu foi a minha avó; estranhei porque ela teve de vir de outra aldeia, apesar da muita idade.

Em conversa com a minha avó ela disse-me que, só ela, que teve 14 filhos. Que perdeu o marido na guerra colonial e nunca mais voltou a casar. Com muito sacrifício criou filhos, homens e mulheres, que honraram a nossa religião, o nome da família e de toda a nossa geração; embora já tivessem morrido 5.

Questionei a minha avó quanto à razão por que estava a dizer aquilo tudo. Respondeu por sempre fora contra terem-me colocado na escola ⁽²⁾, uma vez que mais tarde ou

¹ Uma comida guineense muito apreciada pelos muçulmanos (mas não só) que é confeccionado com arroz e leite fermentado.

² Estaria a referir-se à escola formal, pois valorizada é a escola muçulmana onde se aprende a interpretar o Livro Sagrado.

mais cedo isso haveria de conduzir à negação da nossa tradição, dos nossos valores étnico-religiosos e, por conseguinte, levar à desonra do nome da família.

Perguntei por que razão o nome da família dependia do facto de aceitar casar-me com aquele senhor. Foi-me dito em tom áspero que comprometer-se perante a comunidade e incumprir, tal significa que deixámos de ter os valores da comunidade como bons muçulmanos. Disse-me que o nosso apelido D. era usado por várias famílias, que não podiam ter o nome manchado por minha causa. Que a minha recusa seria um ultraje para com o meu prometido marido e que, devido à sua importância, a vergonha chegaria a todas as aldeias próximas. Que deixaríamos de ser considerados uma família honrada, com consequências para toda geração vindoura.

Foi assim a história do meu casamento. Só houve uma coisa que eu nunca percebi: por que razão nunca o meu pai veio falar comigo. Foram sempre a minha mãe e as minhas tias. Pensei em fugir, mas onde poderia vir a ser aceite? Tinha mais 8 irmãos de quem eu gosto muito”.

Questionada sobre como vive presentemente, respondeu:

“Tenho 4 filhos que amo; dou-me bem com as outras esposas do meu marido e ele é bom para mim. Mas, se pudesse escolher, teria escolhido não viver assim”.

JOAQUIM CORREIA – Pastor na Missão Evangélica de Bissau

O Pastor Joaquim foi a ponte de ligação com a maior parte das vítimas de casamentos forçados com quem falámos; igualmente nos colocou em contacto com outras entidades que acolhem e integram as vítimas de casamentos forçados na cidade de Bissau, quando estas logram fugir do interior para a capital em busca da presença e da protecção do Estado.

Foi quem começou a denunciar à comunicação social os casos de fugas, de espancamentos e de mortes que ocorrem no Interior do país.

O Ministro religioso da Missão Evangélica de Bissau partilhou connosco as primeiras histórias que lhe chegaram ao conhecimento.

“Tudo começou quando ouvi o relato de uma menina, de treze anos, que, na tentativa de fugir de um casamento forçado, foi arrastada e engolida pelo mar, e outra que desapareceu no mato e que soubemos, posteriormente, ter sido comida por animais.

Estas ocorrências foram devidamente denunciadas porque, como foi uma fuga em grupo, houve meninas que conseguiram fugir e foram essas duas jovens que nos comunicaram as primeiras situações.

A partir daquele momento iniciou-se uma estreita articulação entre as Missões Evangélicas situadas na região Sul e em Bissau; deu-se o início às tentativas de acção dos poderes do Estado por forma a não deixar as vítimas largadas à sua sorte.

Após várias denúncias infrutíferas junto das autoridades, fui à comunicação social. Então um ministro de tutela ameaçou-me dizendo que devia ficar sossegado, pois estava-se no período das eleições. Ou seja, importava mais a política do que as vítimas.

Foi assim que começámos a fazer as coisas à revelia e sem ajuda do Estado.

Com a ajuda de uma adolescente, de nome Ndelá, começámos a chegar às zonas de Intchudé e outras que ficam no Sul do país. Depois é fomos para Leste.

Quando chegámos ao Sul, foi-nos dado a saber que havia meninas que estavam em fuga naquele momento, que se escondiam nas matas durante o dia para poderem caminhar durante a madrugada sem serem vistas.

Foi igualmente nesses primeiros contactos no terreno que soubemos de casos de espancamentos e de mortes, que ocorrem quando as meninas são recapturadas. Tomámos conhecimento do Pastor que acolheu e tentou ajudar as meninas e que viu a sua igreja ser invadida pelos outros homens da comunidade, foi agarrado à força e levado para ser circuncidado contra a sua vontade, como forma de o humilhar.

Todas são situações que, mesmo quando reportadas às autoridades, simplesmente não acontece nada. Os comissários da polícia, agentes e até militares são todos da mesma comunidade. Mesmo que discordem, têm receio de entrar em conflito com a sua comunidade.

Compreende-se, pois, é, de facto, uma tarefa ousada, senão arriscada, imiscuir-se nas questões étnico-culturais; sejam elas o casamento forçado, o fanado ⁽¹⁾ ou roubo de gado. A raiz que liga esses valores e o sentimento da sua obrigatoriedade é profundíssima. Um dos filhos de um dos anciãos mais influentes do Sul, e que me vem prestando uma grande ajuda na sensibilização da sua comunidade, tem sido ameaçado. Só para se ter uma ideia da importância das crenças étnicas: uma vez combinámos um encontro para irmos falar com anciãos de uma tabanca vizinha, ele não apareceu. Esperei por ele uma semana e nada. Fui à tabanca dele tentar falar-lhe, correram comigo.

Passadas umas semanas, ele visitou-me para contar que não pudera comparecer porque um seu tio se suicidara. O motivo foi a desonra, porque a neta fugiu do casamento com um senhor agricultor a quem, ele, o tio, a prometera, em troca de um terreno para cultivo e algum gado, uns anos antes. Como também ocorreu um outro suicídio por causa de uma dívida para a construção de uma moradia familiar.

A preservação desses valores gera circunstancialismos que concorrem para que o peso do costume seja, ainda, tão forte em pleno século XXI.

¹ Circuncisão masculina.

M.B.

A esta senhora foi pedido que contasse como lhe foi imposto o casamento, e como viveu a sua realidade. Soubemos que, afinal, fora ela a escolher o marido com quem se casou e teve quatro filhos. Sem perguntas, deixámos que nos contasse a sua história.

Eu e o meu marido crescemos na mesma “morança” ⁽¹⁾ desde pequenos. Apaixonámo-nos e os nossos pais chegaram a um acordo. Casámos de acordo com os nossos usos e costumes. Ele estava na idade de vinte e seis e eu de dezasseis.

Fomos viver para a cidade de Bissau, onde nasceram os nossos quatro filhos. Éramos felizes.

O meu marido veio a falecer na guerra de 7 de Junho ⁽²⁾, e então fiquei sozinha com as quatro crianças e sem ajuda. Ficámos em Bissau até 2001; mas eu continuava a não ter como sustentar, sozinha, quatro crianças menores. Então tivemos de regressar a Galomaro para a “morança” da família do meu marido, porque eles tinham mais posses.

Cerca de sete meses depois da nossa chegada começou a minha tortura.

Foi convocada uma reunião e comunicaram-me que ia ser esposa do S., meu cunhado, irmão do meu falecido marido. Ele era nove anos mais velho do que o meu marido e dezanove anos mais do que eu. Mas isso até nem importaria muito se gostasse dele; eu é que não queria aquele homem.

O problema é que ele era comerciante, criava gado, tinha várias esposas e muita influência.

Quando souberam que eu havia recusado, foi convocada uma outra reunião para a qual vieram muitas senhoras mais velhas da nossa tabanca e das tabancas próximas.

Foi-lhes dado a saber que, por ter vivido muitos anos na capital, resolvera desprezar a nossa tradição e desafiar as anciãs da comunidade.

Depois daquela reunião, na qual me foi recusado participar, começou o meu pesadelo: nunca mais voltei a relacionar-me com ninguém; segundo os nossos usos e costumes, a irmandade entre as mulheres da “morança” obriga a que a refeição de todas seja no mesmo recipiente. A minha passou a ser servida à parte; quando ia à Mesquita as

¹ Termo usado em crioulo para referir um complexo de casas unidas ou próximas umas das outras e que, normalmente, são habitadas pelos membros da mesma família.

² Conflito armado que ocorreu no ano de 1998-1999 e que levou à deposição do então Presidente da República.

peessoas afastavam-se para que não ficasse perto delas; chegou ao ponto de as pessoas se recusarem a partilhar comigo o mesmo balde, quando ia à fonte buscar a água.

Acho que só me deixavam comer por causa dos meus filhos – que eram, afinal, netos e sobrinhos deles.

Pouco tempo depois fiquei doente e de cama. Deixaram-me ao abandono e a arder em febre quase até a morte. A minha sorte foi uma senhora de nome A., amiga da minha falecida mãe, que foi da sua tabanca à minha para me visitar.

Quando me viu naquele estado alugou uma mota para me levar até à paragem do “toca-toca”⁽³⁾ que me trouxe até Bissau.

Fiquei internada com paludismo durante três ou quatro semanas.

Quando tive alta, fiquei na casa de pessoas amigas do tempo em que vivi aqui em Bissau. Decidi deixar a nossa tabanca; já não havia lugar para mim. Os meus filhos ficaram com os avôs, e vou visitá-los sempre que posso.

³ Termo usado em crioulo para referir as carrinhas (de sete ou catorze lugares) que fazem carreiras entre tabancas ou das tabancas a Bissau.

MANUEL CÁ – Pastor na Igreja Evangélica de Catió

Questionado acerca do contexto e das incidências em que se insere a prática de casamento forçado, ofereceu o seguinte relato:

“Na Guiné-Bissau, cada etnia tem o seu modo de estabelecer relações; o caso do casamento não é diferente. Quando cheguei ao Sul, em 98, já encontrei uma grande incidência de casamentos forçados.

Situações em que crianças, adolescentes e jovens são espancadas, arrastadas e levadas ao casamento forçado. Sempre que tentava intervir no sentido de deixarem as crianças estudarem, era prontamente “aconselhado” a não me meter.

Diziam que eram coisas da sua comunidade de pertença, que começaram desde os seus antepassados”.

Questionámo-lo sobre o modo como lhe chegaram essas informações?

“Várias vezes os factos ocorreram à minha frente; outras vezes as informações chegam-me através de membros da comunidade, na medida que Catió não é muito grande. Houve uma vez que apanharam uma menina de nome Aua, em Cabuxangue ⁽¹⁾, levaram-na arrastada até outra aldeia chamada Ganjola.

Naquele caso concreto, os irmãos não concordavam, mas havia imensa pressão da família. A questão é que, na tradição Balanta, o casamento e o fanado são coisas sagradas; e essa tribo reage muito mal em caso de tentativa de ingerência ou de impedimento.

A Aua conseguiu fugir e ficou escondida nos tarafes ⁽²⁾, com fome, durante três dias. Quando perceberam que o único lugar onde esta se poderia esconder era nos tarafes, os familiares e a comunidade cercaram e invadiram toda a zona na tentativa de capturá-la para ser entregue ao marido. Foi quando, na tentativa de escapar, caiu na água e nunca mais foi vista. O seu corpo foi posteriormente encontrado por um pescador.

Quando isto me foi dado a saber, dirigi-me às autoridades porque a morte de uma criança é perda de um valor que ao Estado cabe proteger. Mas o problema maior é que não se sente a presença do Estado no Sul. Há militares, mas são todos de etnia Balanta,

¹ Uma aldeia no Sul da Guiné-Bissau

² Vegetação muito densa que fica à margem dos rios.

portanto, coniventes com aquela situação; são, eles também, apologistas das práticas daquela comunidade.

Foi então que comecei a receber as meninas. Cheguei a ter na Missão Evangélica cerca de 20 pessoas (jovens e crianças).

A partir daí começaram as ameaças. Houve vários planos gorados com vista à minha eliminação física. Já tentaram invadir a Igreja com catanas e paus; recorreram a elementos da sua comunidade, que são gerais no exército, para me intimidar.

A minha sorte foi que nunca entraram na congregação, porque houve um juiz, curiosamente de etnia Fula, que lhes disse que não se atrevessem a entrar dentro de uma instituição religiosa, pois faria ali chegar a força repressiva do Estado. Julgo que essa foi a minha sorte.

Na tentativa de interceder para que as meninas não fossem levadas à força, arrastadas até às aldeias do marido, chegou a haver confrontos físicos. Uma vez recusei entregar uma menina que conseguiu chegar à missão, resolveram fazer uma emboscada, todos munidos de catanas e paus, para me matar quando fui levar essa menina à consulta. Penso que só não arriscaram matar-me devido à minha condição de Pastor de uma igreja, e também por causa do aviso deixado pelo mencionado juiz”.

Questionado como tudo se processa no Sul e com que idade é hábito imporem casamento às meninas, o Pastor respondeu:

“A prática de casamento forçado nesta etnia consiste em uma mulher levar uma sobrinha, filha de uma irmã, de um irmão ou mesmo de um primo, para esta ser criada dentro da sua casa com intenção de vir a suceder-lhe na velhice, servindo os desejos sexuais do marido dela.

Depois de tanto investimento no sustento, se a menina vier a fugir do casamento imposto, tal representa uma grande desonra para toda a família. E, caso aquela seja recapturada, será então espancada até a morte sem que haja consequências. Tudo isso é realizado com a maior naturalidade e ninguém ousa sequer denunciar ou reagir.

No que diz respeito à idade, normalmente a imposição do casamento dá-se quando aparecem os seios e os dois primeiros ciclos de menstruação; aproximadamente na idade de 13-14 anos”.

Questionado acerca de quem são os intervenientes no acto de forçar as meninas, respondeu:

“Depende sempre do caso concreto. Há uma ideia de que são sempre os pais. Muitas vezes são, de facto os progenitores. Mas vezes há em que, por exemplo, mesmo que os pais concordem com o casamento forçado, não consentem nos espancamentos que têm lugar em caso de recusa.

Desde logo porque, como se referiu, as meninas encontram-se sempre em casa de tias. E nestes casos, quem espanca e obriga a casar são as tias, os tios, os que seriam os futuros cunhados e às vezes o futuro marido”.

Foi-lhe perguntado pelo papel das mães das meninas. Eis a resposta:

“Na maioria das vezes são as mães que preparam o casamento. São as mães que ajudam a promover o casamento. A questão é que, nessas etnias, as mães têm de realizar esse papel e a culpa da recusa irá recair sobre elas. Não têm outra solução senão tentar a qualquer custo que a filha aceite; mais que não seja para não perderem o seu próprio casamento.

Houve um caso em que se suspeitou do envolvimento da mãe, esta foi espancada até à morte porque a fuga foi considerada uma grande desonra para toda a família. Houve outra situação em que, depois da fuga, recebi a menina na Missão Evangélica. No dia seguinte estavam à porta da Missão Evangélica cerca de uma dezena de familiares. Após várias horas, e perante a minha recusa em deixá-los falar com a miúda, desmobilizaram, tendo lá permanecido apenas a mãe. Ficou lá dois dias. Eu levava-lhe comida à varanda, mas ela recusava. Depois de dois dias, como era apenas a mãe, acedi em deixá-la falar com a filha, na condição de que fosse na minha presença. Então presenciei essa mãe perguntar à filha: ‘queres ver-me viva? Ou preferes ficar aqui na igreja e com isso assinares a minha sentença de morte quando voltar à aldeia? Eles suspeitam que te ajudei a fugir – a família do teu pai e do teu marido’. Nesse caso a menina cedeu. Ainda tentei demovê-la. Não consegui. Ela disse-me: ‘Pastor vou voltar com a minha mãe e casar-me. Não teria forças para aguentar o peso da morte dela’.

Muitas vezes são as mães as primeiras interessadas em que as filhas não passem o que elas passaram. O problema é que raras vezes se vislumbra um destino diferente. O que faz com que seja sempre a Mãe a passar para a linha da frente na hora de recuperar a menina em caso de uma fuga. É uma questão da própria sobrevivência ou do seu casamento.

Em 2014, uma mulher, que estava a criar a filha da sua irmã, fugiu, quando a esta estava prestes a ser imposto um casamento. Quando chegaram à minha igreja, a mãe foi a primeira a aparecer; fartou-se de chorar porque diziam que a menina tinha sido mentalizada a fugir pela própria mãe. Quando se foram queixar ao marido da mãe, este expulsou a esposa de casa. Foi sorte não a terem matado; nestas situações de recusa, a vida das meninas ou da mãe tem menos valor do que a de um cão”

Foi perguntado ao Pastor se essas comunidades tinham conhecimento de que esta prática era proibida por lei. O Pastor respondeu:

“Sabem. O problema é que argumentam que a lei nunca pode prevalecer sobre as suas tradições”.

Questionado sobre a conduta dos pretendentes a marido e a reacção à recusa, respondeu:

“Da minha experiência, sempre achei que a conduta destes nunca demonstra tanta ferocidade quanto a dos familiares (da vítima)”.